

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO

PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM
TERRA, NA VISÃO DOS ACAMPADOS

SANTOS

2019

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO

PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM
TERRA, NA VISÃO DOS ACAMPADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Grupo de Pesquisa Formação de Sujeito:
História, Cultura, Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira

SANTOS

2019

AGRADECIMENTO ESPECIAL

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

SANTOS

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo Rogério de Oliveira Teixeira

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM
TERRA, NA VISÃO DOS ACAMPADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Grupo de Pesquisa Formação de Sujeito:
História, Cultura, Sociedade

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira – UniSantos (membro nato)

Assinatura: _____

Prof. Dr. João do Prado Ferraz de Carvalho – UNIFESP (membro titular)

Assinatura: _____

Prof. Dr. Alexandre Pinto Saul – UniSantos (membro titular)

Assinatura: _____

SANTOS

2019

Dedico à minha família!

AGRADECIMENTOS

Quando observo toda minha trajetória nesse período de pouco mais de dois anos até chegar a este momento, penso nas pessoas que contribuíram com este trabalho. Sei que nem todas serão citadas, mas espero que se sintam parte significativa do caminho percorrido até aqui.

Agradeço a Deus por tudo que vem proporcionando na minha vida. Aos professores do Programa, aqueles com quem tive aula e mesmo aqueles com quem não compartilhei o espaço da sala, mas que em algum momento conversaram comigo, em uma valiosa experiência de pesquisa. Agradeço à professora Cida Franco, ainda que sem as palavras exatas para expressar aqui toda minha gratidão. E também ao professor e coordenador do curso de História desta universidade, Prof. Me. Paulo Campbell, a quem sempre recorri nos momentos de necessidade.

Aos colegas do Mestrado, que mesmo nas madrugadas, aos sábados, domingos e feriados, dedicaram-se a horas de discussão de textos, compartilhando comigo nossas dificuldades.

Ao MST, na pessoa de Janaína, que me recebeu e me encaminhou ao acampamento objeto desta pesquisa. Aos amigos do Acampamento, todos eles, em especial dona Mari Alves, que abriu as portas de sua casa, recebendo-me como se fosse de sua família, muito, muito, muito obrigado.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa: Formação de Sujeito: História, Cultura, Sociedade: Thalita, Tércio, Luiz Henrique, Fátima, Rosângela, que foi a revisora em muitos momentos, Natasha, Genira, Taís, Lúcia, Bruno e a todos os outros que vieram depois. Agradeço à Profa. Me. Celina, revisora de toda a dissertação, e a Zé Carlos, meu banco particular nas horas de sufoco.

Agradeço também à minha família, que, mesmo distante, torce por mim e, por último, faltam-me palavras para agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira, que, durante todo esse período, me escutou, aconselhou, embarcou no meu projeto, ajudando-me muito durante o trabalho. Muito, muito, muito obrigado, mestre.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa assentada em investigação histórica se vincula ao Grupo de Estudos e Pesquisa “Formação de Sujeitos: História, Cultura, Sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, com apoio de bolsa Capes/PROSUC. A matéria de estudo que norteia este trabalho tem como objetivo geral dar palavra ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sujeito de movimentos sociais históricos relevantes da luta pela terra e pela Reforma Agrária; para tanto, problematizou-se sobre o que pensam/querem esses sujeitos no momento de uma ocupação, determinando-se como objetivos específicos a investigação das vivências no acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, localizado no bairro de Perus, São Paulo, capital, as quais envolvem a vida cotidiana especificamente desse grupo, perpassando pela questão da terra, da escola, da consciência do ideário do Movimento, das finalidades dele, das aspirações e das realizações dos sujeitos, do seu modo de vida e de trabalho. Para tanto, adotou-se como metodologia não só a revisão bibliográfica, com destaque para os Cadernos de Educação, Boletins de Educação, documentos produzidos pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), mas também a pesquisa cujo referencial se apoiou na História Oral, tal como concebida e praticada por José Carlos Sebe Bom Meihy, como fonte de documentação, o que envolveu entrevistas gravadas em diferentes encontros com os acampados, sujeitos de diferentes histórias de vida. Desse modo, o trabalho objetiva ouvir os excluídos como testemunhas de uma situação social que implica a questão da terra. Visando-se, portanto, ao conhecimento e à compreensão das práticas sociais de tais sujeitos, este trabalho recorreu ao conceito de “formação do ser social” e à noção de “experiência”, orientando-se nesse percurso pela escola historiográfica inglesa, sobretudo por Edward Palmer Thompson.

Palavras-chave: MST. Formação do ser social. Trabalhadores Rurais Acampados. Vivências.

ABSTRACT

This work based on historical research links to Studies and Research Group "the making of subjects: history, culture, society", the Postgraduate Program in Education from Universidade Católica de Santos, with the support of Capes/PROSUC. The field of study that guides this work aims to give voice to the Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), subject to relevant historical social movements of the struggle for land and Agrarian Reform; to this end, discussed about what these subjects think/want at the time of an occupation, determining how specific objectives of research experiences at Comuna da Terra Irmã Alberta Camp, located in the neighborhood of Perus, São Paulo, capital, which involve the daily life specifically of that group, considering the issue of land, the school, the awareness of the ideals of the movement, its purpose, the aspirations and achievements of the subject, their way of life and work. To do so, the methodology used was not only the literature review, with emphasis on Cadernos de Educação, Boletins de Educação, documents produced by the Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), but also the research whose leaned on frame Oral history, as conceived and practiced by José Carlos Sebe Bom Meihy, as a source of documentation, which involved taped interviews in different meetings with camped, subjects from different life stories. In this way, the work aims to give hear to the excluded as witnesses of a social situation involving the issue of land. Aiming to the knowledge and understanding of the social practices of such subjects, this work appealed to the concept of "formation of the social being" and the concept of "experience", guided along by the English historical school, especially by Edward Palmer Thompson.

Keywords: MST. Formation of the social being. Rural Workers Camp. Experiences.

Lista de Siglas

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano

AEC – Associação de Estudantes Católicos

AMA - Assistência Médica Ambulatorial

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CEUs – Centro Unificados Educacionais

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FAF - Federação da Agricultura Familiar

FERAESP - Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITERRA - Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas da Reforma Agrária

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MEB – Movimento de Educação de Base

MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NAE – Núcleo de Apoio aos Estudantes

OMAUESP - Organização de Mulheres Quilombolas e Assentadas do Estado de São Paulo

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SESC – Serviço Social do Comércio

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

Lista de ilustrações

Figura 1: Plantação de uvas de Maria Alves - acampamento 2017	25
Figura 2: Mangueira em franca produção no lote de Maria Alves	25
Figura 3: Caixa d'água improvisada em torno da casa de dona Mari Alves	27
Figura 4: Tambores para captação de água de chuva	27
Figura 5: Acampamento Irmã Alberta em 2008.....	28
Figura 6: Casas improvisadas no núcleo 1 em 2008.....	28
Figura 7: Convite de inauguração	29
Figura 8: Em 2018, o mural de 2006 se tornou símbolo de frustração.....	30
Figura 9: Reunião no Palácio do Bandeirantes	32
Figura 10: Irmã Alberta no mural de inauguração do assentamento.....	33
Figura 11: Preparação do almoço antes desta gravação	76
Figura 12: A mística ao amanhecer.....	126
Figura 13: Oficina de bordados	126
Figura 14: Entrada do acampamento	128
Figura 15: Roça de milho	128
Figura 16: Vista da área ocupada	129

Sumário

INTRODUÇÃO	13
PARTE I – MOVIMENTO E ACAMPAMENTO	17
1.1 – Breve apresentação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras	17
1.2 – O Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta.....	23
1.3 – A origem do nome: uma homenagem dos acampados à Irmã Alberta	30
PARTE II – ENTREVISTAS COM MARIA ALVES E SILVANA	34
2.1 – Considerações sobre a entrevista com Maria Alves	34
2.2 – “Essa é minha gente, são os meus, o meu povo!”	35
2.3 - Considerações sobre a entrevista com Silvana	75
2.4 - Sinto-me fora do senso comum.....	76
PARTE III – NICE, IRIS E NETO	87
3.1 – Considerações sobre a entrevista com Nice.....	87
3.2 – “Às vezes, sinto que somos esquecidos aqui”	88
3.3 – Considerações sobre a entrevista com o casal Iris e Neto	98
3.4 – “Nossa luta hoje não é mais só pelo Irmã Alberta”	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES: MINHAS MOVIMENTAÇÕES NA PESQUISA	123

INTRODUÇÃO

A concepção temática desta dissertação nasceu antes mesmo de ela ser formalizada enquanto ideia: a vivência de uma realidade conflituosa que me acompanhou durante toda minha adolescência em meados dos anos 1990 e 2000, passada na região Nordeste, mas precisamente no estado do Maranhão, região com grande concentração de conflitos agrários, ou seja, sem terras contra grandes latifundiários, gerando um histórico de instabilidade social, foi sempre uma inquietação que me acompanhou ao migrar para São Paulo.

Posteriormente, já no estado de São Paulo, região Baixada Santista (Santos), pouco antes de concluir a Licenciatura em História em 2016, ingressei no grupo de pesquisas Formação de Sujeitos: História, Cultura, Sociedade, Grupo esse que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, permitiu-me amadurecer, por meio de estudos, discussões e leituras, a ideia relacionada à questão da terra; assim, perguntei-me se minha própria vivência poderia ser formalizada em um trabalho de pesquisa acadêmica que, sobretudo, possibilitasse ouvir pessoas acampadas, ou seja, pessoas que vivem a realidade da luta pela Reforma Agrária.

Para cumprir tal objetivo, decidi recorrer, enquanto material humano de pesquisa, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), assumindo como elemento norteador as falas de pessoas que se transformaram em agentes da pesquisa: quem são, o que pensam, como vivem, que sonhos têm, a que aspiram ao ocupar uma área. Estava, desse modo, definido o objetivo da pesquisa. Seria como se, ouvindo-os, ouvisse a mim próprio ainda adolescente e conseguisse organizar aquele pensamento ainda confuso e disperso da época.

Nos passos seguintes, fui apresentado pela direção do Movimento aos acampados da Comuna da Terra Irmã Alberta, localizado no quilômetro 27 da rodovia Anhanguera, no bairro Chácara Maria Trindade, em Perus, São Paulo.

Delimitados local e agentes da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico que possibilitasse fundamentação teórica diante do tema (teses, dissertações, artigos acadêmicos, documentos produzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, Fundação Instituto de Terras - Itesp, decretos de autoridades, entre outros). Precisava ainda compreender o ideário do MST com a finalidade de conduzir a pesquisa, para tanto, os

documentos produzidos pelo próprio Movimento, tais como: os Cadernos de Educação, Boletins de Educação e os Manifestos lançados ao final de cada encontro organizado pelo Movimento, contribuíram na compreensão e no desenvolvimento das etapas seguintes da pesquisa e, confesso, precisava me despir de qualquer visão “pré-concebida” sobre acampamentos e assentamentos.

Mas então veio a pergunta: como ouvi-los de modo que a voz dos agentes se formalizasse em um trabalho acadêmico? Portanto, buscando responder a essa questão, optei pela metodologia de pesquisa da História Oral, que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que testemunham acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea, no caso específico deste trabalho, as vozes de pessoas que vivem a realidade de um acampamento do MST.

Os aportes teóricos foram buscados em Edward Palmer Thompson (2002, 1981, 1881), por privilegiar não apenas as noções de experiências de cada indivíduo, mas também a história “vinda de baixo”, no caso específico deste trabalho, as vozes dos excluídos, as vozes ocultas pelo saber oficializado, e as próprias vivências dos sujeitos da pesquisa.

Como já citado anteriormente, a metodologia adotada como instrumento de pesquisa deste trabalho é a da História Oral, a mesma utilizada por Meihy (1991, 1996, 2005, 2006, 2013), e seus colaboradores, com realização de entrevistas *in loco*, conhecendo a vida dos sujeitos da pesquisa, ouvidos em diferentes momentos e em cenários distintos do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, pois Meihy define a História Oral como:

um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 1996, p. 15).

Freitas (2006, p. 18) alia-se a Meihy nesse aspecto e define História Oral como “um conjunto de método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e

outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”.

Ainda recorrendo aos procedimentos metodológicos de Meihy, as entrevistas, depois de gravadas, passaram por duas fases distintas: a transcrição, “a passagem fiel do que foi dito para a grafia” (MEIHY, 1991, p. 30), e a textualização:

Textualização é o estágio mais graduado na feitura de um texto de história oral. Consta desta tarefa a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para um texto escrito. Através da soma das palavras-chave, estabelece-se o *corpus*, isto é, a soma dos assuntos que constituem o argumento. Faz parte do momento da textualização, a rearticulação da entrevista de maneira a fazê-la compreensível, literariamente agradável. Nesta fase anula-se a voz do entrevistador e passa-se à supressão das perguntas e sua incorporação no discurso do depoente. Estes recursos, além de possibilitar textos mais agradáveis, provocam a realização do envolvimento do leitor. (MEIHY, 1991, p. 30)

Após ter acesso ao acampamento objeto de estudo deste trabalho, fui nele recebido por Maria Alves, que acabou sendo escolhida para a realização da primeira entrevista, pois, como destaca Freitas (2006, p. 85), “após a definição do tema, há que se definir o nome das pessoas a serem entrevistadas”, e logo ficou perceptível o engajamento de Maria Alves com o acampamento, com as demandas dos sujeitos lá acampados, assim como sua atuação como canal direto entre os acampados, o Movimento e os órgãos do governo, já que desempenha o papel de coordenadora.

Esta dissertação se organiza em três partes. A primeira apresenta um resumo histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguido do histórico do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, incluindo-se aí um pouco da trajetória da personagem que dá nome ao acampamento. Pretende-se assim, contextualizar esse percurso com as vozes dos entrevistados. Na segunda parte, são apresentadas minhas considerações sobre os momentos que antecederam as entrevistas com as colaboradoras e também as entrevistas textualizadas com Maria Alves e Silvana, entendendo colaboração como “o processo de interação *‘lato sensu’*”.

Já na terceira e última parte, o foco é as entrevistas com dona Nice, dona Iris e seu Neto, introduzidas com as considerações do pesquisador, já que para cada momento que antecedia à gravação, recorria aos apontamentos das entrevistas feitas com outros colaboradores e aos apontamentos feitos nas discussões no grupo de pesquisa. Reitera-se que as entrevistas estão textualizadas, e a metodologia de apresentação comum a todas e de cada uma em particular é detalhado antes da fala de cada colaborador. Por fim, nas Considerações Finais, são retomados alguns momentos de algumas falas visando-se apresentar pontos em comum e contradições levando-se em conta o próprio ideário do MST.

PARTE I – MOVIMENTO E ACAMPAMENTO

A semente para o surgimento do MST talvez já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza
MST

Nesta parte, buscamos contextualizar um pouco do que é o Movimento e como surgiu o acampamento Comuna da terra Irmã Alberta.

1.1 – Breve apresentação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

As informações a seguir estão baseadas no site do próprio MST e em outros autores, devidamente referenciados, e visam apresentar, de modo resumido, a história do Movimento e seus principais objetivos norteadores, muitos dos quais serão retomados, com particularidades, nas entrevistas apresentadas nas Partes II e III deste trabalho. Assim, objetiva-se um breve percurso histórico com duas finalidades: contextualizar as vozes dos entrevistados e preencher alguma possível lacuna que tenham deixado, em razão do caráter oral das entrevistas, cujos agentes, muitas vezes, pressupõem um conhecimento de mundo que talvez não faça parte do conhecimento de mundo dos leitores deste trabalho.

Cabe, neste momento, antes de se entrar na questão histórica dos conflitos e das lutas pela terra, deixar claros alguns conceitos que norteiam o Movimento, ainda que aqui apresentados por outras vozes. De acordo com Batista, (BATISTA, *apud* FERNANDES, 1999, p. 293): “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra [...] realidades em transformação. [...] uma forma de materialização da organização dos sem terra, e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento”. O mesmo autor (p. 241) recorre ao conceito de espacialização enquanto espaço de “socialização política”, o que ocorre por meio de ações concretas, ou seja, de “passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc.” Portanto, quando os trabalhadores se

organizam na luta pela terra, eles conquistam a territorialização, que Fernandes (1999, p. 241) define como “o processo de conquista de fração do território”. Esse processo resulta no assentamento, no território conquistado, que não representa o fim de uma conquista, pois abre a possibilidade de novas conquistas.

Esses são elementos relevantes, presentes nas vozes apresentadas textualizadas nas Partes II e III deste trabalho. No caso do Irmã Alberta, tem-se especificamente um grupo de pessoas sem terras que se reuniu, em um primeiro momento armando barracos ou tendas, em nome de chamar atenção do poder público e da sociedade, tendo como objetivo a posse da terra. Portanto, ainda é um acampamento, considerando-se que as negociações com o poder oficial (no caso, o governo do Estado de São Paulo, por meio da SABESP) estão desde a ocupação, julho de 2002 em andamento. No entanto, quando a terra é oficializada, ou seja, as famílias conquistam o direito de usá-la, passa-se a ter um assentamento, norteado por políticas governamentais que visam ao reordenamento da terra.

Quanto à questão dos conflitos de terras no Brasil, estes são bem antigos, remontando à chegada dos portugueses no Brasil, e não é ousadia afirmar que, assim como quem mora nas grandes cidades brasileiras já sofreu, presenciou ou conheceu alguém vítima de alguma forma de violência, quem reside no campo também não fica alheio a tal violência, pois todos os estados da federação são marcados por conflitos envolvendo a questão da terra. Em algumas regiões, a luta é mais acirrada, como no Norte e no Nordeste, com destaque para o estado do Pará¹, onde os exploradores de madeira atuam de modo ilegal, provocando verdadeiro clima de terror entre as comunidades de colonos e, no estado do Maranhão, entre os indígenas que lutam para manter suas reservas e os criadores de gado e também exploradores de madeira, processo que resulta em massacres, expulsões de moradores e destruição de grandes áreas de reservas.

Nos estados de Amazonas, Acre, Rondônia ocorrem garimpos ilegais, exploração de madeira, caça aos animais para o tráfico, e nas regiões Sul e

¹ Um dos mais recentes massacres ocorridos contra trabalhadores e trabalhadoras ocorreu em Pau D'arco no sudeste do estado em 2017, com dez trabalhadores brutalmente assassinados durante uma “operação” da Polícia na Fazenda Santa Lúcia. CAMPELO, Lilian. Massacre de Pau d'Arco com dez camponeses mortos pela polícia completa 1 ano. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-com-dez-camponeses-mortos-pela-policia-completa-1-ano/>. Acesso em: 08 mai. 2019.

Centro-Oeste², a expansão do agronegócio tem causado conflitos e destruição da vegetação nativa. No estado de São Paulo, considerado o estado mais rico e desenvolvido do país, também se presenciavam conflitos de terras, como podemos confirmar, já que o objeto da pesquisa é um acampamento que tem 95% de sua área total localizado dentro da Cidade de São Paulo. Enfim, em cada estado se verificavam conflitos envolvendo de um lado os que realmente têm direito à terra – o morador do campo – e, de outro, sujeito com os mais variados interesses mercantilistas. Nascimento, relatando os conflitos entre quilombolas do estado do Espírito Santo e invasores, aborda o seguinte relato como forma de resistência desse povo:

Do período colonial brasileiro aos nossos dias, os quilombolas vêm rompendo amarras, não se deixando escravizar. O corpo, o trabalho, as famílias, a cultura, a religião, os conhecimentos, as produções, os recursos naturais, as moradias, a terra e a dignidade, tudo isso já tentaram tirar-lhes. Contra as diferentes forças opressoras e dominadoras, negras e negros do Sapê do Norte, no Espírito Santo, vêm lutando por mais de três séculos, deixando sempre um legado de coragem para as suas gerações futuras. As formas encontradas para enfrentar tamanhos desafios, são ensinamentos importantíssimos para todos os brasileiros. A resistência, um símbolo de enfrentamento ao racismo. (NASCIMENTO, 2018, p. 577)

Portanto, voltando-se no tempo, encontra-se o âmago desses conflitos no final da década de 1970, em Cascavel (PR), quando centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias que julgavam imprescindíveis para o Brasil. Assim se reuniram pessoas historicamente destituídas de voz social, “esquecidas pelo Estado, posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, enfim, trabalhadores rurais sem terras desprovidos do seu direito de produzir

² No relatório de 2018, lançado pela Comissão da Pastoral da Terra, os números sobre os conflitos são assustadores, com destaque para o estado do Mato Grosso: “em todo o estado do Mato Grosso ocorreram 54 conflitos no campo em 2018, envolvendo 28.598 pessoas. Desse total, foram 47 conflitos por terra, 3 por água e 4 trabalhistas. Nos conflitos por terra, a CPT no estado registrou 550 famílias expulsas de suas terras e 633 famílias despejadas. 859 famílias estiveram ameaçadas de despejo e 725 sofreram tentativa ou ameaça de expulsão dos lugares onde viviam. Quatrocentas e quarenta famílias tiveram suas casas destruídas e 430 tiveram algum outro tipo de bem destruído. Entre os estados da região Centro-Oeste, o Mato Grosso lidera com vantagem quando se trata das áreas em disputa: são mais um milhão de hectares envolvidos em conflitos agrários. Mais precisamente: 1.295.079. A soma de hectares em disputa no Centro-Oeste é de 1.571.400”. Relatório dos Conflitos no Campo Brasil 2018. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, CPT. Qualytá: 2018.

alimentos, expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, comandado pela ditadura militar (01 de abril de 1964/15 de março de 1985), o qual anunciava a “modernização” do campo, mas, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em polpudos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais, enquanto simultaneamente ampliavam o controle da agricultura nas mãos de conglomerados agroindustriais (MST).

No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. (MST)³

Continuando as ocupações, que naquele momento haviam se tornado “ferramenta de expressão e contestação contra o autoritarismo”, em 25 de julho de 1981, um ato público reúne mais de quinze mil trabalhadoras e trabalhadores, chamando atenção da imprensa porto-alegrense. Essas ocupações realizadas no Rio Grande chamaram atenção também de outras regiões, e a partir daí os trabalhadores começaram a se articular, com forte apoio da Igreja Católica, por meio da Comissão da Pastoral da Terra.

A partir das ocupações, começaram a ocorrer reuniões e articulações, visando a unificar essas lutas atomizadas. Em julho de 1982, realizou-se em Medianeira, no Paraná, o primeiro grande encontro de trabalhadores sem-terra, com representantes dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais. No mesmo ano, em setembro, ocorreu novo encontro em Goiânia, com participantes de 16 estados. No ano seguinte, em Chapecó (SC) foi criada uma comissão regional provisória, composta por dois participantes de cada estado, que se reunia a cada três meses. Finalmente, em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o MST se institucionalizou como tal e elaborou seus princípios. Seu lema passou a ser “Terra não se ganha, se conquista”, valorizando a ocupação e os acampamentos, o que implicava a necessidade de criação de vigorosas formas de organização e de garantia de apoio às iniciativas. Com essas práticas, o MST conseguiu

³ MST. Nossa História. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em: 09 maio 2019.

inscrever o tema da reforma agrária novamente nas grandes discussões políticas do país⁴.

Nos anos que se seguiram, enquanto o país lutava pela redemocratização, com o surgimento de movimentos como o Diretas Já⁵, que exigia eleições diretas para Presidente da República, o MST também foi fortalecendo suas bases de atuação, tornando-se um dos principais movimentos sociais do país, reconhecido mundialmente como um dos maiores produtores de alimentos orgânicos, entre eles a produção de arroz e hortaliça.

No entanto, cabe lembrar que é incorreto afirmar que o MST começou assim, pois sua semente talvez já estivesse lançada no momento em que os primeiros indígenas se manifestaram contra a mercantilização e a apropriação promovidas pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra.

Historicamente, por exemplo, o próprio MST lança algumas indagações interessantes: Como imaginar o Movimento Sem Terra atual sem o exemplo de Sepé Tiaraju (1723/1756), guerreiro indígena brasileiro, considerado santo popular e declarado herói guarani missionário rio-grandense por lei, o qual foi líder da rebelião dos Sete Povos das Missões contra o Tratado de Madri, e da comunidade Guarani em defesa da terra sem Males (mito indígena de uma terra onde não existiriam fome, guerra ou doenças)? Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado (conflito armado que durou quatro anos – de 1912 a 1916 – e envolveu posseiros e pequenos proprietários de terras de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal brasileiro, de outro)? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas (organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB – a partir de 1945)? Ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master?

⁴ MEDEIROS, L. História dos movimentos; MEDEIROS, L. Assentamentos; FERNANDES, B. MST; MST. Construindo; MST. Sistema.

⁵ “Movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando em uma série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964” DIRETAS JÁ. CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV). Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete_tematico/diretas-ja. Acesso em: 09 maio 2019.

O MST compreende que a Reforma Agrária não é uma luta por benefícios que visem apenas aos camponeses, mas também um modo de melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução da superpopulação urbana e, sobretudo, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores. Entende, ainda, que a Reforma Agrária não deve ser uma política isolada de transformações de que o povo brasileiro necessita, pois se revelava urgente a criação de um Projeto Popular para o Brasil, para um país mais justo e soberano, conforme declararam no Congresso de 2000: “Reforma Agrária. Por um Brasil sem Latifúndio”.

Nas palavras do MST:

Realizar a Reforma Agrária que defendemos é libertar estas terras para produzir alimentos, é criar condições dignas de vida no campo e na cidade, é construir uma sociedade em que o nosso povo tome seu destino pelas mãos e decida o seu caminho. É reafirmar os valores de solidariedade; é reafirmar o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária; é manter aceso o legado de milhares de lutadores e lutadoras do povo; é exercer cotidianamente a capacidade de se indignar e agir para transformar; é não perder o valor do estudo e aprender sempre. E, fundamentalmente, é reafirmar nosso compromisso em organizar os pobres do campo. É o momento de olhar adiante. De perceber que muito já foi feito e que há muito a se fazer, até que uma verdadeira e efetiva Reforma Agrária seja realizada em nosso país e que todos os seres humanos possam ter uma vida digna. (MST)

Desde que foi fundado, o MST se organiza em torno de três objetivos principais, definidos no Congresso Nacional do MST e no Programa de Reforma Agrária: lutar pela terra; lutar por Reforma Agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

Nas palavras do Movimento:

Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e os trabalhadores Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc. (MST)

Em seguida, será apresentado o acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, que serviu de objeto de pesquisa e funciona, metodologicamente, como um recorte do MST.

1.2 – O Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta

O acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta está localizado no quilômetro vinte e sete da rodovia Anhanguera, sentido Capital, sendo as vias de acesso “cascalhadas”⁶. Em termos precisos, localiza-se na parte detrás do bairro Chácara Maria Trindade, conhecido e registrado no cartório de imóveis da Capital como Fazenda Ithayê⁷. Ocupa uma área total de 117.718,05 hectares, situada entre os municípios de São Paulo (95% da área pertencem à zona urbana) e Cajamar (5% da área total, pertencentes à área rural)⁸.

A Comuna da Terra Irmã Alberta “nasceu” de uma “necessidade⁹” e foi impulsionado por uma determinação de decreto estadual, assinado pelo então governador do estado de São Paulo Mário Covas em 25 de maio de 1998. Nessa ocasião, o governador determinou que a área fosse adquirida¹⁰ pela então proprietária Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e destinada à construção de um Aterro Sanitário Exclusivo dos Lodos das Estações de Esgotos de Barueri, Suzano, ABC, Parque Novo Mundo e São Miguel, da Região Metropolitana de São Paulo (RMPS)¹¹. Os limites territoriais de tal aterro são assim determinados: ao **Norte**, Companhia Urano de capitalização e terras de Tayomu Yamauchi; ao **Sul**, o córrego Itaim, o Sítio Harmonia, este pertencente a Henrique Artusi; a **Leste**, os proprietários anteriores a Amílcar Serafini; e a **Oeste**, o córrego Itaim, que fica na divisa dos municípios de Cajamar (Distrito de Colinas e Polvilho), Santana do Parnaíba e São Paulo (Perus)¹².

⁶ O termo refere-se a estradas de pedras. Atualmente, o asfalto já chegou ao entorno; só dentro da área é que ainda é cascalhado.

⁷ 18º Cartório de registro de Imóveis da Capital - matrícula nº 41.650. (Relatório de acompanhamento Itesp - 24 fev. 2014.)

⁸ Prot/Itesp /641/2007 nº de volume: 1. (Relatório de acompanhamento, São Paulo, 07 ago. 2007.)

⁹ “Necessidade” aqui tem o sentido, segundo eles de “vamos ocupar essa área porque é necessário, porque só com uma ocupação é que vamos barrar o aterro sanitário” como é relatado por todos os colaboradores da pesquisa.

¹⁰ Durante a entrevista com a colaboradora Mari, textualizada no Capítulo 2 deste trabalho, ela afirma que a área foi adquirida pelo município de São Paulo pela então prefeita Marta Suplicy, mas no Decreto n. 43.124, de 25 de maio de 1998, publicado no D.O., constata-se que foi uma determinação do governador do estado.

¹¹ Carta direcionada ao Superintendente do Incra - SP, Sr. Wellington Diniz Monteiro, e enviada por Marco Pilla, diretor executivo do Itesp - São Paulo, 24 de fev. 2014.

¹² Laudo Agrônômico de Fiscalização. (Incra e Itesp, São Paulo, 27 nov. 2008.)

A publicação do decreto que transformava a área em aterro sanitário, no bairro de Perus, desencadeou movimentações populares que objetivavam inibir tal iniciativa, dado que o bairro apresentava um longo histórico de prejuízos causados, por exemplo, pela poluição ambiental. O encerramento do funcionamento de uma fábrica de cimento, também em Perus, foi um exemplo citado por aqueles que colaboraram com este trabalho para justificar o apoio que receberam dos moradores do bairro, pois o aterro degradaria rios e córregos da região. Exatamente esse apoio teria referendado e justificado a ocupação da área pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Também é relevante que se apresente o conceito de Comuna, idealizado pela Regional da grande São Paulo:

A Comuna da Terra é uma nova forma de assentamento rural idealizada pelo MST do Estado de São Paulo, a partir de 2001, cujas principais características são: serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado à terra; serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e; possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela. (GOLDFARB, p.10, 2007)

Por ter 95% de sua área localizada dentro da cidade de São Paulo, a Comuna Irmã Alberta é considerada um “laboratório” experimental dos seus idealizadores.

Depois da ocupação em 20 de julho de 2002, a área foi dividida em pequenos lotes e organizada em quatro núcleos, cada qual ocupado por dez famílias, correspondendo a um total de quarenta famílias, mais dezenove cadastradas, as quais, no entanto, ainda não estão acampadas. Cabe à Comuna não só o total direito sobre o manejo da terra, mas também a plantação de árvores frutíferas.

Maria Alves, que colaborou com este trabalho, é coordenadora do acampamento e mora no núcleo 2, em um lote quase completo das mais variadas árvores frutíferas. Um breve passeio pelo local permite ao visitante que

vislumbre pés de laranjas, mangueiras de mais de um tipo, pessegueiros, abacateiros, bananeiras, pés de limão, de acerola, ameixa, caqui, e ainda uma grande variedade de ervas medicinais e uma intensa produção de hortaliças que abastece as feiras orgânicas promovidas pelo Movimento e por entidades como o Serviço Social do Comércio (Sesc).

Observa-se também o cultivo de parreiral com mais de trezentos pés de uvas do tipo Niagara, como ilustrado na figura a seguir:

Figura 1: Plantação de uvas de Maria Alves - acampamento 2017



Fonte: Acervo pessoal

Figura 2: Mangueira em franca produção no lote de Maria Alves



Fonte: Acervo pessoal

Desde a ocupação, os moradores vêm travando uma disputa judicial com o Estado, pois, conforme citado, a área pertencia à Sabesp, que, por meio de

laudos, buscou provar que a terra era imprópria para produção de alimentos, em se tratando de um lugar com acúmulo de resíduos.

Conforme avaliações do processo pelo Incra, inicialmente o solo da área não possuía aptidão agrícola, com terras inadequadas para cultivo, problemas de fertilidade, sujeitas à erosão e não favoráveis à mecanização, devido ao relevo acentuado. Quanto aos recursos hídricos, o documento dizia que havia problemas de escassez de água e poluição, com necessidade de recomposição da mata para preservação permanente, às margens do Córrego Itaim. (LOZANO, 2009, p. 30)

Conforme os dados levantados e demonstrados neste Laudo Agrônômico de Fiscalização, o imóvel, denominado **Fazenda Itayhê**, após, atualização cadastral processada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através do SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural, apresentou Grau de Utilização da Terra - **GUT = 14,95 %** e Grau de Eficiência na Exploração - **GEE = 100,00%**, não atingindo os índices mínimos de produtividade estabelecidos pela Lei 8.629/93, que é de 80% para GUT e 100% para o GEE. Como sua área corresponde a **23,06 Módulos Fiscais**, o imóvel classifica-se como **Grande Propriedade Improdutiva**¹³.

As entrevistas com os colaboradores acampados, material que norteou este trabalho, demonstram o anseio pela regulamentação da terra, pois a demora no processo é desgastante. No núcleo 1, por exemplo, por estar localizado na parte baixa da área, construíram-se poços artesianos, o que possibilita às famílias que lá acampam acesso mais adequado à água, como relatado por Nice, que não esconde temer precisar abandonar o acampamento, caso não haja acordo por parte dos órgãos envolvidos: Estado, Movimento, empresários. No entanto, a maioria da área correspondente aos núcleos 2, 3 e 4 é seca, o que dificulta a captação de água, que vem de uma fonte natural no pé da serra e é realizada duas vezes por dia nos períodos de chuva e em dias intercalados entre os núcleos ou durante as chuvas, por meio de um emaranhado de improvisos feitos de canos e calhas, tambores e caixas d'água espalhados em volta das casas como se nas figuras à seguir:

¹³ Laudo Agrônômico de Fiscalização. (Incra/Itesp – 2008)

Figura 3: Caixa d'água improvisada em torno da casa de dona Mari Alves



Fonte: acervo pessoal

Figura 4: Tambores para captação de água de chuva



Fonte: Acervo pessoal

Recorrendo a técnicas de manejo correto do solo, buscadas em universidades parceiras do Movimento ou em especialistas voluntários das mais variadas áreas e até de outros países, como exemplo, vindo da Austrália. Visando ao reaproveitamento de tudo que é retirado da própria terra e que não pode mais ser usado para consumo, “é visível a transformação da paisagem” (LOUZANO, 2009), como se constata nas figuras a seguir, de 2008, ou seja, seis

anos após a ocupação e as figuras das parreiras e das mangueiras cultivadas por Maria Alves, já ilustradas neste trabalho.

Figura 5: Acampamento Irmã Alberta em 2008¹⁴



Fonte: Itesp

Figura 6: Casas improvisadas no núcleo 1 em 2008¹⁵



Fonte: Itesp

¹⁴ Observa-se uma terra degradada e sem plantações.

¹⁵ Indica claramente que se trata de uma ocupação do MST, pois a bandeira do Movimento permanece sempre hasteada.

Diante do prolongamento das negociações, durante as quais se expediram várias ordens judiciais de reintegração de posse¹⁶, em meados de 2006, houve a esperança de que finalmente sairia a regulamentação por parte do governo e a área se tornaria assentamento. Assim, construiu-se um mural registrando a programação da inauguração com uma festa que contou com a presença de todos envolvidos, inclusive a Irmã Alberta. Esse evento permanece uma lembrança viva na mente de todos do acampamento.

Figura 7: Convite de inauguração



Fonte: Itesp

¹⁶ 2003 - Oficial de justiça notifica as famílias do cumprimento imediato de liminar de reintegração de posse proposta pela SABESP.

12/02/2003 - Reunião de acordo entre SABESP, Secretário de Justiça, INCRA-SP e ITESP, em que suspendeu o cumprimento da liminar de reintegração de posse até 30/03/03. (ITESP)

24/05/2005 - O juiz deferiu a revogação do pedido da reintegração de posse da Sabesp. (ITESP)

26/08/2005 - O mandado de reintegração de posse está em poder do oficial de justiça, que irá contatar o batalhão da PM para o seu cumprimento. (ITESP)

2006 - Situação Jurídica: Liminar de reintegração de posse requerida por Samir Murad - processo nº 612/02, 3ª Vara Cível de Bragança Paulista. (ITESP)

Liminar de reintegração de posse requerida pela SABESP, na 2ª Vara Cível de São Paulo, na Lapa: SABESP x MST – Proc. Nº 00402023665-8; 2º Vara Cível do Fórum regional da Lapa – SP. (ITESP)

Figura 8: Em 2018, o mural de 2006 se tornou símbolo de frustração



Fonte: Acervo pessoal

1.3 – A origem do nome: uma homenagem dos acampados à Irmã Alberta

No processo de ocupação, ou do “casamento”¹⁷, conforme relatado por Nice, o sujeito sem-terra conta com apoio não só do Movimento do qual faz parte (MST), como também de outros setores, associações e igrejas. Para a ocupação da Fazenda Ithayê, atualmente Comuna da Terra Irmã Alberta, o grupo contou com o apoio da população do bairro de Perus, pois temiam que a área virasse aterro sanitário, de outros acampamentos, como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás que atualmente são assentamentos regularizados e da Igreja Católica, por meio de alguns padres chamados por Maria Alves de progressistas, e também de algumas freiras, dentre elas Irmã Alberta.

Nascida na cidade de Veneza, na Itália, Maria Alberta Girardi (1921 – 2018), mais conhecida apenas por Irmã Alberta, chegou ao Brasil em 1971, em pleno período da Ditadura Militar, dirigindo-se primeiro para região do Bico do Papagaio, estado de Goiás na época e hoje pertencente ao estado do Tocantins, no Norte do Brasil, onde atuou denunciando a “expulsão e assassinatos de

¹⁷ O termo “casamento” às vezes se refere a um código usado entre os organizadores para não revelarem pistas sobre uma ocupação.

posseiros por parte de forças da ditadura em favor da expansão do agronegócio na região” (RAMOS, 2018).

Com a criação da Comissão Pastoral da Terra (1975), Irmã Alberta ingressou na organização e, em 1979, passou a trabalhar com Padre Josimo Moraes Tavares, parceria tragicamente interrompida em 1986, quando Josimo foi brutalmente assassinado dentro da sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a mando de fazendeiros da região do Araguaia-Tocantins.

Depois do acontecido, Irmã Alberta se refugiou na região de Currealinho, estado do Pará, onde permaneceu por nove anos, atuando em vários movimentos de atendimento à população mais carente. Depois da estada no Pará, ela instalou-se na capital paulista, sempre atuando em movimentos sociais ao lado dos menos favorecidos. No Movimento Fraternidade Povo de Rua, Irmã Alberta visitava pessoas em situação de rua e, no final de cada conversa, entregava-lhes um bilhete com a seguinte frase: “*Se quiser recuperar um futuro, venha conosco para o campo*” (RAMOS, 2018). Irmã Alberta dizia que não defendia os pobres, “*mas os pobres mais pobres*” (MARIA, 2016).

Ela atuou também na Pastoral Carcerária, visitando presídios do estado de São Paulo, os quais definia da seguinte forma: “Dentro do presídio não tem esperança, basta ver como eles vivem e são tratados. Aquilo não é vida. Com o trabalho da pastoral Carcerária é possível oferecer um pouco de esperança aos detentos, porque há também o trabalho de denúncia da Pastoral aos jornais” (GIRARDI, 2016).

Assim, sua luta transcendeu as várias esferas da sociedade e alcançou as do poder, o que a transformou em uma personagem importante nas mesas de negociações, como se observa na figura a seguir, em evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, sede oficial do governo de São Paulo.

Figura 9: Reunião no Palácio do Bandeirantes¹⁸



Fonte: Itesp

O trabalho da Irmã Alberta conquistou admiração não só dos povos que ela defendia, como também de associações governamentais e de outras autarquias, sendo agraciada com o título Doutora *Honoris Causa* pelo Instituto São Paulo de Estudos Superiores (Itesp). Ainda em reconhecimento ao seu trabalho, ganhou o Prêmio Franz de Castro Holzwarth da Ordem dos Advogados do Brasil e também recebeu uma homenagem da Câmara Municipal de São Paulo em 2015, no Dia Internacional da Mulher, assim como um Prêmio Especial dos Direitos Humanos. (DA REDAÇÃO, 2019).

A determinação de batizar o acampamento com o nome Irmã Alberta foi uma iniciativa dos próprios acampados, pois ela não só esteve presente durante todo processo de ocupação, como também visitava constantemente o local, como na comemoração dos quinze anos da ocupação, comemorada em 20 julho de 2017, ou em outros momentos, como ilustrado na figura a seguir. A frase transcrita denota toda a afetuosidade da Irmã com o local e com os acampados: “*Aqueles camponeses são todos meus irmãos*” (RAMOS, 2018).

¹⁸ Essa reunião é datada de 20 de maio de 2014 e foi tido como uma retomada nas negociações sobre o impasse entre acampamento Irmã Alberta e SABESP (ARTIOLI, Marcel. Relatório de Acompanhamento ITESP, 21 mar 2017

Figura 10: Irmã Alberta no mural de inauguração do assentamento



Fonte: 100Nonni

Irmã Alberta faleceu em 30 de dezembro de 2018, aos 97 anos em São Paulo, capital.

PARTE II – ENTREVISTAS COM MARIA ALVES E SILVANA

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido.

2.1 – Considerações sobre a entrevista com Maria Alves

A seguir, apresento a textualização das entrevistas, destacando que recorri a algumas inserções com a finalidade de esclarecer e/ou contextualizar determinadas informações, para tanto recorrendo não só ao uso de colchetes no próprio corpo textual, sobretudo quando as informações se referem a locais citados e siglas, mas também a notas de rodapé, quando o contexto exige complementações mais longas ou referências bibliográficas. Destaco ainda que os grifos (apresentados em itálico) são meus, usados para transcrever literalmente uma situação de oralidade (falas) e para destacar alguns termos específicos do repertório linguístico dos colaboradores.

Logo no nosso primeiro encontro – eu com Maria Alves [aqui chamada de Mari] –, ficou claro, diante do percurso de trabalho planejado com meu orientador Dr. Luiz Carlos Barreira, que ela seria uma “possível” colaboradora da pesquisa. Essa possível “certeza” surgiu depois da primeira visita ao acampamento, diante dos “sinais”, ou dos “indícios” (GINZBURG, 1989), que marcaram nossa conversa. Mesmo sendo uma entrevista informal, a experiência relatada por Mari muito me fez lembrar as reflexões de Thompson (2002) sobre a temática deste trabalho, as quais servem de sustentação ao meu projeto de investigação histórica sobre a percepção dos acampados do MST da relação entre educação e experiência, tal como descrito nos textos de Thompson (2002), (1981), (1998).

Com tudo acertado entre mim, meu orientador e a primeira colaboradora desta pesquisa, parti para a gravação do primeiro relato.

Nossas conversas ocorreram em quatro diferentes momentos: no primeiro, o objetivo era conhecer Mari (origem, formação cidadã, militância no Movimento, entrada na universidade, luta diária) como protagonista da sua história, seja como mulher e mãe, seja como liderança do Movimento; no segundo, entender o conceito de Comuna, incorporado na vivência e no nome do acampamento Irmã Alberta, no terceiro momento, que julgo ter sido muito especial para ela, falar do chão, da terra, do lugar pelo qual Mari luta há dezesseis anos: o acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta; no quarto e último momento, abordar questões relativas à Fábrica de Cimento de Perus [Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus S.A], lugar que, segunda a colaboradora, contribuiu para legitimar a ocupação das terras onde o acampamento foi montado, em função dos problemas causados pela fábrica, mesmo falida há décadas, à comunidade local.

Essas conversas foram gravadas em diferentes cenários, todos no próprio acampamento. O primeiro ocorreu quando nos sentamos a uma mesa, defronte um para o outro, na cozinha/área de serviço da casa de dona Mari, logo depois do almoço. No entanto, em determinado momento, saímos caminhando pelo acampamento, eu um pouco nervoso, afinal, além da cena para mim inusitada, também havia certa apreensão sobre se o que fosse falado, serviria para um trabalho acadêmico, já que para as entrevistas eu havia optado por não utilizar roteiros preestabelecidos ou mesmo um computador. Passados os momentos iniciais de tensão, a conversa foi acontecendo de forma natural e prazerosa.

Concluídos os quatro momentos de gravação, Mari atuou também como o canal que me levou a outros colaboradores.

2.2 – “Essa é minha gente, são os meus, o meu povo!”

Sou nordestina. Nasci na década de 1950, 27 de julho de 1953, para ser mais exata – na divisa de Pernambuco com a Paraíba, em uma cidade chamada Princesa Izabel, bem no interior, naquele sertão bem seco do Nordeste. Ainda criança, vim na mesma década para São Paulo, mas fui para o interior do Estado para trabalhar na agricultura.

Quando viemos para São Paulo, moramos dez anos na região de Tupã [localizada a quase quinhentos quilômetros da capital, na chamada Alta Paulista]

e Quatá [distante quarenta e três quilômetros de Tupã]. Em 1964, mudamos para o Paraná, onde trabalhamos na lavoura de café. Então minha infância foi assim, na roça, com muito trabalho, e quase não tive chance de estudar. As poucas escolas que frequentei, quando criança, eram de fazendas, escolas rurais, com estrutura precária, e eu precisava caminhar cinco, seis quilômetros, pois ficavam à beira de estrada.

Então é assim: uma criança que tem que sair de casa, andar cinco, seis quilômetros, quando chega à escola pouco consegue assimilar do conteúdo. É uma educação precária, um ensino precário, bem sofrido.

Estava em uma escola e, de repente, precisava mudar de fazenda, o que me obrigava a também mudar de escola, sendo que tinha de ir montada em cavalo até muitas delas. Imagine uma criança de oito, nove anos, ter que fazer todo o trajeto sozinha, arriscando a própria vida, porque muitas vezes passava inverno de gado. É assim que me lembro da minha infância, sempre uma dureza na questão da aprendizagem, da dificuldade de frequentar uma escola, sem falar também da dureza de ser filha de agricultores e ter que começar a trabalhar cedo. Lembro-me de que, com sete, oito anos de idade, ia trabalhar com meu pai na lavoura, ele me ensinando a trabalhar a terra. Eram muitas as nossas dificuldades.

Mas nem tudo é ruim na roça; a gente tem a liberdade de morar perto de um rio, tomar banho de cachoeira, de crescer com liberdade.

Lembro que, lá no Paraná, eu era uma juvenzinha de uns dez, doze anos, e a escola funcionava só seis meses... e por quê? Não só porque funcionava por ciclo¹⁹, mas também porque não havia o compromisso do município em manter a escola funcionando o ano inteiro ou mesmo em garantir um professor permanente. Aquelas crianças de sítio, filhos de agricultores que começam a trabalhar cedo, aos quinze anos ainda não estão alfabetizadas, as mãozinhas calejadas do trabalho duro... E aí, quando a escola volta a funcionar, as crianças até a frequentam, mas é um ensino muito quebrado, esfacelado, precário mesmo.

¹⁹ Era comum no interior, principalmente nas regiões de agricultura, que a escola só funcionasse nos períodos de entressafras, pois, na época da colheita, usava-se mão de obra também das crianças.

Quando chegamos ao Paraná, eu estava no terceiro ano [ensino fundamental 1] bem adiantado, muito bom. Naquela época, falava-se terceiro, quarto ano primário. Frequentava uma escola de boa qualidade, localizada em uma fazenda, na qual havia uma professora permanente. Era do município. O dono da Fazenda Santa Lina era um homem influente, logo não podiam faltar professores. A professora, que não morava na fazenda, vinha e passava a semana lá.

Tenho uma boa lembrança daquela escola, daquele período, porque foi uma época que parece que precisava mesmo acontecer na minha vida. A professora era maravilhosa, e havia compromisso da comunidade com a escola. Todos estavam envolvidos, então tudo que aprendi ali parece que valeu para o resto da minha vida. Acho que, na nossa infância e nos primeiros anos escolares, temos que ter professores bem amigos, bem comprometidos, porque acho que é por aí. São os primeiros passos na escola, e foi importante para mim tê-la frequentado.

Depois, lá no Paraná, a escola desandou, esfacelou, seis meses com aula, e depois mais nada, porque não havia professor, então continuei estudando por conta própria. Tinha isso em mente. As minhas primeiras leituras-foram muito incentivadas até por meu pai, que era semianalfabeto. Eu lia para ele aqueles livrinhos de cordel. Isso ajuda muito. Quando os próprios pais incentivam, as crianças acabam bastante motivadas. Então, semanalmente, ele trazia aqueles folhetinhos, livrinhos de cordel, alguns jornais cuja data eu nem imaginava, utilizados para embrulhar alguma coisa. O jornal era separado, dobrado, arrumadinho, colocado em algum lugar, porque eu ia lê-lo e eram as leituras a que tinha acesso. Por que não livros? Ah, naqueles tempos era difícil!

Na escola da fazenda aqui do interior de São Paulo, a professora tinha um cuidado de nos emprestar livros de contos de fada, então minha mãe me pedia que os lesse para ela, porque era analfabeta; então todo esse processo me incentivou a leitura.

Depois disso, houve um período que ficou ainda mais precário, pois era difícil mesmo ter acesso a uma escola. Havia uma de madeira a qual desabou. Mas foi reconstruída pelos sitiantes. Eles foram até o prefeito e disseram: *“Olha, prefeito, nós temos uma pessoa lá no sítio com condições de assumir a escola para dar aula, não é professora formada, mas ela é muito inteligente e está*

disponível”. Então o prefeito quis saber quem era a pessoa e eles disseram: “A filha de seu Joaquim, Maria Alves. Ela pode assumir a escola e alfabetizar as crianças”. E assim fiz esse trabalho de alfabetizar crianças por um período de dois anos.

Assumi em uma situação que você sabe... escola rural, longe de casa, com quarenta e cinco alunos, multisseriada, crianças que nunca tinham frequentado uma escola. Uma época sofrida, era mal remunerada... Você sabe como é isso. O trabalho não valia a pena pelo dinheiro, mas fiz com amor e consegui. Foi uma das minhas realizações! Imagine que até hoje pessoas me encontram ou sabem da minha existência, comentam que fui a salvação, que tiveram comigo a oportunidade de aprender a ler, a escrever e a contar, e mesmo tudo aquilo sendo bem básico, deram continuidade aos estudos; dizem que aquele período foi fundamental para elas, lá naquela escolinha.

Para eu poder lecionar na escola, fizeram um exame de equivalência, um teste que equivalia ao quinto ano, uma espécie de exame de admissão, e assim pude assumir a escola.

Vindo para São Paulo, comecei a participar de coisas que não tinham nada a ver com educação, porque não era formada. Fui trabalhar no comércio, na indústria, em outros setores, morando na comunidade carente ali no pé da Serra da Cantareira [declarada pela Unesco em 1994 como parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo], enfrentando muitas necessidades de organização e reivindicando várias coisas, fui participando e fazendo militância²⁰ junto, por necessidade, até acabar como liderança da comunidade, sem saber que eu era liderança, e então me convidaram a fazer cursos de educação popular, esses cursos que você conhece.

Fiz um curso oferecido pela PUC [Pontifícia Universidade Católica] de São Paulo, na AEC [Associação de Estudantes Católicos] fiz também pelo Centro Cida Romano [formação de adultos], e outro pelo Centro Cultural Vereda, que eram cursinhos de educação popular da época. Hoje já não sei como funcionam.

²⁰ Para o Movimento “o militante não é a abelha que vai de flor em flor, mas a própria flor que atrai para si a responsabilidade, de responder a cada uma com doçura e verdade que, lutar e vencer é saber perfumar de amor à humanidade. Envolver cada pessoa num grande abraço e, depois, andar juntos os outros passos. (BOGO, Ademar. Cartas de amor. MST: 2.ed. 2008)

Com isso acabamos desembocando na Ação Educativa e depois entrando pela reconstrução do Mova [Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos]²¹. Na reconstrução do Mova, voltamos à PUC, onde encontramos um pessoal que tinha um trabalho com Paulo Freire e logo começamos a trabalhar juntos. Eles usavam a pedagogia de Paulo Freire, pois foi justamente ele que implantou esse projeto no período em que era Secretário de Educação do município de São Paulo, na gestão Erundina²². Esse Movimento de Educação de Jovens e Adultos, bem abrangente na cidade de São Paulo, funcionava também em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Mas teve fim quando acabou a gestão Erundina e voltaram... ou tentaram voltar na gestão da Marta²³, quando ela ainda era do PT [Partido dos Trabalhadores], e fomos convidados a participar. Nesse período estávamos em sala de aula voluntariamente, com formação e apoio da Educação Popular.

²¹ O Mova surgiu em 1989 durante a gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com uma proposta que reunia organizações do estado de São Paulo e organizações da sociedade civil para combater o analfabetismo entre jovens e adultos. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/mova/>. Acesso em: 15 mar. 2018. Em 2005, um Projeto de Lei (Lei Nº 14.05, de 10 de outubro de 2005), com base no Projeto de Lei nº 110/05, do Vereador Paulo Fiorilo do Partido dos Trabalhadores, institui novamente o MOVA no município de São Paulo, em uma votação realizada no dia 14 de setembro do referido ano na Câmara Municipal de São Paulo e promulgada pelo então Prefeito José Serra. “Art. 1º Fica instituído o programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo - MOVA/SP, junto à Secretaria Municipal de Educação”.

“Parágrafo único. O MOVA tem como principal objetivo o combate ao analfabetismo existente entre jovens e adultos na cidade de São Paulo, proporcionando para tanto, o atendimento daqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental”.

“Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal de Educação adotar as medidas necessárias à execução do programa ora instituído, ficando autorizada a firmar convênios com entidades assistenciais, sociedades e associações regularmente constituídas, nos termos da Lei nº 7.693, de 6 de janeiro de 1972, e em conformidade com as diretrizes político-educacionais traçadas pela Secretaria Municipal de Educação”.

“Art. 4º Poderá ser concedido auxílio financeiro às entidades conveniadas, no valor a ser fixado em termo próprio, por classe a ser instalada”. Já numa Portaria (Portaria nº 10.041, de 28 de dezembro de 2017) assinada pelo Prefeito Fernando Haddad, atualizava “o valor do auxílio financeiro por classe em funcionamento e o auxílio financeiro relativo à alimentação para as Entidades que mantêm classes do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo – MOVA/SP”.

Art. 1º – O valor do auxílio financeiro mensal por classe em funcionamento fica reajustado, a partir de 01/01/2018 no valor de R\$ 1.418,84 (hum mil, quatrocentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º – O valor do auxílio mensal, por classe em funcionamento, relativo à alimentação dos alunos atendidos fica reajustado, a partir de 01/01/2018 no valor de R\$ 363,00 (trezentos e sessenta e três reais).

²² Luiza Erundina assumiu a Prefeitura da cidade de São Paulo em 1988, foi vereadora, secretária e é deputada federal. Disponível em: <http://www.luizaerundina.com.br/>. Acesso em: 26 mar. 2018.

²³ Marta Suplicy foi prefeita da cidade de São Paulo de 2001 a 2004. Foi deputada federal, senadora e Ministra de Estado. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5000>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Nesse período eu ainda não tinha contato com o Movimento. Sabia que existia, embora ainda não fosse divulgado. E sabe de quem recebia informações sobre o Movimento? De meu pai, que já falava da Reforma Agrária. Você se lembra de uma novela chamada *Rei do Gado*?²⁴. Pois bem, por meio dessa novela o Movimento me chamou atenção; a igreja também foi importante, pois é bem envolvida nessas coisas, e havia umas mídias populares e também uns *padrezinhos* um tanto quanto progressistas.

A Pastoral da Terra atuava em salas de aula de educação popular, o que me dava acesso às mídias como *O Brasil Popular*, *Jornal Sem Terra*, todos falando do Movimento, mas o que mais chamou atenção mesmo, a ponto de ficar indignada, foi o massacre do *Eldorado do Carajás*²⁵, que me tirou bastante dos eixos, porque cruel. Outro momento de contato com o Movimento ocorreu quando estávamos na cidade de São Paulo, trabalhando no Movimento Popular, durante a gestão PT, participando da primeira candidatura de Lula. Estávamos na Paulista [Avenida Paulista] e chegou uma marcha dos Sem Terra. Aquele povo de rosto curtido, cara de trabalhador, sabe, companheiro? Então me voltei para mim e, mesmo morando vinte e poucos anos na cidade de São Paulo, pensei: “*Essa é minha gente, são os meus, o meu povo!*”. Então nos reportamos a nossos avós, a nossos pais, a nossa gente... Foi aí que passei a me interessar um pouco mais pelo Movimento. Levava o *Jornal Sem Terra* e *Brasil de Fato* para a sala de aula. E dava uma boa aula!

Eu era meio macaco sagui; fazia de tudo um pouco!

Não trabalhava mais na indústria. Afastada por um problema de saúde, passei a participar do projeto Arte na Rua, que trabalhava com crianças carentes. Também estava envolvida com movimentos de saúde popular, nas unidades

²⁴ Novela produzida pela Rede Globo e exibida no horário das 20 horas, entre 1996 e 1997. Escrita por Benedito Ruy Barbosa com a colaboração de Edmara Barbosa e Edilene Barbosa, direção de Luiz Fernando Carvalho e a participação de Antônio Fagundes, Patrícia Pillar, Raul Cortez, Glória Pires, Fábio Assunção, Silvia Pfeiffer, Carlos Vereza, Stenio Garcia, Jackson Antunes etc. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/o-rei-do-gado/trama-principal.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.

²⁵ O Massacre do Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. Em 17 de abril de 1996, dezenove sem terras foram mortos pela Polícia Militar, depois de um confronto em um acampamento com 1.500 pessoas. O massacre aconteceu depois que elas decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora de desapropriação de terras na região. Com isso, a Polícia Militar foi até lá com a ordem de desobstruir a BR-155. O enfrentamento se deu nesse momento, e dezenove pessoas foram assassinadas. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

básicas de Saúde, assim como na reconstrução do Mova, já com formação por meio do NAE [Núcleo de Apoio ao Estudante], com pessoas espalhadas em várias escolas de formação popular e atuando em sala de aula. Eu mesma atuei como educadora da EJA [Educação de Jovens e Adultos] durante cinco anos. Foi uma ótima experiência, pois abordava um tema bem pertinente, envolvendo Educação Ambiental.

Paralelamente a isso tudo, também trabalhava numa rádio comunitária chamada Rádio Cantareira.

Defendemos esse projeto, trabalhamos, fomos a Brasília, ficamos um tempão salvaguardando esse projeto, que funcionava mesmo sem regulamentação, sob nossa responsabilidade. Trancávamos com cadeados, íamos, ligávamos o transmissor no ar, se percebêssemos alguma ameaça da polícia federal, tirávamos o *transmissorzinho* do ar e trancávamos novamente o local, meio que assim, trabalhamos por muito tempo. Isso na comunidade da Brasilândia [distrito do município de São Paulo].

Fiz um cursinho de técnica de locução que me permitiu comandar um programa aos sábados. Em um determinado dia, o presidente da rádio chegou e disse: *“Maria, vem um pessoal do Sem Terra e você vai fazer uma entrevista com eles; dá um atendimento”*. E aí tive contato com os companheiros do Movimento. Ainda me lembro desse dia! Veio o Paco, que é um peruano e hoje mora na região de Franco da Rocha [município do estado de São Paulo localizado na Região Metropolitana de São Paulo], e o Mauro, um companheiro hoje assentado na mesma região.

Fiz a entrevista. Eles falaram da panfletagem que faziam na região e também de uma casinha que mantinham alugada para o atendimento à comunidade. Depois da nossa conversa, disseram: *“Oh, tal dia tem o encontro dos coordenadores e das monitoras na igreja e a gente vai estar lá para falar um pouco sobre o Movimento, aparece por lá”*. E foi assim! A partir daquele dia, comecei a participar. Fiz minha *“inscriçãozinha”* e, quando voltei para sala de aula, levei uns *panfletinhos*, expliquei o que era o Movimento e também já fui dizendo: *“Tô indo!”*. Os alunos ficaram pasmos. *“Como assim? Ela vai participar do Movimento? E a gente?”*. E eu disse: *“Fiquem calmos que vou para o Movimento, mas uma pessoa ficará aqui, assumindo a sala, que não será abandonada”*. Quando ficaram sabendo que eu estava em sala, trabalhando no

Mova, uma educadora popular com mais de cinco anos de experiência, não teve outra proposta para mim; disseram: *“Você vai montar uma sala de EJA aqui no acampamento”*. E logo fizeram o barracão.

Nesse período estávamos recuados ali nos fundos do acampamento, onde hoje fica o assentamento Dom Pedro Casaldáliga, já regularizado, então construíram um barracão de lona e já no dia seguinte lá estava eu, com os companheiros, fazendo aquilo de que mais gostava: ensinar. A aula terminava às 18h30, eu pegava um ônibus que passava naquela estrada ali, descia na comunidade e ia direto para outra sala de aula. Fiquei nessa rotina por um tempo, até que outra pessoa fosse preparada pelo NAE e pudesse assumir as aulas.

Foi um período difícil, companheiro, eu entrava na sala de aula e logo começava a chorar. Mais de cinco anos.... Tenho muitas lembranças desse período. Lá eu ajudava a desenvolver projetos e também recebia uma *remuneraçãozinha*, não era muito, mas dava para viver, e por causa disso muitos não acreditavam sairia dali um dia, mas para mim foi uma escolha. Na dificuldade que vivemos nas comunidades, é complicado largar o certo pelo duvidoso; lá era o certo, garantia um pouco de dinheiro todo mês, e no Movimento é só trabalho de voluntário, de militante mesmo, aquele que acredita em uma causa maior. O MST não remunera, não tem salário, só trabalha com projetos. Não faz muito tempo, houve um projeto do MEB [Movimento de Educação de Base] em que os monitores foram remunerados. Eu mesma já recebi, ainda que por pouco tempo, uma remuneração vinda do MEB, que tem dinheiro, pode desenvolver projetos, são da CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil] e, como você sabe, a Igreja Católica tem dinheiro. Já o MST não tem como gerar recursos, quando geram, é proveniente de projetos e de parcerias. Aqui, por exemplo, tenho vontade de que haja uma escola permanente de EJA, sem remuneração, um projeto com começo, meio e fim. É muito legal ouvir alguém dizer: *“Oh, já consegui me alfabetizar”*, *“Eu vou para uma escola pública ou para um ensino mais elevado”*, porque para os analfabetos, ou mesmo para os semianalfabetos, acho que o ensino só funciona se for permanente, mesmo não remunerado, não precisa ser remunerado. Para mim, não há satisfação maior que oferecer aquilo que aprendi, o que eu sei fazer.

Chegar a uma escola, duas horas por dia, à tarde ou à noite, dar uma aula, abordar um tema superinteressante, isso é importante. Por exemplo, um

tema do próprio Movimento, falar sobre Reforma Agrária, mesmo que não trate dos conflitos, falar de meio ambiente, um tema que precisa sempre ser discutido. Ou debater sobre a produção de alimentação saudável, sobre alternativas de vidas, de recursos, sobre a questão da água do planeta, para mim são temas que não se acabam. Não existe essa de: “Ah, falei de água, não precisa falar mais; falei da questão da terra, não preciso falar mais”. Esses temas coisas precisam fazer parte da formação permanente, e dá para abordá-los sempre. E para falar disso não precisaria de recursos, porque temos o conhecimento, vivemos isso. Fazemos continuamente a defesa de alimentos saudáveis, de cuidado com as nascentes. Não é coisa de outro mundo, são temas que do nosso dia a dia, é tudo que fazemos aqui. Sei que existem pessoas por aí falando desses temas, mais muito distantes, ou centradas em algum lugar ou em uma instituição, muito deslocadas dos problemas. Onde tem um rio que está poluído? Onde se vê a degradação do meio ambiente? Aqui, companheiro! Para mim é importante a questão das águas; ter um local onde isso possa ser debatido todos os dias, seja na alfabetização seja em um sistema de aprendizagem mais avançado, falar dos cuidados, do reuso, do aproveitamento das chuvas, isso é muito pertinente.

Aqui já fiz algumas oficinas sobre plantação de uvas e como fazer o manejo depois da colheita. Alguns alunos vieram, fizeram uma vivência, mas foi bem rápido, uma coisa passageira. Seria interessante se houvesse uma agenda permanente, um trabalho sem interrupção sobre essas questões, principalmente das águas²⁶. Um dia, regularizando o Irmã Alberta, vou lutar por isso. É o meu maior sonho.

Mas tem um problema. Quando surgem projetos que envolvem dinheiro, aparecem também muitos interesses, as coisas acabam tomando outros rumos, portanto, quando acaba o dinheiro do projeto, ele também acaba, e todo o trabalho fica perdido, por isso defendo que não seja remunerado. Um bom exemplo nos remete aos indígenas. Lá, para qualquer coisa, precisa primeiro

²⁶ A questão da água volta e meia retornava nas nossas conversas, pois, lá no acampamento, a falta/escassez dela é uma realidade. A água que os abastece vem de uma fonte natural e é consumida sem tratamento; a canalização foi feita por eles mesmos, com o custo rateado entre todos.

ouvir a voz da liderança da aldeia; no quilombo, a mesma coisa, tem que se ouvir a liderança quilombola, mas aqui é diferente. Por que não ouvir a liderança comunitária? Temos que ser voluntários em primeiro lugar. Nem tudo precisa envolver dinheiro. É uma troca legal quando um projeto envolve o voluntariado. Você está aqui, precisa da minha experiência, das coisas, da minha fala, e eu preciso que você divulgue o nosso Movimento, a minha vivência para poder enriquecer seu trabalho, que para você é importante. Uma pesquisa que você escolheu fazer, e ela precisa ter qualidade, não envolve dinheiro, essa é uma troca que não tem preço, é um trabalho voluntário e de militância.

Quando relato toda minha luta na área urbana, no período que era mais juvenzinha e que assumi a escola rural no interior do Paraná, isso é uma militância.

Vou fazer uma volta para que entenda o que é ser um militante e como me tornei militante.

Uma liderança na área rural, na roça, começa geralmente em uma capelinha que se liga a uma paróquia da cidade. Não tem um padre fixo, ele vai lá às vezes e celebra uma missa, atende a toda região. A população se envolve, ainda que apenas em alguns períodos.

Temos datas muito comemoradas nas comunidades rurais: a Páscoa, o mês junino, o período de Maria, que é maio, o Natal e também a Festa de Reis, quando saímos arrecadando prendas para festa, que acontece em seis de janeiro. Então lá tínhamos isso; as pessoas são muito católicas e, ao se envolverem na igreja, acaba aparecendo uma liderança. E assim comecei, sem saber, tornando-me uma liderança. Lá também virei *rezadeira* de terços, porque o pessoal promovia orações nas casas e ficavam: “*Quem reza o terço? Quem reza o terço?*”. E como eu estava sempre presente, consegui ser um pouco visível, com o meu jeito de ser, de atuar e tudo mais, já dando aula na escolinha. Desse jeito o que você não é acaba virando, e assim virei a *rezadeira* dos terços.

Quando vim para a cidade de São Paulo na década de 1970, em 1975 fiquei por uns dois anos e meio pagando aluguel, e do lado do local onde eu morava abriram um loteamento, no morro do Jardim Damasceno, eu ia todo dia trabalhar e via aquelas placas, aquelas faixas. Mesmo pagando aluguel, conseguimos comprar um lotezinho, uma *chacarazinha*, aqui na região de Cajamar, mas meu marido não queria vir e precisamos devolvê-lo... E ainda,

enfrentando umas complicações para resgatar o dinheiro das prestações que já tínhamos pagado, tentamos vendê-lo por fora. Meu marido queria dar o lote por perdido, mas não desisti. Corri atrás. Nessa época tinha meu filho mais velho... hoje tenho dois filhos e quatro netos, três meninas e um menino. Meu marido continuava não acreditando e falando que tínhamos perdido, mas não desisti, vim e resgatei; também vendi umas pedras decorativas que havia naquela *chacarazinha*, e assim resgatei tudo que já tinha pagado, e ainda me sobrou um dinheirinho que me permitiu dar entrada para comprar o terreno onde pagava aluguel. O nosso ficava de um lado da estrada, e do outro lado estavam abrindo os lotes, que eram o Jardim Damasceno, e assim fomos construindo. Aquela construção do tipo mutirão de família e tudo mais, e construímos o básico para sair do aluguel. Quando começamos a construção, também enfrentamos vários problemas, pois o loteamento era clandestino. Havia ameaças de desapropriação, de acabar com tudo, e só conseguimos reverter isso, meu amigo, com muita luta. A nossa sorte é que contávamos com um padre, que era um sujeito daqueles de que a comunidade precisa. Ele atuou junto, revertermos tudo e conseguimos que os loteamentos fossem regularizados, e toda infraestrutura que tem lá hoje, linhas de ônibus, melhorias de asfalto, luz e as melhorias de bairros, ocorreram por causa dessa luta. Então, todas essas lutas se chamam militância, mas eu não sabia disso.

Quando eu estava lá, em todas as reuniões, articulando, indo com o povo, fazendo as passeatas, os protestos, eu estava construindo a minha militância, mas isso só percebo agora. Meu envolvimento com o Movimento de Educação, com os movimentos populares de Saúde, com todas as demandas do bairro, tudo é motivado por mais necessidade, e é assim que se vai aprendendo a ser militante, é uma construção, um processo, mesmo sem que no momento não percebamos. No fim de semana, não tem lazer. *“Ah! Eu vou passear”*. Não! Não vai porque tem um compromisso. Você precisa atender seu pessoal. Para conseguir minha casinha simples e sair do aluguel, militei até na Pastoral da Criança, na Pastoral da Moradia. Então, se uma ocupação do MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem Teto] estiver ameaçada de despejo, se eu puder, estarei lá ajudando na articulação. Resumindo: ser uma militante, é lutar, lutar, lutar todos os dias. É muitas vezes acordar cedo e não ter hora para dormir. Eu

sempre brinco dizendo que entrar no Movimento foi apenas atravessar a rodovia, pois já havia construído minha militância, só não tinha noção disso.

Quando você fecha a sua casinha, que é simples, mas “confortavelzinha”, por cinco anos, sem nem mesmo a alugar, é porque assumiu de fato um compromisso social, uma militância.

Ao chegar a uma área como esta, logo surge a ideia de ter uma rocinha de milho, de abóbora, de quiabo, uma pequena criação de galinha, de adquirir um pedacinho de terra para fazer a construção do barraco, essa é a primeira ideia que surge quando vamos fazer uma ocupação, e conseguir isso já é uma realização. Mas, quando se chega, percebem-se outras demandas, tão fundamentais quanto ter um pedacinho de terra, e que não é mais só uma conquista sua, mas de toda classe trabalhadora, isso, meu amigo, não tem preço. Quando se veem outros companheiros, que, assim como você, estão há anos lutando para conseguir a chave do seu cantinho, você não é mais você, acaba se transformando. Já está envolvido coletivamente, compromissado com a consciência de classe, o que até então a cidade nem lhe permitia pensar.

Que consciência de classe tem o cara que passa doido para ir trabalhar, com medo de se atrasar, e vê o outro apanhando, sendo agredido pela polícia, enquanto luta por seus direitos e finge que não é com ele? Sendo que são da mesma categoria, da classe trabalhadora.

Que consciência de classe tem o cara que fica no bar tomando sua cervejinha e não participa das manifestações? E estas ocorrem para melhorar a situação de vida dele. Porque viver em acampamentos é ter que se levantar muitas vezes cedo, pegar sua bandeira, seu boné, sua faixa, seu cartaz e ir fazer uma reivindicação. É ir a determinado lugar e dizer: *“Nós, classe trabalhadora, estamos aqui reivindicando nossos direitos, estamos aqui porque precisamos melhorar a situação de nosso povo”*.

Isso é ter consciência de classe. É o modo pelo qual o sujeito se emancipa. Livra-se de todo o egoísmo e alcança a liberdade de classe, o que é difícil, principalmente neste país em que se começa a trabalhar com sete anos de idade, como eu comecei; já passei por tudo isso, companheiro. E só estou fazendo um resumo porque não envolve só a mim, meu amigo. Encontro outras “Marias”, como eu digo, encontro outros “Josés”, outros “Antônios”, “Pedros”,

encontro muitas pessoas que têm esse objetivo e fazem essa luta, porque adquiriram essa consciência.

Porque não é o burguês agrário e nem o burguês urbano que vai fazer a reforma agrária; não é o burguês agrário, nem o burguês urbano que vai defender as bandeiras que defendemos; quem vai ter que defendê-las seremos nós, classe trabalhadora. Não é desse povo que vem a Reforma Agrária. Esse país é histórico no que se refere à expropriação, à exploração, aos roubos das nossas riquezas. Não temos outro caminho senão a luta. Não adianta as pessoas virem aqui e dizer: “*Poxa, mas logo o MST!*”. Não adianta criticarem nossas ações. Sabemos que desde o Descobrimento, passando por Canudos, por lutas contestadas, aqui sempre ocorreram lutas. Lutas messiânicas, radicais, muita luta mesmo, o povo não ficou parado. E isso porque sempre nos negaram o nosso acesso à terra, aos meios de produção, aos bens e às riquezas dessas terras. E por causa dessa negação surgem as lutas organizadas, as ligas camponesas, a CPT [Comissão Pastoral Terra], os sindicatos rurais, culminando no MST em 1984. Houve muitas lutas dos povos indígenas²⁷. Nossos negros. A grande luta nos Quilombos²⁸, sangrenta, cruel, mas resistiram.

Hoje as lutas já não são tão sangrentas como em outras épocas, mas isso não significa que não ocorrem; acontece que lutamos para não perder mais tantos companheiros, para não expor as famílias, as pessoas envolvidas na luta. Hoje somos um povo que vai para uma marcha e resiste até quando dá, mas não podemos enfrentar os *trabucos* e a repressão do Estado, porque isso significa morrer, jogar-se num poço. Fazemos de tudo para não nos jogar na frente de uma arma pesada. Quando ocorre um despejo truculento, tememos pelas vidas, porque eles [polícia] estão superprotegidos, nós não.

Já passei por um despejo truculento, violento mesmo, aqui na Serra do Japi [pequena cadeia montanhosa localizada no sudeste do estado de São Paulo], em uma ocupação que fizemos. Eram mais de cem famílias saindo em

²⁷ Leia mais sobre as lutas indígenas em: COLL, Josefina Oliva de. Resistência indígena: do México à Patagônia: a história da luta dos índios contra os conquistadores. V. 3. Porto Alegre: L&PM, 1986. Outra leitura que também nos ajuda entender o que foi a luta e resistência dos povos da América contra os europeus é a clássica obra de Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*. GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

²⁸ Um exemplo que podemos citar entre tantos é a luta do Quilombo dos Palmares.

marcha na estradinha, de um lado e do outro um cerco de policiais armados, todos com aqueles aparatos, e as crianças as mulheres assustadas com a cavalaria, a *cachorraria* e tudo. Helicóptero roçando a nossa cabeça, e não tínhamos como nos defender. Que armas possuíamos? Só as enxadas do pessoal que estava trabalhando, e as foices. Em meio ao desespero, uma das companheiras gritou: *“Maria, puxa uma música para ‘distencionar’ um pouco!”*. Eu estava sobre um barranco meio alto, e dava para ver os companheiros saindo com as mochilas nas costas, aquelas ferramentas, e a sua família ali, no meio, todos tensos, preocupados. Porque era muito violento! E comecei a cantar:

*“Esse é nosso país, essa é a nossa bandeira,
é por amor a essa pátria Brasil
que a gente segue em fileira.
É por essa pátria Brasil
que a gente segue em fileira.*

[...]

*Queremos mais felicidades,
nesse céu azul cor de anil,
no verde a esperança sem fogo,
na bandeira que o povo assumiu.
No verde a esperança sem fogo,
na bandeira que o povo assumiu”²⁹.*

Companheiro, sou prova disso, porque a emoção e a música não saíram da boca, mas de todo meu ser. Começou no mais profundo do peito e, ao sair pela boca, foi mais forte que o barulho dos helicópteros. Com a emoção que cantei e com a voz que botei naquele momento, vi policiais, mulheres e homens, indo às lágrimas. E *distencionou* tudo. Tanto a canção quanto a emoção fazem

²⁹ Letra completa da música *Ordem e Progresso*: Esse é o nosso país, Essa é a nossa bandeira./ É por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira. Queremos que abrace essa terra, por ela quem sente paixão, quem põe com carinho a semente, pra alimentar a nação. Quem põe com carinho a semente, pra alimentar a nação. Amarelos são os campos floridos. As faces agora rosadas, se o branco da paz se irradia, vitória das mãos calejadas, se o branco da paz se irradia, vitória das mãos calejadas. Esse é o nosso país. Queremos mais felicidades, no céu deste olhar cor de anil, no verde esperança sem fogo, bandeira que o povo assumiu; No verde esperança sem fogo, bandeira que o povo assumiu. A ordem é ninguém passar fome, progresso é o povo feliz; a Reforma Agrária é a volta, do agricultor à raiz. A Reforma Agrária é a volta, do agricultor à raiz. Autoria de Kapenga Ventura. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/beth-carvalho/ordem-e-progresso/>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

nascer uma força em nossos companheiros, porque também se amedrontam ao ver helicóptero em cima, policiais armados embaixo, mas aquela canção mudou tudo. Deu de conseguirmos entrar em um refúgio do lado e deu tudo certo. Eu me lembro disso até hoje, foi um marco na minha vida. A música, as cantigas, temos ambas como uma ferramenta de trabalho, ferramenta do Movimento³⁰; os policiais estão loucos para jogar um gás. Ter uma tensão ali, naquele momento, e alguém puxa um violão, alguém canta. Muda tudo. Todos ficam fortalecidos.

Eu me fortaleço em uma marcha, em uma ocupação. Naquela hora, naquele momento que saímos e podemos sofrer uma repressão, um ataque de policiais, um ataque do governo. Um *trancaço* de rodovia move você lá dentro, é uma coisa que ninguém gostaria de fazer ou faz porque acha bonito, mas por necessidade, arriscando vidas. Nesse momento, aqui dentro de mim, companheiro, algo muda. Vejo a necessidade de nos envolvermos cada vez mais. Porque não precisaríamos fazer isto que fazemos de vez em quando: trancar rodovias, ocupar prédios públicos, entrar em áreas e depois sofrer uma truculência da polícia, ninguém precisaria disso.

Em virtude dessa situação, algumas coisas foram mudadas no momento de uma ocupação. Precisamos alterar as estratégias para que fossem mais bem cuidadas, porque assim ninguém vai pôr em risco as famílias. Sabemos que em alguns estados a polícia chega para matar, a ordem é essa, ela está a serviço do Estado, a serviço de outros interesses. Nós somos inimigos, pois, quando eles falam assim: “*Estão invadindo!*”, respondemos: “*Estamos ocupando!*” Isso os fere, porque querem justificar a truculências dizendo que nós somos invasores, que nós somos vândalos, que nós somos baderneiros. Então, já

³⁰ Assim como a música é tida como uma linguagem usada nos momentos de tensão ou comemoração, outros símbolos também são para o militante participante do Movimento Sem Terra uma forma de linguagens que compõe o ser militante. Vejamos por exemplo a bandeira do Movimento com suas cores e seu logotipo. Cor vermelha: representa o sangue que corre nas nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária, pela transformação da sociedade; Cor verde: representa a nossa esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; cor branca: representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social; cor preta: representa nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: representa a luta nacional dos Sem Terra e que a reforma Agrária deve acontecer em todo o país; Facão: representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista; trabalhadora e trabalhador: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

sabemos que, quando vamos para as ruas fazer uma ação, a polícia não estará lá cumprindo seu papel, estará lá “para causar” [chamar atenção], porque qualquer coisa que aconteça ela vai justificar dizendo que fomos nós os agressores. E eles sempre terão razão; estão ali para reprimir e proteger a propriedade privada, isso ou aquilo. Afirimo que, em todas as marchas, o militante vai com um objetivo, decidido a proteger uns aos outros, pois sabemos que não contamos com a proteção do Estado; a polícia não está ali para proteger as famílias, mas para reprimir. Por isso tudo é muito planejado.

O dia de um militante do Movimento é planejado. Começa com uma Mística³¹, pois tudo em que se vai trabalhar no dia remete à Mística... “*Oh, foi falado isso na mística*”. “*Esse debate vai acontecer por causa disso ou daquilo*”. A Mística é muito importante no Movimento.

Aqui no Irmã Alberta o processo de ocupação foi tranquilo, não sofremos truculência. Tudo foi bem planejado.

Quando fiz minha inscrição, juntei-me com uma *companheirada*, pegamos um ônibus e, ao ver aquelas pessoas, companheiros que nunca tinha visto, todos de áreas de favela, de zonas de risco, pessoas em situação de rua, pessoas albergadas, um pessoal que vivia com uma única refeição, uma sopa servida em uma associação espírita lá no *Batuíra*.. Outros estavam na situação de pagar aluguel ou não ter mais condições de pagá-lo. Ver todas essas situações nos motiva. Quando entrei no ônibus, vi todo o pessoal da igreja, os padres que nos davam apoio, por um momento não acreditávamos que nossos planos estavam tão próximos de virar realidade. Eu com meu kit pronto no lombo, porque todos precisam levar um para se manter nas primeiras vinte e quatro horas; um colchonete, um cobertor, travesseiro e um básico para os primeiros dias. Eu levava um quilo de arroz, mais um quilo de feijão, um pouco de óleo, um punhado de sal, porque eu não sabia como ia ser lá.³² No local já funcionava uma cozinha

³¹ Mística refere-se à apresentação feita no início dos encontros do Movimento. As pessoas que se envolvem na preparação querem expressar, por meio de uma mensagem, as razões pelas quais lutam, criando, de forma imaginária, o mundo que querem alcançar, para que os presentes vejam e se animem a ajudar a construir aquela ideia, aquele sonho. Nos últimos tempos, os movimentos sociais passaram a usar a palavra mística como sinônimo de animação. Bogo, Ademar. *A mística: parte da vida e da luta*. Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html>. Acesso em: 12 abr. 2019.

³² Quando a colaboradora fala “lá”, faz referência ao acampamento Dom Pedro Casaldáliga, o local onde se organizou a ocupação do acampamento Irmã Alberta.

comunitária, e tudo aquilo que levei, e o que os outros companheiros levavam, serviria para alimentar todo aquele pessoal.

Ficamos recuados por um período, tentando desmobilizar a construção do lixão, que foi o motivo da ocupação, desmontar o projeto de aterro sanitário da área, e permanecemos ali seis meses, até entrarmos na área.

Chegamos aqui em 2002 e estamos até agora. Em 2004, entramos lá na fazenda onde sofremos o despejo truculento, depois entramos em outra fazenda que estava à venda, em seguida em outra lá perto dessa mesma fazenda, e fomos despejados nove vezes. Mas hoje é assentamento. Vivemos um período em que fizemos uma série de ocupações. A luta não é fácil. Despeja, volta, despeja, volta, até conseguir a área. Nada no Movimento é de graça; a luta não é fácil, mas, quando é encarada, vira-se um militante, ninguém o convence do contrário. Porque só nós podemos fazer a reforma agrária. É muito gratificante cada terra conquistada para as mãos dos trabalhadores, para que possam construir sua moradia. Ouvir um companheiro dizer: *“Oh, eu sou construtor, eu sou produtor”*, isso, meu querido, traz uma alegria imensa. Hoje posso garantir que não sou mais uma pessoa largada, com baixa estima, com sensação de que não sou capaz, porque a cidade faz muito isso. Nega o acesso, e então a pessoa vai ficando cada vez mais marginalizada, a ponto de atentar contra a própria vida. Entrega-se ao álcool, aos vícios, mas aqui é tratada de forma diferente, adquire consciência, porque esta também é a função do Movimento: promover uma formação permanente, consciente, para que o sujeito possa viver entre amigos. Nós fomos numa marcha em 2005, de Goiânia até Brasília, dezessete dias, mil e quinhentos indivíduos, todos marchando, sem ninguém atentar contra a vida de ninguém, tudo na paz.

O dia que andamos menos na rodovia foram dezenove quilômetros, mas não andávamos o dia todo, porque saímos às cinco horas da manhã e marchamos, ao meio-dia precisávamos estar em um determinado local para refeição, banho, um descanso. No outro dia, às cinco horas novamente, continuávamos, e foram dezessete dias até Brasília. Uma marcha de protesto, de reivindicação e, quando chegamos lá, a polícia de veio quente, para causar com todos. Em meio ao alvoroço, gritamos para a *companheirada*: *“Não entra na provocação!”*. Por causa dos helicópteros que roçavam nossas cabeças, o serviço de comunicação falhou e não conseguimos falar com os companheiros,

mas graças a Deus ninguém morreu, ninguém se feriu, foi uma experiência e tanto, *velho*³³. Eu participava de um teatro na marcha, uma peça cujo encerramento foi lá na Esplanada [Esplanada dos Ministérios]. Tudo isso vai compondo nossas experiências.

Como eu vinha falando: viemos para entrada dessa área e nos posicionamos, foi tranquilo. Em uma madrugada, fizemos um acampamento na área do projeto de lixão. A maior preocupação era construir um barracão que abrigasse a todos, aí, *velho*, você não sabe onde é e quem está dormindo do seu lado, na sua cabeceira. Mas houve toda uma organização do Movimento, com a segurança feita por um pessoal que já vem de luta e se uniu para fazer esse acompanhamento. E ali tem ronda, a noite toda fica gente observando. Uns dormindo, outros fazendo ronda, revezando-se até de manhã. Dorme-se com segurança porque qualquer *piuzinho*, qualquer coisa que alguma pessoa fizer que não seja condizente com a organização, convoca-se uma reunião na hora e a segurança conversa; se for o caso de botar para fora, põe, mas tem que garantir a segurança da *companheirada*. Aí, *velho*, dormimos, e dormimos bem. Meu amigo, depois de um dia inteiro de luta, o sujeito está cansado, e ainda tem aquela coisa da terra, mesmo sem conforto algum, é uma coisa que agrega. É assim que se dá um processo de ocupação.

É um processo bem dinâmico: logo de madrugada já tem uma reunião, sempre depois do café. São reuniões para delegar tarefas, todas coletivas, ninguém realiza nada sozinho. Tem o pessoal da estrutura, há aqueles que vão buscar madeira na mata, cortar o eucalipto. Fulano faz isso, cicrano faz aquilo, e não demora muito para se construir uma estrutura. Aqui, esta estrutura foi construída por nós, era um galpão grande, a cozinha, enorme.

Fazem a reunião geral, e todos são chamados; tem a reunião só da coordenação, que é o pessoal que vai coordenar o acampamento. Chega um momento em que todos começam a entender que cada um tem uma participação ali. Então, aquele sujeito que nunca se acha capaz, quando é chamado para produzir alguma coisa, quando é convidado, ele se envolve mesmo, porque começa a se achar útil. A coordenação pergunta: “*E a senhora, dá para ajudar a fazer a ciranda, preparar a refeição?*”. Ela mesma já diz: “*Não, vou ajudar a tirar*

³³ *Velho, querido, companheirada, filho*, foram termos usados constantemente durante nossas conversas.

o *eucalipto*". Isso, companheiro, é riquíssimo dentro de um acampamento. As tarefas são de todos, não importa se é mulher, homem, jovem, todos devem contribuir. E explicamos isso desde o início do acampamento, dizemos que todos serão chamados para as atividades. Por quê? Porque também temos que trabalhar a questão de gênero – homem pode trabalhar na ciranda, cuidar de criança, não tem problema. Temos lá toda uma rotina, todo um desenvolvimento, e assim vamos caminhando. Os barracos, por exemplo, são construídos por prioridades: uma mulher que não tem marido, mas tem filhos, o barraco dela é construído primeiro; depois o dos idosos; por último, o dos solteiros.

O acampamento não é um lugar triste, é super alegre – as pessoas conversam, entrosam-se, contam piadas, cantam. Quando chegam os finais de semana, às vezes se promovem festas, umas coisas para alegrar a turma, e tem sempre as canções na Mística, e todos cantam. O hino é muito forte, cantado assim:

*Dentro somos a nossa liberdade,
braços fortes que rasgam o chão,
sobre a sombra de nossa valentia,
desfraudemos a nossa rebeldia
e plantemos nessa terra,
como irmãos venha lutemos,
punhos erguidos,
nossa força nos leva edificar
nossa pátria livre e forte
construída pelo poder popular³⁴.*

³⁴ Letra completa do hino do MST: Vem teçamos a nossa liberdade braços fortes que rasgam o chão sob a sombra de nossa valentia desfraldemos a nossa rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos! Vem, lutemos punho erguido. Nossa força nos faz a edificar. Nossa pátria livre e forte construída pelo poder popular. Braço erguido ditemos nossa história sufocando com força os opressores hasteemos a bandeira colorida despertemos esta pátria adormecida o amanhã pertence a nós trabalhadores! Vem, lutemos punho erguido Nossa força nos faz a edificar Nossa pátria livre e forte construída pelo poder popular. Nossa força resgatada pela chamada esperança no triunfo que virá forjaremos desta luta com certeza pátria livre operária e camponesa nossa estrela enfim triunfará! Vem, lutemos punho erguido. Nossa força nos faz a edificar. Nossa pátria livre e forte construída pelo poder popular. Letra: Ademar Bogo; música: Willy C. de Oliveira. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>> Acesso em: 03 nov. 2018.

O sujeito assimila a música e entra no espírito da coisa. Esse hino é uma canção muito forte, respeitosa, que faz as pessoas irem entendendo tudo; [o hino] vai transformando, e você já não é mais a mesma pessoa. Vai desconstruindo coisas em seu interior e assumindo outros valores. Começa a pensar mais no companheiro a sua volta, no seu país.

As crianças também representam uma preocupação dentro de um acampamento, durante uma ocupação. O Movimento tem toda uma preocupação. Entra em ação o pessoal da saúde, que é também uma prioridade; não é alguém que vem de fora, somos nós mesmas, as mulheres, que nos revezamos para fazer. Existe o pessoal da Ciranda e o local que chamamos o *barraco da Ciranda*.

A Ciranda é uma escola diferente, não um depósito como as creches. É um espaço onde ocorrem brincadeiras, artes, diversão mesmo, mas também muito aprendizado. Tem todo um desenrolar. A criança precisa gostar da Ciranda, e o mais interessante é ela ser composta por pessoas do próprio acampamento, pessoas que têm uma formação nessa linha, mas também podem participar pessoas não formadas.

Eles têm que aprender toda a dinâmica de trabalho com crianças, e as mães também se juntam naquele espaço de convivência; as mães estão ali, a comunidade está ali, todos estão ali em torno daquelas crianças. Isso faz com que elas se sintam com mais liberdade, porque estão em um espaço da família, juntos com a comunidade. Mas aí você me pergunta: “*Ah, mas dá muito trabalho?*”. Dá, mas esse trabalho, essa dinâmica, esse desenrolar, todo o processo faz as pessoas se sentirem bem, felizes, porque percebem todo um esforço em prol delas. Se recebemos uma doação de bolachas, ou de alguma coisa, só um exemplo, é de todos, e todos vão cuidar. Não existe a possibilidade de ser só de um. Há os horários da merenda, as mulheres já sabem o que tem que ser feito, porque essas crianças precisam ser bem cuidadas, bem alimentadas.

A Ciranda é importante no acampamento; mesmo que a criança frequente outra escola, nós a mantemos. Aqui no Irmã Alberta, conseguimos vagas nas creches municipais de Cajamar [município brasileiro do estado de São Paulo. Situa-se na microrregião de Osasco, distante vinte e nove quilômetros da capital estadual] para algumas crianças, mas elas continuam a frequentar a Ciranda,

pois é esse espaço que fará essa criança se mantenha ligada às lutas do acampamento. A luta por educação e terra aqui no Irmã Alberta foi o tema que desenvolvi no TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] da graduação que fiz na UFSCar [Universidade Federal de São Carlos], no curso de Pedagogia da Terra³⁵.

Quando falo da luta pela educação, é porque sou dedicada a ela desde o princípio. Pegar as famílias, as crianças, e fazer o reconhecimento da trajetória de cada um, seja em escolas, seja fora delas, essa é uma luta; manter um trabalho de Ciranda dentro do acampamento é também uma luta em favor da educação. Esse trabalho de EJA feito dentro de acampamento, carregando muitas vezes os livros na cabeça – sofria um despejo, colocava a caixa de livros na cabeça e tinha que sair –, isso tudo é uma luta em favor da educação.

No meu TCC descrevo essa luta. Falo da luta de alfabetização de jovens e adultos, da educação dentro do acampamento, desse meu compromisso com a educação, sabendo que o Movimento é um *movimento pedagógico* e que, a partir da hora em que o sujeito se insere no Movimento, ele tanto pode se desenvolver, crescer, no sentido de melhorar suas condições de vida e de estudo, como também pode proporcionar isso aos outros. É como um ciclo: o sujeito sai daquela vida miserável em que se encontrava e tem sua autoestima elevada, porque planta, produz seu alimento, desenvolve alguma coisa dentro do Movimento, e dessa forma ele cresce e o Movimento cresce.

Eu, por exemplo, mesmo com toda formação que trazia dos movimentos de educação popular, já acampada aqui, fui para o Rio Grande do Sul fazer o EJA Médio/Técnico na Escola Josué de Castro, que é um curso oferecido pelo ITERRA [Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas da Reforma Agrária]. Foi um período de grande aprendizado! *Velho*, foram dois anos fantásticos. Quando voltei, queria fazer meu roçadinho de milho, plantar minha horta, desenvolver meu lote. Eu não tinha este ainda, escolhi este pedacinho quando houve o desmembramento, e então cada um pôde escolher sua área. Esse era muito feio, mas eu estava determinada: “Vou fazer uma plantação”. Mas logo me disseram:

³⁵ SILVA, Maria Alves. A Luta por Terra e Educação no acampamento da Comuna da terra Irmã Alberta. 2011. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia da Terra) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2011.

“*Maria, você está indicada para a primeira turma de Pedagogia da Terra da UFSCar*”, e lá fui eu novamente para a sala de aula.

Fiz parte da primeira turma desse curso, que teve início em 2011, com quatro anos de duração. Começamos com sessenta alunos e houve poucas desistências, poucas mesmo. Todos egressos de acampamentos e assentamentos, sendo eu a vovó da turma. Gente de outras regionais e também de outras federações... Reraesp [Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo], Omaquesp [Organização de Mulheres Quilombolas e Assentadas do Estado de São Paulo], FAF [Federação da Agricultura Familiar], e havia um pessoal de Quilombo. Eram quatro movimentos rurais que fizeram parceria com a UFSCar... Foi um desafio e tanto, mas consegui! Às vezes, apesar de *arrebentada*, estava lá, assimilando tudo direitinho. Concluí com dez e parabéns. Eles [Movimento e UFSCar] me deram essa oportunidade.

Tenho problemas de artrose, limitações físicas, mas o desafio, meu companheiro, é pegar aqueles textos, e quando não se foi criado na academia, não se estudou em escola de ponta, se vem de educação rural, com uma educação toda esfacelada, e se perceber diante do desafio de fazer trabalho, de assimilar tudo, de ler aqueles textos, um mais difícil que o outro, *velho*, você tem que se esforçar mais ainda. É quebrar paradigmas.

Havia dias que me via diante do meu orientador, que também era coordenador do curso, e dizia: “*Bezerra³⁶, quero fazer um trabalho de qualidade*”. Para mim, isso era ponto de honra, porque não frequentei escolas boas, tenho uma educação baseada na realidade, continuei: “*Me ajuda, porque não quero fazer um trabalho meia boca só porque sou uma mulher da roça. Agora tenho a oportunidade, estou cara a cara com você, então me ajuda pelo amor de Deus*”. Ele me olhou e, depois de uns segundos, falou: “*Vamos fazer*”. O professor fez questão de trazer Marcos Cassin da USP [Universidade de São Paulo] de São Carlos e outra professora para minha banca, e antes mesmo de me avaliarem, já se referiam ao meu TCC como um trabalho que entenderam perfeitamente. Disseram que eu estava de parabéns. Então, filho, imagina se não valeu a pena, se essa velha aqui não ficou derretida.

³⁶ Dr. Luiz Bezerra Neto, coordenador e professor do curso de Pedagogia da Terra na UFSCar, 2006. Disponível em: <<http://www.pedagogiadaterra.ufscar.br/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

Quando acabou, voltei dizendo: “*Agora já era*”. Joguei a bagagem aí no canto, computador, texto. Falava para todos: “*Não quero mais universidade. Vou cuidar da roça*”. Aí novamente veio o pessoal e me disse: “*Maria, abriram uma oportunidade na USP, um curso de residência agrária, coisa pela qual você vem lutando há tanto tempo, e está convidada a participar*”. Não pensei duas vezes e fui e fiz mais trabalho primoroso³⁷.

Na graduação houve algumas coisas que não consegui abordar; além disso, existiam algumas coisinhas para mexer na pesquisa e que tinha vontade de retomar. Então foi a oportunidade e fiz *Práticas, uso, conservação de sementes nativas e crioulas no acampamento Irmã Alberta*, e fechei o ciclo. Voltei à vida acadêmica, arrastar malas, viver de um lado para outro. Era uma parceria com a ENFF [Escola Nacional Florestan Fernandes], então foi mais fácil. O alojamento era lá, um ambiente tranquilo, ambiente nosso. E na USP tivemos que marcar nosso espaço, como sempre acontece com pessoas que vêm de áreas socialmente marginalizadas. Foi muito bom, encontrei pessoas maravilhosas, inclusive os professores da USP. A professora Lisete, a professora Sônia, que eu já conhecia dos Movimentos de Educação Popular, quando ainda nem imaginava que um dia ia trabalhar com esse tema.

Foi um curso maravilhoso, minha orientadora é uma mulher superengajada, viajada, conhecedora do tema. Aonde ela vai, leva uma sacola de sementes, então isso tudo ajudou. A praticidade dela me ajudou muito. Porque a vivência da professora foi sempre em defesa desses temas. Teve também minha coorientadora, que me ajudou demais. Quando fui para banca defender o TCC, fiz questão de falar: “*Este TCC não é só meu, é de vocês também*”. Tive até ajuda do além, porque meus maiores teóricos já morreram. Para mim foram fundamentais Josué de Castro³⁸, Paulo Freire, tantos outros e

³⁷ SILVA, Maria Alves. *Práticas sociais e processos educativos de conservação e uso de sementes nativas e crioulas na Comuna da Terra Irmã Alberta*. 2015. 41 f. (Especialização/Residência Agrária: Educação do Campo e Agroecologia) – Universidade Federal de São Paulo. 2015.

³⁸ O texto que ela se refere é o “Geografia da Fome: o dilema brasileiro. Pão ou Aço. Algumas questões trazidas pelo autor nesta obra se assemelha as questões trazidas por dona Mari: “Quais são as causas ocultas desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome?” (*Idem*. p. 12), “Será por simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos especulativos e criadores dos nossos tempos?” (*Ibid.* p. 12)

“Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução – a revolução russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se

outros que já se foram, e como abordei as sementes nativas e crioulas, também fiz uma homenagem aos ancestrais, os guardiões das sementes, que são os indígenas, os quilombolas. A semente crioula é forte e importante para nosso povo, por isso a defendo tanto e busco espalhar meu conhecimento por onde passo. Cultivo, faço trocas com outros companheiros, essa também é uma luta minha. Criei um vínculo, é uma paixão mesmo. Há pessoas que vêm de Campinas pegar sacas e sacas de sementes aqui; há outras do Vale lá de Sete Barras [Vale do Ribeira]. Fizemos um plantio de milho crioulo aqui em parceria com eles e foram muitas sementes para lá.

A semente crioula é produzida naturalmente. Essa semente vem de povos originários, o que não é pouca coisa! Uma semente que não sofreu transgenia, que foi plantada no sistema agroecológico. Não sofreu nenhuma adubação e nem componente químico, os tais defensivos de que falam hoje.

Esse milho aqui, bem diante de nós, se eu quiser, posso reservá-lo todo, porque é uma semente de qualidade. A semente crioula, chamada nativa, é pura. Por que os indígenas e os quilombolas fazem tanta questão de guardar suas sementes? E os povos anteriores? Sabe por que as mulheres originárias do semiárido do Nordeste e os homens guardam as sementes? Porque quando vem a chuva, a cada dois, quatro anos, não importa quanto tempo, eles plantam e a semente germina. Mas só porque são sementes naturais. Essas lutas precisam ser repetidas nos acampamentos e assentamentos, por isso defendo escolas aqui, escolas do nosso povo, para o nosso povo.

As escolas não transmitem a história verdadeira da nação, do Brasil. Omitem o que aconteceu nos sistemas de governos, nos sistemas que foram implantados no país. Fazem recortes. Dizem que é o Brasil um país que foi

apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo" (Ibid. p. 13).

Em outro momento o autor destaca o quão é importante o conhecimento sobre novas matrizes alimentar e novas formas de manejos para que aconteça a revolução social, ou seja para que todos tenha comida na mesa. "De fato, o conhecimento exato da situação alimentar dos povos, dos recursos de que poderão dispor para satisfazer suas necessidades de nutrição, é absolutamente indispensável para que se leve a bom termo a revolução social que se processa com incrível velocidade nos dias em que vivemos. Revolução que, segundo se vislumbra pelas transformações já processadas, está criando universalmente um novo sistema de vida política, que poderemos chamar, como sugere Julian Huxley, a era do homem social, em contraposição a essa outra era que terminou com a Segunda Guerra Mundial, a era do homem econômico. (Ibid. p 19)

CASTRO, Josué. Geografia da Fome: o dilema brasileiro. Pão ou Aço. Rio de Janeiro, Civilização, 2006.

descoberto, negando a existência de nossos índios. Desde o início, no Primeiro e no Segundo reinados, implantaram sistemas para dizer que fomos um país que não surgiu como nação. Que não veio de nossa gente.

Contam historinhas mentirosas de que tudo começou com o desrespeito ao povo, o saque riquezas, a exploração, a expropriação para enriquecer outro país, como ocorre até hoje. Somos o quintal dos países do primeiro mundo. Quando eles querem resolver o problema de combustível, plantam cana aqui, devastam e contaminam nosso solo, nossas águas, para resolver o problema de combustível deles. Nós temos terras férteis, boas, muita água, e ainda uma mão de obra barata; isso é respeito à soberania? À Nação?

Apresentam a princesa Isabel como heroína, sendo que outros países aboliram o sistema escravista e o Brasil ainda demorou trinta anos para resolver a questão... E ainda festejam, acham que temos que ficar agradecidos.

Por isso, companheiro, foi tão importante para nós a eleição de Lula, importante para nossa luta, para nossa militância, pois precisávamos disso e merecíamos. Foi um sonho que se tornou realidade. Um metalúrgico, um sindicalista, Lula esteve desde o início conosco, e a criação do PT foi uma alternativa para o povo trabalhador. Um partido saído das massas, dos movimentos sindicais e populares. A classe trabalhadora precisava e precisa de partido, precisa mesmo.

Tivemos alguns percalços, mas o PT ainda é o partido da classe trabalhadora, e precisamos, mais do que nunca, ter força, ainda mais que na primeira eleição, para elegermos o companheiro Lula de novo, porque fomos nós das militâncias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos outros movimentos sindicais, foi a *companheirada* que saiu às ruas para defender a candidatura de Lula.

Criticamos as alianças, mas sabemos que, para ter a tal governabilidade³⁹, elas são necessárias, mesmo que sejam feitas com partidos dos quais discordamos. É difícil ver um partido que nasceu da classe

³⁹ Aqui a colaboradora se refere às alianças feitas pelo PT para vencer as eleições e para depois ter base para governar. Uma dessas alianças criticadas até mesmo dentro do partido foi a com o PMDB (agora MDB), que teve Michel Temer na chapa como vice-presidente. Nas eleições de 2002 e 2006 em que Lula se sagrou presidente, o vice em sua chapa foi o empresário José Alencar, do Partido Liberal; já para a eleição de sucessão de Lula a candidata foi Dilma Rousseff, do PT, e trazia na chapa Michel Temer, do PMDB.

trabalhadora e para a classe trabalhadora fazendo alianças com partidos de direita, partidos de centro-direita, mas naquele momento foi necessário para que Lula pudesse governar. Quando o PT se aliou ao PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] na época, escolhendo como vice Michel Temer, percebemos que ia dar muito errado. Frei Beto publicou um texto falando sobre isso. Como se neste país vice não governasse. Lembra quem foram os vices? Sarney e Itamar Franco⁴⁰ acabaram presidentes. Quando vimos a aliança com o PMDB, já sabíamos o que estava acontecendo, qual era a intenção desse partido e dos outros partidos da direita. Ficamos numa situação ruim, mas decidimos que em todo e qualquer governo íamos continuar a luta, mesmo o governo sendo Lula.

Não foi fácil. Durante o governo dele, fizemos algumas lutas, mas sabíamos que estava difícil para Lula também, embora precisasse ter tomado algumas decisões. Tínhamos Chavez, Evo⁴¹, que romperam com a burguesia lá, e aqui Lula precisava ter feito o mesmo, rompido com a burguesia, com esse capitalismo que só destrói. Acho que esse foi o único erro dele; esperávamos que fizesse esse rompimento. Se tivesse ocorrido, talvez já tivéssemos resolvido o sofrimento de hoje. Teríamos evitado⁴². Estou falando por mim, Maria Alves, não falo aqui que esta seja a opinião do Movimento Sem Terra.

Agora nós, do Movimento, entendíamos que temos que fazer a luta, que o povo tinha que fazer a luta, independente disso ou daquilo. Acho importante ter um companheiro nosso na presidência, mas não acho que pelas vias governamentais as coisas serão resolvidas. É bom ter um dos nossos lá, porque podemos negociar com maior tranquilidade, menos perda. Agora estamos vendo um desmonte. Quando vimos em 17 de abril aquele parlamento agir daquela forma, ali caiu a *fichinha* de que nem o governo Lula nem o da Dilma iam

⁴⁰ Em 1985, já no período de redemocratização do Brasil, Tancredo Neves foi escolhido em eleição indireta para presidente, tendo como vice José Sarney, ambos do PMDB, mas antes mesmo de assumir, Tancredo faleceu. Sarney assumiu em seu lugar.

Nas eleições de 1989, já com voto direto do povo, Fernando Collor de Melo foi eleito Presidente da República, tendo como vice Itamar Franco, ambos do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), mas, alegando-se corrupção, Collor sofreu impeachment e em 29 de dezembro de 1992 Itamar Franco assumiu o posto de presidente. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/itamar-franco/biografia>. Acesso em: 25 mar. 2019.

⁴¹ Hugo Chávez, presidente na Venezuela de 1999 – 2013, e Evo Morales, presidente na Bolívia desde 2006 até dias atuais (2019). Ambos considerados “socialistas”.

⁴² A colaboradora faz referência ao impeachment sofrido por Dilma Rousseff em 2016.

conseguir levar adiante os projetos de que a classe trabalhadora precisa. O partido estava sendo golpeado exatamente por isto, para que a classe trabalhadora não tivesse mais um representante lá. Naquele momento o partido tinha que ter olhado para a classe trabalhadora, e não falo só do MST, só da reforma agrária, mas para toda a classe trabalhadora que foi abandonada muito tempo atrás e não olhou. Essa é minha crítica. Como dizem os caras: “*Ele deu algumas migalhas do Estado*”.

Podemos dizer que o Lula resolveu um pouco da fome, da miséria, mas agora era hora de ele estar no governo, de Dilma estar no governo, para dar continuidade às melhorias para o povo. Tem muito para se fazer, existe uma classe abandonada, desfavorecida, principalmente no Nordeste. Aqui no Sul, ainda temos mais ou menos, conseguimos dar um jeito, mas aquela região sempre foi abandonada e, falem o quiserem, só os governos do PT olharam um pouco mais para aquele povo.

Aqui no Sudeste, no Sul, temos chuva, e isso facilita muito; você planta o milho, o milho dá; agora, com três anos sem chuva, vai plantar o quê? A chuva é uma maravilha em nossa vida.

No final da década de 1990 e início da de 2000, havia um estudo e uma avaliação com uma proposta de assentamento diferenciado. Assentamentos já aconteciam no campo, lá no eixo do campo, partindo da ideia de repartir as fazendas em áreas. Existia um pessoal que estudava a realidade da reforma agrária brasileira, e teve um companheiro, Delveque Mateus⁴³, que fez um projeto oriundo desse estudo. Assim, em conversas com alguns militantes, pensaram em uma proposta diferenciada de assentamentos próximos das grandes metrópoles, a qual passou a ser denominada de *Rururbano*. Tal nome se referia, por exemplo, a um assentamento que ficasse a cinquenta quilômetros do centro indo para o interior. Todos com tais características tiveram por essa denominação, e logo depois *Comuna da Terra*⁴⁴, e por que esse nome? Porque ela é uma proposta adequada aos grandes centros, à população mais urbana,

⁴³ Membro da direção Nacional do MST e da Via Campesina (Osasco). Disponível em: <https://al-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2952079/ato-contramudancas-no-codigo-florestal-reune-ambientalistas-e-movimentos-sociais>. Acesso em: 26 mar. 2018.

⁴⁴ Comuna, no sentido amplo, significa uma comunidade local, urbana ou rural, com relativa autonomia administrativa, um município. Do francês, *commune* (a menor subdivisão administrativa do território). Disponível em: <https://www.significados.com.br/comuna/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

mais de acordo com a realidade dessa população. Uma população que vem da cidade e que talvez não queira ir para as áreas rurais, distantes dos grandes centros, que não tem uma vivência no campo, e a proposta de Comuna surgiu para suprir isso.

Queremos que o trabalhador consiga produzir valorizando as práticas, organizando-se em cooperativas para que possam industrializar o que for produzido na terra. E não só isso, mas trabalhar também a cultura, pois estamos localizados no entorno da grande metrópole, o que vai possibilitar uma implantação mais adequada de centros de culturas, não só as relacionadas aos manejos da terra, mas também de outras culturas. E ainda mais facilidade para implantar escolas técnicas, que agora chamamos de Escolas Técnicas Agroecológica, que vêm ao encontro das populações mais urbanas.

Outro ponto também da Comuna é que às vezes a pessoa não precisa morar nela, mas ter uma relação que lhe possibilite desenvolver trabalho. Isso chamamos de relação campo/cidade, que se dá na forma de produzir e na de pensar. Pensar no sentido de, talvez em curto prazo, ter um polo cultural de comunicação entre as comunas, interligando todas elas, trocando experiências, no intuito de ver os interesses dessas pessoas.

Consideramos também o fator educação. Nem em todo acampamento há escola, e as famílias têm sempre essa preocupação de ir para o eixo do campo. E como ficarão os estudos dos filhos? Essa é uma preocupação constante. Mas não em assentamentos próximos das cidades, porque existem várias escolas no entorno.

Percebemos isso quando vamos fazer trabalho de base com as famílias, porque é uma das primeiras perguntas que fazem: “*Tem escolas? Meus filhos vão ficar sem estudar?*”. E como hoje temos garantido por lei que o Estado disponibilize vagas nas escolas, fica mais fácil ocupar perto dos grandes centros. No eixo do campo também há garantias de se fornecer transporte, mas sabe como é. Lutamos por *escola do campo*, e não escola “*pro campo*”. Porque existe uma grande diferença.

A escola do campo deve ser pensada e gerida pelo povo do campo, e a escola “*pro campo*” é pensada pelos gestores (Estado), fora da realidade de quem vive no campo. Como são eles que montam toda a estrutura, logo caberá a eles também decidirem toda a metodologia, e a escola funcionará como a

urbana. Adotarão os conteúdos da escola urbana, pois nem mesmo os diretores de tais são do interior, pelo menos não são do Movimento e não mantêm relação alguma com a Reforma Agrária; portanto, a escola funcionará fora da realidade do campo.

Essa é nossa luta. Quando um professor vai seguir o currículo da CPT, essa direção está ligada ao campo, ao Movimento. Então lutamos para que os professores sejam do próprio acampamento, do assentamento, do Movimento, pois assim trabalharemos de acordo com a realidade da criança. Sempre gosto de contar uma historinha: foi ao campo, passeou a cavalo, geralmente tem uma pessoa que cuida do animal, no lugar há um rio bonito, bem cuidado, isso é um passeio no campo. A criança que não vive ali é levada a pensar que não é ele o sujeito, que não é ele o real. Já a criança do campo vê a realidade de modo diferente; quando questionada, ela diz: *“Eu tenho um cavalo, eu ando a cavalo, eu cuido dos animais”*. Veja a diferença.

No passeio existe sempre a figura de um empregado, alguém que cuida do cavalo; não é ela, a criança que mora na cidade e vai em férias para o campo, que vai fazer a melhorias; ela apenas foi lá, fez o passeio e, saindo dali, não terá mais nenhuma ligação com aquele ambiente. Já a criança do campo diz: *“Nós temos um cavalo. Nós cuidamos dos cavalos, da comida deles”*.

Fui a uma escola em Araraquara onde as crianças diziam: *“Sabemos cuidar da roça. Vamos para a roça com nosso pai. Somos nós que plantamos a mandioca”*. Isso é diferente da pessoa que vai passear e vê alguém fazer um plantio de milho, de mandioca... Em uma pescaria, são as crianças que pescam, que tratam do peixe, essa é nossa realidade.

Agora, voltando para Comuna, ela, se bem construída, será diferente da Comuna de Paris⁴⁵, que foi aquele levante do povo, mas que acabou rápido. A Comuna também não se baseou nos quilombos, que era um bem comum, voltado para todos. Ela é norteadada pelas ideias dos coletivos com a mistura de campo e cidade, categorias de trabalho nas quais talvez não seja o sujeito que

⁴⁵ Levante revolucionário na cidade de Paris em 1871. Para um entendimento sobre a Comuna de Paris, trago como sugestão de leitura os textos de MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Rio de Janeiro: Vitória, 1956. Marx, Karl. A Guerra civil na França. Versão em E-book, 1999: Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

fará o manejo da terra, as podas, os plantios, mas o sujeito incluído de forma produtiva em um processo em que todos estão envolvidos.

Quando falamos de produção alimentar, de culturas, de agricultura, de agroflorestas⁴⁶, falamos exatamente porque envolvemos técnicos, cientistas – não somos nem contra a ciência nem contra as tecnologias –, mas precisamos também que essas tecnologias venham contribuir, venham ao encontro dos interesses dos acampados. Que sejam usadas em recuperação de solo, de manejo consciente, de manejo sustentável, e não para destruir. Isso é fundamental não só para as pessoas, mas também para que nos vejam.

É mais difícil que vejam um projeto lá no eixo do campo, porque as pessoas não vão viajar quinhentos quilômetros para conhecer tal realidade; no entanto, se ficar próximo dos grandes centros, será visualizado, defendido. Muitas pessoas vêm aqui, estabelecem vínculo conosco, e ainda estamos na situação de acampados. Agora, se esta área virar assentamento, será lindo ver os projetos acontecerem aqui. Lindo de acompanhar.

Comuna da Terra também significa lugares pequenos, porém com projetos bem elaborados, que geram rendas. Não defendemos a produção para o grande mercado, pois nossa proposta não é o lucro máximo, mas o lucro ótimo, porque este não degradará a terra nem explorará o homem. E o melhor é que não existe uma regra para ser acampado. Existem algumas responsabilidades, como todos as têm no dia a dia. A pessoa chega e começa a frequentar, participa dos projetos coletivos, pode ser estudante ou ter um trabalho, mas precisará de tempo disponível para atuar no Movimento, e por isso não é bom que tenha vínculo com empresas, que seja registrado, pois trabalhamos para a emancipação do sujeito, e ser empregado implica ser explorado.

A pessoa atua da maneira que consegue. Se há uma determinada atividade e ela pode participar, programa-se e vem. Tem um período que chamamos de “vivências”, e a pessoa diz: *“Desse dia vou participar”*. Isso é fundamental para criar uma relação com todos, porque precisamos avançar, ter cada dia mais pessoas com um olhar voltado à questão da Reforma Agrária, da alimentação saudável. Ainda precisamos avançar muito nesse sistema

⁴⁶ O Sistema Agroflorestal (SAF) ou, popularmente, agrofloresta, combina o plantio de árvores ou arbustos com cultivos variados para consumo e comercialização. Disponível em: <https://pontobiologia.com.br/o-que-e-uma-agrofloresta/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

agroecológico de produção, que chamamos de nova Matriz, na medida em que é uma alternativa que vai contra a produção industrial convencional que está aí, impactando o solo e envenenando tudo. Quanto mais pessoas se unirem nessa causa, mas ela ganhará espaço.

Entretanto, também pode acontecer de o sujeito chegar e dizer: “*Minha coisa não é morar em um acampamento*”. Ele terá lugar, não precisará radicalizar e fazer como eu fiz, colocar uma mochila nas costas, trancar a porta da casa e ficar pronto para o que der e vier. Comecei com a ocupação do acampamento Dom Pedro; quando perguntaram quem queria lutar pela ocupação da Comuna Irmã Alberta, levantei a mão e me coloquei à disposição. Meu nome foi colocado em assembleia e aqui estou.

Este é outro ponto. Tudo é levado para ser decidido em assembleia. Uma vez aprovado o nome, somos convocados, seguindo sempre os trâmites estabelecidos pelo Movimento. Por exemplo, surgem as reuniões de núcleos, depois as questões seguem para a coordenação do acampamento, de onde vão para o coletivo da direção regional, da qual faço parte, e depois para uma reunião da coordenação estadual, e toda a demanda de reivindicações é levada para o diretório nacional. E não é uma decisão que vem do alto comando; ela surge de dentro do acampamento, e todos ficam sabendo.

Quando chegam as demandas, elas são definidas segundo o critério de prioridades. Este ano mesmo [2018] ficou decidido que o trabalho seria de massificação do Movimento. Às vezes, surgem outras demandas em meio às discussões anteriores, e então o diretório nacional decide e nos envia o que ficou resolvido para ser posto em prática pelas regionais. Faço questão de seguir à risca, sem duvidar, porque conheço cada um que decidiu, seja na estância nacional, seja na estadual, pois todos são companheiros que surgiram das bases, pessoas que conheço e admiro como atuam. Elas não decidem sozinhas, fazem todos participarem, mulheres e homens; em todas as instâncias, seja de setor, seja de organização de acampamento, seja do coletivo regional, estadual, ou nacional, tem sempre a figura da mulher e a do homem.

A coisa que mais queremos é que essa terra seja liberada; são quinze anos de luta, muito tempo. Que seja de fato regularizada para que vejamos com mais clareza a construção da Comuna da Terra, pois não abrimos mão disso de jeito nenhum. Aqui seria a realização de uma Comuna inédita, porque estamos

dentro da cidade de São Paulo. Tempos atrás, falávamos do Cinturão Verde⁴⁷. da cidade de São Paulo, que agora nem é tão verde e que precisa de proteção, pois só ele é capaz de proteger os mananciais e os riosinhos que abastecem represas, por exemplo, Cantareira, Guarapiranga, Billings, mas que já se encontra violado com a entrada de lixo.

Muitos riosinhos foram soterrados, como podemos ver, e agora também o setor imobiliário vem impactando muito nesse Cinturão Verde, um impacto que será sentido em todo o entorno da cidade de São Paulo. Além disso, também existem os eucaliptos plantados principalmente pelos Abdalla⁴⁸, e os eucaliptos são maléficos em regiões onde se precisa de reserva, de cobertura. Eles drenam as terras, tornando-as estéreis às práticas agrícolas, secam o solo, as nascentes, puxam muita água. São árvores individualistas, e por quê? Se você for a um calipal, não verá animais, pois eucaliptos não produzem alimentos para o ecossistema. Todas as folhas que caem ressecam muito o solo e acabam com toda vegetação de que a terra precisa. Não podem ficar adultos; se forem plantados com alguma finalidade, precisarão ser cortados antes que se tornem árvores grandes, em razão de impactarem demais o solo. Os troncos prejudicam outras arvores; se for plantar feijão e tiver um tronco ali, terá muita dor de cabeça.

Precisamos trabalhar bem estas terras aqui, fazer um bom manejo, deixar o mato crescer, em seguida fazer o roçado para que a vegetação se transformasse em nutrientes depois da decomposição. Foi um verdadeiro trabalho de recuperação de solo. É proposital quando podamos as árvores e deixamos os restos no solo, considerando que os manejos aqui se dão na base das podas, na plantação de árvores nativas e frutíferas. Muita bananeira, porque ela ajuda. Os caules acumulam muito biomassa, então todo mato roçado é deixado ali mesmo, porque já passou o tempo das queimadas, o tempo de

⁴⁷ Cinturão Verde é uma área verde de preservação, responsável pela qualidade de vida da população que habita seu entorno. Além de abrigar os mananciais que abastecem a cidade e as cabeceiras e afluentes dos rios que cortam a área urbana, esse espaço estabiliza o clima. O cinturão auxilia na recuperação atmosférica filtrando o ar poluído, abriga grande biodiversidade de espécies, protege os solos de áreas vulneráveis, garante parte da segurança alimentar das cidades, constitui reserva do patrimônio cultural, apresenta forte potencial para novas descobertas científicas e estimula as atividades autossustentáveis. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2011/12/saiba-o-que-e-o-cinturao-verde-da-regiao-metropolitana-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

⁴⁸ Família de grandes produtores de eucaliptos.

plantar fazendo coivaras⁴⁹, nosso solo não aguenta mais. Ele não tem como proteger as formigas se não houver a cobertura morta, que são os galhos que apodrecem ou a cobertura verde. Está vendo esse saco de sementes? É de adubo verde que temos que plantar. O feijão guandu é um adubo verde, um defensivo natural.

Não são plantas para comercializar, na medida em que fixarão nitrogênio no solo, darão a cobertura para refrescá-lo e criar os microrganismos de que a terra precisa.

Aqui se plantava milho, mas não dava uma espiga, nem crescia. Plante agora e veja como fica. As plantas eram apenas *cipozinhos* e um capim brachiaria todo amarelinho porque o solo era pobre, degradado. Se você escavar um pouco por aí, vai encontrar metais, vidros, porque foi lugar de descarte de entulho e lixo. Durante muito tempo, ao se mexer na terra, percebia-se que o solo estava ressecado, a terra cinza, aquecida. Ia plantar e, por conta dos metais, que aquecem as raízes das plantas, não se colhia nada. Demorou, mas a natureza se refez, mesmo muito degradada, ela se refez e com os manejos corretos, gerou vida; quando se faz, a terra responde. E só se consegue tudo isso quando se trabalha a formação de todos.

Eu já corri muito, logo no início, porque havia pessoas que queimavam a palha, o capim. Roçavam o guandu e faziam as *coivarinhas*, e eu ia lá e dizia: “*Meu amigo, você só tem esse recurso de adubo para sua terra? Não faça isso*”. Cansei de tanto falar a mesma coisa, *velho*. Trabalhamos naquilo em que acreditamos. É um trabalho de base, permanente, cotidiano.

Essa área não é pequena, então corri muito. São 119 hectares, mas houve um desmembramento de seis hectares porque disseram que era área de comercialização e industrialização pelo zoneamento. Mas com as negociações com os empresários voltaram, porque o negócio inclui toda área, indo até os bambuzais. Caso ele seja mesmo efetivado, vinte por cento da terra ficarão para os empresários, e os outros oitenta por cento, que começa no Núcleo 2, pegando

⁴⁹ Quantidade de ramagens a que se põe fogo nas roçadas para desembaraçar o terreno e adubá-lo com as cinzas, facilitando a cultura; fogueira. Disponível em: https://www.google.com/search?q=coivara&rlz=1C1GCEB_enBR822BR822&oq=coivara&aqs=chrome..69i57j0l5.4255j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8&safe=active&ssui=on. Acesso em: 28 mar. 2019.

todo Núcleo 3 e 4 virará acampamento, ficando o Núcleo 1 com eles, que é o chamado filé mignon da área.

Era para ir ter ido a leilão, mas ficaram protelando, em um imbróglio danado, deixando o povo aqui, dizendo que essa área era muito cara para ser adquirida pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] para a Reforma Agrária. O projeto foi duas vezes para Brasília e voltou, e ficamos sem saber o que fazer, pois nem mesmo o tempo que já estamos aqui serve como garantia de permanência. Porque é uma área valorizada, o que dificulta também as negociações. No começo, valia 7 milhões de reais, e foi aumentando, aumentando, e agora a área toda vale mais 45 milhões. Eles estão comprando caro esse pedaço aí. Quando entraram para dar o lance, porque pela lei de leilões, como eram os antigos donos da área, têm direito, vendo só o interesse deles⁵⁰, declararam que tínhamos que desocupar a área, e isso implicaria nosso despejo. Mas eles intervieram dizendo: *“Não! Vocês não podem fazer isso”*.

Os empresários mesmos intervieram: “Eles estão há quatorze anos lá e vocês não têm que despejá-los. Não tem que desocupar a área. Temos interesse, pagamos por ela, e no restante, como fica área pública, vocês fazem o assentamento pelo Itesp [Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo], com o Movimento.

Tudo foi feito sem que soubéssemos, as informações não chegavam até nós. Às vezes acontece de nem o Movimento ficar sabendo.

Quando chega uma ordem de despejo, sempre aparece o pessoal de apoio. Apoio da cidade, dos companheiros, da igreja Católica, por meio de uns bispos progressistas que são amigos do MST. Eles conseguem estabelecer contato com comandantes, desembargadores e governo do Estado, e assim reverterem as ameaças de despejos. E vamos levando a vida.

É muita responsabilidade. Fora o trabalho de militância que faço, eu me comprometi a fazer articulação com outros movimentos e ainda participo de várias atividades dentro de uma programação definida no começo do ano, e vamos cumprindo-a no decorrer dos meses: reuniões, ações, eventos em sindicatos, participação em debates, em feiras levando nossos produtos. Nessas

⁵⁰ Quando a Sabesp soube que não haveria outros interessados na compra, tentou buscar meios mais rápidos para que os acampados deixassem a área, emitindo uma sequência de liminares judiciais.

feiras aproveitamos para conversar com a comunidade, informando-a do Movimento. Nesses últimos tempos, como sou produtora e por ter feito o curso de Residência Agrária, que aborda questões relativas à Educação no campo e à Agroecologia, fui chamada e estou participando de alguns projetos do Sesc [Serviço Social do Comércio] de Jundiaí, do Bom Retiro e agora há uma programação para a região do ABC⁵¹. Também acontecerão umas feiras também que irão misturar feiras e oficinas de alimentação saudável. Esse tema no Sesc é importante e, como sabem que produzimos nessa linha, somos convidados. Agora mesmo vamos para São Bernardo do Campo.

Além disso, há debates nas escolas e nas universidades. No ano passado, recebemos muitos convites para representarmos o Movimento com o tema da Reforma Agrária e também por conta da conjuntura atual. Depois que esse governo começou com reformas trabalhistas e da previdência⁵², fui chamada para ir a vários lugares abordar a Reforma Agrária e os impactos das reformas na classe trabalhadora em geral. Por exemplo, se uma escola quer promover um debate sobre Reforma Agrária ou sobre o trabalho no campo, então me chama para dar uma contribuição. E também acontecem as reuniões ordinárias, as articulações dentro o Movimento.

Para manter tudo, tenho todo um método. Tenho algumas práticas, mas procuro sempre formas de melhorar a produção e as condições de trabalho dentro do lote, além de continuar no caminho da defesa desse ideário, que a produção de alimentos limpos. Cada pessoa tem seu pedaço de terra, então vou lá e digo: *“Plante. Não se preocupe com o mato. Vá removendo-o, substituindo-o por plantas frutíferas, plantas nativas ornamentais, dando a cobertura do solo, que vai chegar um momento que terá produto para colher”*.

Agora o processo está um pouco avançado, porque os empresários disseram que só retomam a negociação se o Estado der garantia de que

⁵¹ A região do ABC, no estado de São Paulo, também conhecida como Grande ABC e ABC paulista, é uma das áreas economicamente mais importantes do Brasil, e seu nome vem das iniciais de três santos: André, Bernardo e Caetano. Foi com o nome desses santos que se fundaram as três cidades que originalmente compuseram a região do ABC: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Como não é um nome oficial, muitas vezes se usa a designação ABCD, que inclui também a letra inicial do nome da cidade vizinha de Diadema. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/regi%C3%A3o-do-ABC/483021>. Acesso em: 15 abr de 2019.

⁵² Referência ao governo de Michel Temer, que propôs ao Congresso Nacional reformar as Leis Trabalhistas e a Previdência Social, tendo êxito na Trabalhista em 2017.

continuaremos aqui. Os empresários mesmos falaram que somos pessoas trabalhadoras e merecemos esta terra.

Merecemos ver isto aqui se tornar assentamento e realizar tudo que planejamos. Será uma benfeitoria até mesmo para o bairro. Perus [distrito situado na zona norte do município de São Paulo] foi um lugar marcado, tem uma história da fábrica de cimento, Fábrica de Cimento Perus [Fábrica de Cimento Portland Perus, tombada como patrimônio histórico da cidade de São Paulo], que por muito tempo gerou poluição, acarretando sofrimento em trabalhadores e em moradores do bairro. Rios também foram afetados, surgiram doenças irreversíveis, e até hoje o solo e a água estão contaminados, e há pessoas com sequela desse período.

Depois de uma luta intensa, a fábrica foi desativada, porém, para se ter uma ideia do quanto prejudicou o bairro, os trabalhadores que nela atuavam ganharam dos patrões o apelido de *Queixadas*, porque todos os trabalhadores ficaram com os cabelos “*espetados*” com o cimento. Houve uma luta sindical gigante e essa luta foi muito significativa⁵³. Mas os cabelos não constituíram o maior problema, nem o apelido humilhante; o maior problema é que a poluição “secava os pulmões, e os trabalhadores morriam com os pulmões secos”.

Isso foi na década de 1970. Vivi um pouco desse período já no finalzinho da década. Faziam-se muitos debates, havia lutas dos trabalhadores, dos sindicatos e da população do bairro para desativar a fábrica e indenizar as pessoas que ficaram com sequelas. Essa degradação humana só foi revelada porque um político, um vereador do PCdoB [Partido Comunista do Brasil],

⁵³ A Fábrica de Cimento de Perus, foi um empreendimento de Sylvio de Campos (1884 – 1962), um advogado e político de São Paulo e também vindo de família tradicional da Capital Paulista, pois Sylvio era filho de Bernardino de Campos, que foi presidente do estado de São Paulo (1902 – 1904). Para Alves 2011, tudo isso, possibilitou que Sylvio, embalado pelo boom imobiliário da cidade no início do século XX, instalasse na região de Perus a fábrica de cimento, já que lá também contava passava a ferrovia Santos/Jundiaí. A luta dos *Queixadas* teve início, quando a administração foi mudada e assumiu José João Abdalla (1903 – 1978), também político e de família abastada da Capital Paulista. Recebendo a alcunha de “*mau patrão*”, a nova administração da fábrica e o sindicato de Perus travaram embates constantes, sendo o primeiro deles em 1957 e já no ano seguinte, 1958, houve a primeira greve. A partir dessa greve o sindicato de Perus ganha evidência em todo país e os trabalhadores se tornam cada mais unidos entornos de reivindicações por melhorias. Mais unidos, são comparados aos *queixadas*, “pois é o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo, enfrenta a onça ou caçador”

ALVES, Maria Madalena Ferreira. *Mulheres em Luta: uma outra história do Movimento “Queixadas” de Perus*. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

Nivaldo Santana, elaborou um material que rodou muito na época denunciando os maus-tratos. Era um livreto a que todos tinham acesso, e com isso a população ficou sabendo o que acontecia com as pessoas que ali trabalhavam.

Com a desativação da fábrica foi dado um crédito de carbono⁵⁴. como forma de reparação. Mas ainda é um bairro muito penalizado no que se refere às questões ambientais, à saúde, à educação, à regulamentação de moradias. Até falam assim: *“Tudo que é ruim vai para Perus”*.

Além da poluição da fábrica, em Perus também fica, do lado da Bandeirantes [Rodovia SP – 348], o chamado aterro Bandeirantes, onde se descarta lixo vinte quatro horas, mais um agente de poluição da região que polui as águas. É um lugar que exala um mau cheiro que se espalha por quase toda região, sentido até mesmo de dentro dos ônibus que por lá circulam.

O único lado positivo disso tudo é que serviu para o povo aprender a lutar, formando um pessoal militante, bastante lutador. Ultimamente, não faz muito tempo, por conta do problema de moradias, ameaçaram colocar trinta mil famílias para morar lá, construir moradias, prédios populares, e Perus é um bairro que não tem infraestrutura nem para as pessoas que ali vivem, quanto mais para trinta mil famílias. Foi uma ideia do pessoal da Secretaria de Habitação, e teve início no governo do Kassab⁵⁵ e agora no governo do Doria⁵⁶.

Quando o Kassab deixou a prefeitura e entrou o Haddad⁵⁷, essa ideia ficou parada, mas agora, na gestão Doria, voltaram a falar dela. Nessa época fizemos um enfrentamento e não deixamos o projeto ir adiante.

⁵⁴ Um crédito de carbono é a representação de uma tonelada de carbono que deixou de ser emitida para a atmosfera, contribuindo para a diminuição do efeito estufa. Existem diversas maneiras de gerar créditos de carbono, dentre elas, a substituição de combustíveis em fábricas, onde elas deixam de usar biomassas não renováveis, como lenha de desmatamento, e passam a usar biomassas renováveis, que, além de emitirem menos gases geradores de efeito estufa, contribuem para a diminuição do desmatamento. Disponível em: <http://www.sustainablecarbon.com/como-sao-gerados/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

⁵⁵ Gilberto Kassab assumiu a prefeitura da cidade de São Paulo em 2006 e governou a cidade por seis anos e oito meses. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/gilberto-kassab/53ea5cfe08ec508e570000ac.html>. Acesso em: 24 mar. 2018.

⁵⁶ João Doria assumiu a prefeitura de São Paulo em 2016, mas abandonou-a um ano e sete meses depois para concorrer às eleições para governador do Estado, sendo eleito no segundo turno. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/jdoriajr/about/?ref=page_internal. Acesso em: 24 mar. 2018.

⁵⁷ Fernando Haddad assumiu a prefeitura da cidade de São Paulo em 2012, não sendo reeleito nas eleições municipais de 2016, quando foi derrotado em primeiro turno para João Doria Jr. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/fernando-haddad/4f7df9eea0769351110000ee.html>. Acesso em: 24 mar. 2018.

Perus tem, além de muitos outros traços de mineração, umas cavas, que era para retirar o minério, o que chama atenção de muitos. No governo de Haddad, começaram a elaborar um projeto que visava à recuperação do local, porque são dois bairros aqui, São Mateus e Perus, que fazem parte do Distrito de Anhanguera e Jaraguá, território indígena, território da cultura e da paisagem, todos muito prejudicados com a de fábrica de cimento.

Criaram esse crédito de carbono como uma compensação, mas, na verdade, eles pagam para poluir. O aterro recebe lixo diariamente, então o crédito não compensa, porque continuam a poluir. Compensação seria se nunca mais jogassem lixo. Esse crédito é dado em forma de benfeitoria para o bairro, mas as coisas nem sempre são como queremos. Houve a reivindicação de um hospital, que não tínhamos; pedimos também um investimento para as pessoas que ficaram com sequelas, a fim de receberem um tratamento diferenciado, mais adequado. Para as instalações da antiga fábrica até hoje estamos reivindicando que se transforme em um centro de formação e cultura para a juventude local. Não fomos atendidos ainda, mas também não aceitamos que seja usado para outra finalidade, como queriam fazer, construindo prédios para moradias. Em toda assembleia de que participamos, deixamos claro que o bairro não tem infraestrutura nem para seus moradores, então como colocar mais trinta mil?!

Aqui, quando precisamos de médico ou de posto de saúde, vamos ao Morro Doce., que é um bairro a alguns quilômetros daqui. Temos o AMA [Assistência Médica Ambulatorial], que também é no Morro Doce. No centro de Perus, também há um posto de saúde e o AMA, mas precisamos mesmo de um hospital que faça todos os atendimentos. São equipamentos distantes, e sem falar naquele pedágio *carérrimo* que penaliza ainda mais o bairro. Quase vinte reais, ida e volta. E isso é mais um fator que prejudica o bairro⁵⁸. Temos unido um pessoal muito bom de luta, porque não dá para esperar só pelas figuras que passam pelas subprefeituras, que ficam por um período ocupando cargo, mas não muda nada⁵⁹. Tudo isso prejudica o bairro. Só para ter uma ideia do quanto

⁵⁸ Morro Doce é um bairro do Distrito de Anhanguera e fica uma meia hora indo de transporte público, sendo que a passagem atualmente está no valor de 4,00 reais, o que teriam que gastar 8,00 reais cada vez que se deslocar até lá. Indo de transporte particular, tem o pedágio e a tarifa custa quase o dobro do valor da passagem. O pedágio está instalado na Rodovia Anhanguera, obrigando a todos que precisam ir aos outros bairros, passarem por ele.

⁵⁹ Subprefeitos.

a fábrica foi prejudicial, as casas perderam valor no mercado, as pessoas não queriam morar em Perus. Dia e noite era aquela neve de poluição no ambiente; mas hoje, felizmente, Perus é um lugar tranquilo, já conseguimos respirar e o comércio é bem desenvolvido.

Temos necessidades às quais as três esferas de governo tinham de atender, mas não somos valorizados. Não temos apoio que deveria ter por parte do poder público. Alguns parlamentares são nossos amigos, estão conosco nos momentos de conflitos, não só aqui, mas também em outras lutas, no entanto não são todos. Um camarada que sempre está conosco é o Eduardo Suplicy⁶⁰. Ele é de caminhar junto. Já caminhei junto com essa figura nas periferias dos bairros de São Paulo, nós comendo um pãozinho em padarias comunitárias, e ele conversando com todos. Sentava-se e conversava; Suplicy é a pessoa mais acessível que conheço. Trabalhei quatro anos na secretaria de política do Movimento lá no Brás [bairro tradicional da região central da cidade de São Paulo], e na hora que tinha um despejo truculento ou a polícia estava provocando as famílias para um conflito, eu pegava o telefone e ele atendia em qualquer lugar onde estivesse. Suplicy às vezes estava em Brasília e dizia: *“Não estou em São Paulo, Mari Alves, mas vou pedir para atenderem você”*. E logo uma pessoa chegava, conversava com o comandante da polícia e apaziguava a situação. Com ele ficamos sossegados, porque, mesmo estando em uma plenária, nos atenderá; uma vez precisávamos de uma ajuda urgente, chegamos em uma perua e botamos a “boca no trombone” na frente da câmara municipal.

Nesse período, ele era presidente da câmara de vereadores, no começo da gestão Erundina ainda no PT. A gente gritava: *“Apareça, Suplicy, porque o Damasceno vai cair!”*. Isso ocorreu durante um temporal que detonou ruas e casas no final da década de 1980. E ele desceu de uma plenária, aquela figura *elegantíssima*, aquele homem *burguesão*, porque sabemos que ele nasceu em berço de ouro, mas desceu, chegou do nosso lado e falou assim: *“Vão para casa e me esperem lá que já estou indo; eu lhes asseguro que vou”*. E ele foi mesmo, como tinha prometido. Desceram de helicóptero, ele e Erundina, calçados de galochas e toda proteção, porque a situação do morro era de destruição total e

⁶⁰ Suplicy é professor universitário e político, já ocupou cargo de deputado (estadual e federal) e de senador por três mandatos, e atualmente ocupa o cargo de vereador na Câmara Municipal de São Paulo.

a chuva não parava. Um desespero geral. Assim que desceram do helicóptero, já foram falando: “*Vamos remanejar verbas de outros lugares para reestruturar este bairro; os acidentes que aconteceram aqui talvez não consigamos reverter, mas garantimos que não ficarão sem a infraestrutura de que precisam*”. E o bairro existe até hoje porque eles ajudaram a reconstruí-lo.

Foram feitos muros de arrimo, a reconstrução de praticamente tudo. E muito rapidamente. Veja a importância que é ter alguém do poder público olhando para o povo. Depois, para aqueles cujo barraco não pôde ser recuperado, porque ficava em área de risco, foram construídas, na parte mais alta, umas casinhas de madeira todas padronizadas que chamávamos de *casinhas verdes*. Para a sustentação do morro, levantaram muros de arrimo com a finalidade de proibir que as pessoas voltassem a construir e assim colocassem suas famílias em risco novamente, porque, mesmo sabendo que aquele morro talvez volte a desabar, que aquela área vai alagar, as pessoas continuam construindo. Mas o que ele fez quem pode esquecer? Na hora em que mais precisamos, Suplicy estava lá.

Aqui no acampamento, já recebemos Eduardo Suplicy várias vezes; quando tem um ato político ou uma festa que promovemos, ou quando simplesmente precisamos de apoio, ele vem, e vem acompanhado de outras figuras: do PT, do PCdoB, desse PSOL [Partido Socialismo e Liberdade], que tem parlamentares bastante interessantes. Bastantes amigos. Já fiz muita luta com eles. Com Ivan Valente⁶¹, já resolvemos muitos problemas, não só aqui, mas também no urbano quando eu militava nos movimentos populares.

São figuras que não se deixaram corromper. Sabemos que, caso precisemos, poderemos contar com eles. Não podem fazer muito, mas fazem o que podem, disponibilizam gabinete para o apoio e por aí vai. Há um deputado estadual que é “*amicíssimo*” nosso, o Neder⁶²; ele começou na vereança lá no bairro onde morávamos, mas veio aqui e disse: “*Olha, eu sou mais conhecido na zona leste*”. Neder atuava nos movimentos de saúde popular, e na época eu atuava na rádio comunitária, da qual falei anteriormente; conversamos, fomos

⁶¹ Engenheiro e professor, já foi deputado estadual e atualmente é deputado federal pelo PSOL de São Paulo e atuante nos movimentos sociais. Disponível em: <http://www.ivanvalente.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2018.

⁶² Carlos Neder, médico, ocupou por quatro vezes o cargo de vereador e atualmente cumpre seu terceiro mandato como deputado estadual no estado de São Paulo, sempre pelo PT.

nos conhecendo e, a partir daquele dia, sigo esse homem até hoje. Não faço mais panfletagem, mas não deixo de votar nele, porque sei que é um sujeito ético, tem moral, e o gabinete dele faz um trabalho transparente. Porque, *velho*, quando o Estado quer despejar, não existe essa ideia de ter ou não escola, eles despejam mesmo. Já nos despejaram com sala de aula e tudo; tivemos que sair com livros na cabeça. Agora é um compromisso nosso fazer funcionar uma sala de EJA aqui, porque é uma necessidade, mas isso não vai impedir despejos.

2.3 - Considerações sobre a entrevista com Silvana

No dia da gravação [23 de agosto de 2018], Silvana chegou por volta das 13h. Eu mesmo tinha preparado o almoço: arroz, salada de tomates com folhas de alface, linguiça de porco frita no óleo, feijão e folhas de couve refogadas. Já havíamos conversado no dia anterior, pois eu e Mari [entrevista 1] caminhamos pelo acampamento, onde muita coisa tinha mudado desde a minha última visita, e aproveitamos para passar na casa da Silvana, no Núcleo 2.

As gravações das entrevistas com os colaboradores anteriores se realizaram sem um roteiro prévio apresentado a eles, mas Silvana, ao chegar, perguntou qual era a ideia, o que eu pretendia com meu trabalho e que perguntas lhe seriam feitas. Confesso que me senti inseguro, mas o roteiro era conhecido. Redigi e passei as questões para a colaboradora [Silvana] com uma ou duas horas de antecedência.

A gravação se deu na área aberta da casa, a qual corresponde à cozinha e também à área social, por sinal o local mais agradável, posicionado do lado do fogão a lenha, de onde o tempo todo vinha o delicioso aroma de café, chá ou da comida que estava sendo preparada.

Alguns cães também nos faziam companhia, deitados debaixo da mesa ou ao lado do fogão, assim como uns três gatos. No quintal, galinhas ciscavam e um galo cantava, o que pode ser ouvido no áudio daquela maravilhosa tarde. A gravação durou aproximadamente quarenta minutos, mas o diálogo regado a chá de folhas de canela que tivemos depois, em *off*, com a presença de Mari, que se juntou a nós, varou até o pôr do sol.

Figura 11: Preparação do almoço antes desta gravação



Fonte: Acervo pessoal

2.4 - Sinto-me fora do senso comum

Cresci no seio dos movimentos sociais. Para uma classe trabalhadora que vive em situação de descaso, abandonada pelo poder público, é uma consequência... então a minha vivência, bem como a da minha família, dentro dos movimentos sociais é consequência da falta de estruturas necessárias, da falta de políticas públicas, da falta de um olhar mais atento do poder público. Então, assim, somos oriundos da periferia. Meus pais são migrantes, vieram dos interiores do Nordeste fugindo da seca, em busca de melhores oportunidades na vida: qualidade de vida e empregos para a criação dos filhos

Nasci na periferia de São Paulo, um lugar com pouco asfalto, sem estrutura básica, ou seja, sem energia elétrica, água, esgoto, então a mobilização, a organização para a conquista desses bens, desses direitos, justifica-se pela falta de políticas públicas. Portanto, os moradores já se organizavam para a conquista destas coisas: asfalto, transporte público, água canalizada, e vir para o movimento dos Sem Terra também faz parte dessa

busca por um espaço, por uma política de reforma agrária, por uma casa, tudo isso faz parte de nossa luta.

Hoje estou com trinta e oito anos. Vim para o movimento Sem Terras com vinte e sete anos, mas aqui não foi muito diferente do lugar de onde saí, exceto pela organização. Temos as divisões de setores, tudo acontece por meio de debate, de encaminhamento, de planejamento, e entrei no movimento porque minha mãe já atuava na educação, principalmente nas salas da EJA, e eu no setor de comunicação, razão pela qual hoje sou jornalista, isto é, por conta da minha inserção no Movimento. Formei-me em jornalismo na UFC [Universidade Federal do Ceará], e isso me possibilitou morar em Fortaleza por quase cinco anos, uma experiência interessante, principalmente pelo intercâmbio, pelas trocas de experiências.

Consegui fazer o curso graças a uma oportunidade oferecida pelo PRONERA [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária], e lá tínhamos garantida nossa alimentação e nossa estada. Fazíamos alguns acordos, porque foi o próprio Movimento que nos acolheu. Então, muitas vezes contávamos com a solidariedade dos companheiros do MST para garantir transporte, e, muitas vezes, como atrasava o subsídio que vinha do PRONERA, eram os companheiros que se solidarizavam e doavam alimentos para manter a turma. Éramos sessenta educandos, de vinte dois estados do Brasil. Então, para mim, Silvana, que saí da periferia de São Paulo, estava dentro de uma universidade federal – o que não é pouca coisa – e ainda tinha acesso a diversas culturas, sem que fosse muito penoso, ao contrário, eu estava estudando o que gostava, tendo acesso a pessoas que participavam do mesmo movimento que eu, com os mesmos ideais, então foi uma experiência muito interessante.

Porque, como qualquer jovem da periferia urbana, eu tinha em mente a importância de trabalhar para acumular bens, para pagar as contas, e uma novidade é que já era mãe de duas crianças naquela época, então, para mim, só fazia sentido vivenciar aquelas descobertas por necessidade mesmo.

Tive ainda adolescente meu filho, o Breno, hoje com dezesseis anos, e depois, aos vinte anos, veio a Vitória, e minha mãe tinha vindo acampar, então descobri o Movimento por meio dela. Logo me encantei com a organização, a solidariedade, as relações que são diferentes. Aqui existe uma cumplicidade, uma relação de muita ajuda mútua, de irmandade mesmo, pois no Movimento,

apesar de todas as contradições do mundo, as pessoas têm mais consciência de que um precisa do outro. O Movimento não está fora da sociedade corrompida pelo consumo, pelo egoísmo, pela individualidade, como existe em qualquer outro lugar. Ter crescido e depois ter vindo fazer parte desta comunidade é demais! Primeiro, pela questão do senso crítico. Sinto-me fora do senso comum, ainda que tomada pelo preconceito, por uma visão unilateral, mas estou o tempo todo me questionando por conta disso. Sempre procuro ler sobre a conjuntura atual, sobre o que está acontecendo e sobre o nosso papel na sociedade.

O papel da mulher na sociedade, a divisão de trabalho na questão de gênero, o papel da criança em quanto sujeito na sociedade, a valorização do ser humano, independente da condição de criminalidade e de marginalidade em que ele se encontra. Por que isso acontece? Não é puramente nem sensacionalismo nem uma violência que acontece do nada. Há uma origem. Então, toda essa leitura vou fazendo no dia a dia. A questão da homossexualidade, por exemplo, a religião em relação à homossexualidade. Por que existe esse embate tão forte, sendo que é um acontecimento histórico? É histórica a questão da alienação por conta das religiões, e não estou falando só de uma forma negativa, mas tende a ser uma alienação. Por exemplo, a homossexualidade hoje é muita mais debatida, é vista com mais respeito, com uma tolerância maior, e por que isso acontece? Será que não é porque a cabeça das pessoas que estão no poder, estão dentro das salas de aula, dentro das instituições, vivem mais atentas a esses sujeitos? Ou será que se tornou um nicho de consumo? Também debato isso no meu cotidiano. É só um nicho de consumo, porque o homossexual paga seus impostos, o que o torna cidadão, mas será respeitado como cidadão, assim como eu? Independentemente de qualquer coisa?

Essa é uma bagagem de vida que encontrei mais no MST do que na academia.

Independente de se entrar na universidade, onde já existe uma cultura universitária, uma contracultura na verdade, de questionamentos, isso já fazemos dentro do Movimento, nos setores, em nossos espaços de debates, nas reuniões. Por exemplo, já faz um tempo, quatro anos, estávamos debatendo sobre a legalização ou não do aborto, e nossa intenção era que as mulheres aqui do Irmã Alberta participassem de um ato na Paulista [avenida/SP], só que não

podíamos apenas chegar, pegar essas mulheres, que não sabiam o que estava acontecendo, porque não fazemos isso, eu, inclusive, sou muito contra. Utilizamos como movimento de massa de manobra, mas não é assim. Então nos reunimos com as mulheres, chamamos a Irmã Alberta para falar sobre aborto. Estávamos todas *cheias de dedos*, porque uma freira iria falar, seria o embate do Cristianismo com as novas conjunturas sociais, e não queríamos que fosse alguém da academia, porque temos de popularizar o debate. Se não fizermos isso, acho que ele fica restrito à academia, ou à Paulista na Marcha [Mundial] das Mulheres (MMM)⁶³, e não podemos deixar isso acontecer, afinal de contas, somos um movimento social, e não um movimento acadêmico, de teóricos.

Nós nos reunimos lá com dez, doze mulheres, e todas constrangidas de falar sobre o assunto, mas então a própria freira falou: *“Todas as mulheres abortam. As ricas abortam com segurança, e as pobres, elas fazem de qualquer forma e colocam sua vida em risco, essa é a diferença”*, e depois disso as mulheres se sentiram mais confiantes para falar sobre o assunto, inclusive se opondo ao que a própria freira estava falando, porque ela questionava: *“Você defende a vida do feto e não a vida da mãe?”*, *“Mas, por que defende a vida, de onde surgiu isso?”*, *“Será que não é a Bíblia e a religião estão falando isso para você?”*, *“Vamos pensar sobre”*. Mas a freira fez isso sem colocar ninguém em xeque.

No final, conseguimos levar um número bem grande de mulheres para a Paulista, para lutar não só na questão do aborto, não só na legalização do aborto, mas no intuito de entender a mulher como um ser social e, assim como os homens, elas têm plenos direitos, e o assunto deve ser trabalhado com igualdade. Acho que esse momento foi um ponto superpositivo para eu entender qual o papel do Movimento, ou seja, ele é educativo o tempo todo, tanto nos espaços de debates, quanto no próprio fazer da luta. Organizar trabalhadores para lutar por terras não é qualquer coisa. Para entender que, se ele tem a terra, há também o espaço que o transformará em um vetor de possibilidades: ser

⁶³ Movimento que surgiu em 1995, na cidade de Quebec no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo simbolicamente, Pão e Rosas”. Depois dessa marcha, elas se organizaram e buscaram contatos com organizações mundo afora para compartilhar experiência com outras mulheres. No Brasil, o contato veio através das mulheres organizadas da Central Única dos Trabalhadores (CUT). MARCHA das mulheres. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 13 de mai. 2019.

autônomo no trabalho, ser autônomo nas questões que envolvem sua família, entender como organizá-la para que ela pense no futuro. Pode-se transformar este lugar para se pensar na produção de alimentos limpos, que já é outro debate, e muito mais rico. Por exemplo, trabalhando o sistema agroecológico, você está pensando na qualidade de vida, em outras possibilidades sociais, em outras relações, perpassando pelas de consumo.

Educar o trabalhador para essas questões é um ganho para a vida toda. Ele vai ter não só uma produção de alimentos limpos, mas também trabalharem algo que lhe dá prazer. Às vezes, ela [Maria Alves] fala que está muito cansada e que trabalhou demais, então digo: “*Alguma coisa está errada. Se este trabalho não lhe dá prazer, então vai trabalhar para o mercado, vai trabalhar para alguém, porque aí existe uma exploração*”. Agora, se você mesmo se sujeita a ser explorado, então tem coisa errada, e a agroecologia visa a um trabalho que seja mais fácil, mais prazeroso, uma coisa para a vida inteira. Olha só o ciclo de informação que temos aí: um trabalho que não é explorado, que dá prazer, um homem ou mulher que são autônomos, uma família que é introduzida nesse mesmo ciclo.

Estamos quebrando diversos paradigmas sociais, inclusive um ciclo de capitalismo que só explora, então para mim isso, além de inovador, é também revolucionário, porque sei que hoje não temos condições de fazer uma revolução social em nível nacional, mas, se conseguirmos fazer pelo menos dentro do nosso quintal, dentro da nossa casa, acho que já é o começo, considerando o que está dentro de nossas possibilidades.

E aqui no Irmã Alberta temos a chance de fazer tudo isso, porque, simplificando, aqui é um território de resistência, e agora vou entrar em vários assuntos. É um território de resistência que valoriza o ser humano, o que, em uma sociedade extremamente egocêntrica, individualista e competitiva, seja no trabalho, seja na educação, tendo que se superar todos os dias, indo sempre em busca de alguma coisa, fazendo você passar por vários filtros, e aqui vamos na contramão desse processo. Primeiro: aqui ninguém está competindo com ninguém. Segundo, é um espaço de resistência e de luta por direitos, então tudo faz muito sentido. Nas cidades já não temos mais espaços. Saí de uma casa onde moravam três famílias, um lugar extremamente hostil, tanto do portão para fora, quanto do portão para dentro, porque estávamos o tempo inteiro brigando

pelo espaço; não podíamos criar um cachorro, falar mais alto, ligar um som, coisas que nos limitam o tempo todo. Aqui esses limites praticamente inexistem. Na verdade, há outros limites, mas bem diferentes, como regras e normas que precisamos respeitar, mas como seres humanos, e não por conta da minha liberdade que vai afetar a sua.

É uma questão de trabalhar a consciência o tempo todo, no uso da água, do solo, na criação de um cachorro, afinal, como criar um cachorro que não vai matar a galinha do vizinho? Então, é preciso que adotemos certos cuidados para um convívio pacífico no dia a dia. Mas aqui também é um lugar de conflitos. Conflitos de ideias, de projetos, de perspectivas, e isso é muito educativo. Por exemplo, todas as possibilidades estão abertas aqui. É possível trabalhar essas cabeças. Até dentro de nossas famílias vivemos situações de exclusões. Fulano que vota em cicrano, e por isso não se fala mais com ele. “*Ah, ele torce por um time diferente*”, “*Ah, ele fez isso, ah, ele fez aquilo*”. Uma coisa que alguém postou e não gostei, vou lá e excludo; aqui não existe isso, a casa está aberta.

Mas não vivemos alheios o que acontece e, assim como toda sociedade brasileira está fragmentada, aqui também é fragmentado, encontramos núcleos de resistência. Não é só porque é minha mãe, mas eu encontro na Maria Alves um ponto de fortalecimento e resistência, e também em outros companheiros que estão aqui. Vou citar um exemplo, porque é difícil citar todos, mas encontro no Paulo Pinheiro um ponto de apoio e resistência; ele me compreende e me fortalece. Encontro no Maninho⁶⁴, que é um jovem que também se formou na luta e hoje tem uma consciência diferente de quando chegou, transformou-se na luta aqui no Movimento, assim como eu me transformei, assim como Maria Alves se transformou, então encontramos pontos de resistência e de apoio, aos quais nos reunimos e elaboramos propostas juntos. Às vezes não dá muito certo, mas é possível, e esse é o Movimento. É todos estarem em movimento e sempre em interação. Sem isso não tem como funcionarmos.

Hoje vemos muitos desses companheiros que, assim como eu, fizeram um curso superior. Outros não chegaram lá, mas fizeram curso técnico. Só para citar alguns, há o Kennedy, mas ele não conseguiu levar o curso adiante e concluí-lo. É lá do Dom Pedro. O Júnior entrou em um curso técnico, e quase fez

⁶⁴ Os nomes citados pela entrevistada se referem a pessoas que estão em acampamentos ou já em assentamentos.

uma universidade. A Agatha, do Dom Pedro, uma jovem de dezenove anos que acabou de entrar em medicina veterinária em uma universidade lá do Sul. E todos moravam aqui.

A Rosana acabou fazendo licenciatura em Linguagens e também é da minha época. O Lica, que na verdade se chama Wilker, fez um curso técnico pelo Movimento em Agroecologia e agora está na universidade federal cursando Medicina Veterinária. A Vanessa acabou de concluir Pedagogia da Terra, então há educandos que concluíram seus estudos.

Eu não parei mais. Agora estou fazendo mestrado na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], mas, assim que voltei, fiz uma extensão em Políticas Internacionais, América Latina e Caribe, que foi fantástica, pela Unesp [Universidade Estadual Paulista], ali no Memorial da América Latina, e foi muito interessante! Foi um curso que dialogou muito com aquele que eu acabara de concluir e que ampliou mais ainda minhas escolhas. Em seguida, fui fazer licenciatura em Língua Portuguesa, em 2015, e terminei em 2017, e agora meu mestrado é em Educação.

O mestrado está me dando outra visão de mundo. Pesquiso Educação e Movimentos Sociais e utilizo como objeto de estudo uma experiência aqui do Movimento relacionada à Escola de Samba Unidos da Lona Preta⁶⁵, a qual aborda as vivências de educação e cultura populares dentro dos movimentos sociais.

Hoje fazendo uma retrospectiva de vida, acho que estou indo longe porque venho de escola pública do Jardim Damasceno [bairro localizado às margens da Serra da Cantareira, ocupado em 1972], um bairro periférico, com professores mal remunerados, que sofriam muito para chegar até a escola. A maioria deles morava no centro e, depois de atravessar a cidade, chegavam à escola cansados, irritados, e ainda trabalhavam sob uma estrutura precária.

Durante o ensino fundamental, a situação transcorreu tranquila, pois havia tranquilidade para se trabalhar, mas o ensino noturno foi muito hostil com os professores e comigo. Eu sempre me interessei muito pelo saber, pela busca do

⁶⁵ A Escola de Samba Unidos da Lona Preta foi fundada em 2005, composta por militantes do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra - MST da Grande São Paulo em parceria com os movimentos sociais e culturais urbanos. Funciona em Perus. Disponível em: < <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/agente/2387/>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

conhecimento, mas os meninos já eram mais desinteressados, até em razão desse método de ensino que não leva em consideração as diferenças de linguagens, de momentos, de interesses. Havia meninos fantásticos e criativos, que faziam trabalhos de Geografia em forma de poesia, compondo um rap; no entanto, como a escola não demonstrava interesse algum, muitos desistiam. Era um período que dependia muito da sensibilidade do professor; sem ela, virava bagunça. Então compreendi que precisava me esforçar o dobro para absorver aqueles conteúdos. Mas não foi tudo ruim; encontrei professores fantásticos, que gostavam muito de dar aula, inclusive um deles, professor de Geografia, percebeu meu interesse pelo jornalismo: “*Você vai ser jornalista, porque pergunta muito*”.

Dentro do Movimento, as crianças têm oportunidades de estudar em uma escola diferente, construída pela comunidade. Então existe engajamento, há o interesse da comunidade em possuir uma escola. E isso dentro de um acampamento/assentamento é um ponto de referência, algo importante para todos, e não só uma sala de aula. A escola também é usada para atividades coletivas, atividades culturais, às vezes se transforma em cozinha, outras vezes em alojamento, e também é o espaço onde fazemos reuniões. Então a pertença do espaço é muito significativa. Não é simplesmente um lugar que está lá e que tem um portão, um coordenador, uma pessoa responsável pela seleção de quem vai usá-la ou não, pelo contrário, é a comunidade toda que se apropria daquele espaço. E isso é importante.

Uma escola no MST vai trabalhar com temas que se relacionam àquela comunidade, àquele local, àquela região. Não é um tema que vem pasteurizado, não são conteúdos veiculados por apostilas que vêm de algum lugar, escritos por pessoas que não têm relação alguma com aquela comunidade, pelo contrário, os temas são criados ali, inclusive dos círculos de cultura de Paulo Freire. Temos um momento de sensibilização, para entender os temas que serão importantes conversar/dialogar naquela comunidade, e ela mesma vai dar o tom do tipo de educação. A partir dos ciclos de culturas, vamos obter temas geradores, a partir dos quais alfabetizaremos; também vamos propor inserção em outros espaços, criar projetos, tudo relacionado à comunidade. Não criamos guetos nem segregação.

Todos os alunos, todos os educadores, inclusive os militantes que estão nos acampamentos ou assentamentos, são importantíssimos, porque os temas vão sendo trabalhados baseados no cotidiano, ou seja, no dia a dia do acampamento ou assentamento, e, portanto, não ficam conteúdos isolados, do tipo “acabou a aula, vamos fechar o livro e pronto”. Não! Trabalhamos a questão da produção, da matriz produtiva. Por que é importante produzir? Como vamos escoar essa produção? E com isso tornamos uma aula de Matemática muita mais ampla⁶⁶. O que é esse mercado? Por que lutamos contra o agronegócio? Por que disputamos com ele o tempo todo? Enquanto estamos em um mercadinho local, eles estão em supermercados gigantescos como o Carrefour, o Extra, e não queremos entrar nesses espaços, por isso é importante qualificar nossa produção para trabalhar com o mercado local. A partir disso, trabalhamos questões relacionadas à Economia, à Filosofia, à Antropologia, à Sociologia, e também temas mais pontuais como Matemática e Língua Portuguesa, que fica bem presente. Perceba que seguimos a BNCC [Base Nacional Curricular Comum]; a diferença é que fazemos tudo, sempre nos baseando no dia a dia dessas crianças de acampamentos e assentamentos. Nada que seja alheio a elas.

Mas, como aqui no Irmã Alberta não temos uma escola, meus filhos tiveram de estudar em escolas públicas.

O Breno chegou aqui com nove anos, a Vitória com seis, e foi interessante observar como mudaram. Houve uma alteração brusca de comportamento, de perspectiva de futuro, inclusive de pensar esse futuro. Quando morávamos na periferia de São Paulo, na Vila Brasilândia, que faz parte do Jardim Damasceno, eles iam estudar forçados, não gostavam. A escola era um local de violência,

⁶⁶ É interessante essa fala, pois ela evidencia as diretrizes do Movimento. No Caderno de Educação nº 5, editado pelo Movimento, traz uma sugestão de aula de Matemática para o ensino de EJA que vai no mesmo sentido da fala de Silvana. Vejamos o que diz: “Para começar o trabalho [aula] podemos partir da realidade mais próxima dos alunos, aquela que lhes toca mais de perto. As pessoas gostam de contar sobre suas famílias. Podemos problematizar suas histórias, fazendo perguntas do tipo: 1. Quantos filhos cada um tem? 2. Quais suas idades? 3. Quantos anos o segundo filho é mais moço que o primeiro? Quantos anos o filho mais velho tem a mais do que o segundo? Qual a diferença de idade entre eles? 4. Quem, no grupo, tem mais filhos? Quem tem menos filho? 5. Quantos alunos têm 4 filhos? E nenhum filho? 6. Quantos filhos cada aluno tem na escola? Qual o total de filhos do grupo que estão na escola? Quantos ainda não estão estudando? Quantos filhos dos alunos estarão no ano que vem? Estas questões podem gerar muitas outras, onde se pode “fazer Matemática”. (MST, 1999, p. 7)

tinha muita divisão de grupos e muitas brigas, e comecei a perceber o Breno violento, impaciente, irritado, desinteressado.

Assim que chegamos aqui, meu filho pôde se relacionar com animais, ele tinha uma égua e um potro, e se encontrou naquela relação, porque o animal cria a possibilidade de mediar e conectar a pessoa com a natureza. Isso fez Breno ficar muito atento a tudo, muito sensível, responsável, porque era ele mesmo que cuidava da égua e da *potrinha*. Na escola, por exemplo, começou a interagir com outras crianças, porque aqui não havia crianças por perto, então parou de ser violento, ficou mais interessado, mais responsável. Foi um momento em que ele precisou cuidar da própria roupa, organizar seu próprio material, e fez isso, claro que não perfeito pelo fato de ser criança, mas fez.

Uma das primeiras aulas da Vitória aqui foi em um lugar próximo do acampamento, isso porque as escolas das proximidades têm basicamente perfil de interior. Assim, zelam muito pela criança, adotam outra metodologia de trabalho, os alunos podem falar, e ainda há outros programas, por exemplo, teatro, musicais, brincadeiras educativas, tudo bem diferente da escola onde o Breno estudou. Isso foi muito importante para a Vitória, que adquiriu gosto pela educação, pelo ensino, pela escola, e carrega isso até hoje. Quando ela saía da escola, vinha brincar, o que não podiam fazer quando morávamos na periferia. Primeiro, porque não tinha espaço; segundo, porque não tinha bichos, não tinha nada. Aqui ela sobe em árvore, tem seus próprios animais, gatos, cachorros, e isso é muito rico; passar a infância aqui foi diferente.

Eles conseguiram ser crianças, e para mim foi um alívio, porque eu estava vendo que a qualquer momento meus filhos iam seguir o mesmo percurso dos meninos lá do meu bairro: casar cedo demais, porque engravidou alguém. A própria Vitória talvez tivesse engravidado ou cairia nas drogas e viraria uma viciada, virando mais um problema social ou indo definitivamente para a marginalidade. Sei bem porque na marginalidade já vivíamos. Mas vim morar aqui, e assim consegui evitar que fizessem de meus filhos *transmissores* de violência, pois roubar se torna uma alternativa de vida. Aqui esse tema também é trabalhado.

Por isso o Irmã Alberta foi e é tão essencial para todos. Não vejo a hora de esta terra ser regularizada. Tenho tantos sonhos para quando isso acontecer que fica até difícil saber por onde começar. Primeiro de tudo, acho que é ter uma

casa mais confortável, mais segura. Já passamos por tantos problemas com barracos, com lonas estouradas, que nos levam a perder coisas, nesses treze anos em que estou nesta luta. Quero que a terra seja nossa para eu poder criar galinhas de forma orgânica, limpa. Galinhas tranquilas, felizes. Que eu tenha um espaço com diversidade de frutas, porque isso é muito interessante. Então poderei virar uma produtora agrícola, o que também me possibilitará trabalhar fora, já que a minha aptidão é dar aulas, quero dar aulas, mas não ficar limitada a isso, pois trabalhar no meu quintal também será uma alternativa. Quero conciliar as duas coisas, sem passar por qualquer exploração. Assim meus filhos terão mais qualidade de vida.

Tudo é um sonho e sei que um dia vou realizá-lo, porque, não importa onde eu esteja, sou militante do MST, isso para mim é muito definido.

Talvez um dia eu seja professora universitária, mas não é meu ideal; meu objetivo é continuar trabalhando pelo Movimento, é que tenhamos uma escola aqui e que eu possa contribuir com ela. Se não for aqui, pode ser em qualquer outro assentamento, mas que seja do MST, sempre dialogando com a luta pela terra. Minha leitura da universidade refere-se a ela ser um centro de acadêmicos que juram que pensam a sociedade a partir de seu gabinete. E a sociedade é dinâmica demais, há vários conflitos, e eles não estão lá para presenciar a realidade. Querem que as pessoas falem sobre ela. E quem fala? São os próprios acadêmicos. Eu me vejo como o contraponto dessa situação. Sou uma pessoa que vive o conflito, falo dele, dentro da própria academia. Essa é a questão. Então, se não for para contribuir com a minha militância, contribuir com o meu povo, acho que não vale a pena. Quantos lá dentro da academia fazem essa leitura?

Vamos supor: quantos cotistas estão na universidade e discutem a questão das cotas? Quantos cotistas falam das condições sociais ou da questão de raças? Vejo muito poucos. Então faço essa leitura e questiono: quem está hoje na universidade de fato contribui com a sociedade? Faz um trabalho de relevância social? Então, se não for do meu espaço, da minha localidade, eu também falarei de coisas que não conheço, e aí não vale a pena. Vou gastar tempo e energia para nada fazer.

PARTE III – NICE, IRIS E NETO

*A TAREFA de um narrador de estados de alma e de ações não exige que ele exprima suas opiniões pessoais a respeito da grave controvérsia que se acabou de relatar
Thomás Hardy em Judas, o Obscuro*

3.1 – Considerações sobre a entrevista com Nice

O encontro com dona Nice ocorreu em uma manhã de sábado. A gravação quase não foi possível, pois o esposo dela estava doente – o que culminou em seu falecimento algumas semanas depois. Mesmo assim, iniciamos uma conversa informal, sentados em um banco de madeira improvisado, ela mesma perguntando se o gravador estava ligado e se o que estava falando servia para a pesquisa.

Por julgar que não era o momento adequado, mantive o gravador desligado. Alguns minutos depois, entramos na casa e sentei-me em um canto do sofá, e no outro estava o esposo de Nice, tomamos um café feito no fogão a lenha e depois voltamos para o lugar de antes, onde ela disse que iria conceder a entrevista, pois temia que, com a piora do marido, tivesse de passar uns dias fora do acampamento.

Toda gravação foi feita naquela manhã, e as conversas posteriores, já depois da morte do marido, foram apenas *conversas de boteco*, apropriando-me aqui de um termo de Bernard Charlot⁶⁷. Portanto, as gravações ficaram apenas para registro dos encontros.

⁶⁷ Durante uma entrevista, discorrendo sobre as formas e procedimento que um pesquisador deve ou não adotar, Charlot se posiciona da seguinte forma: “No mundo do pensamento, pode haver técnicos, como no futebol, pode haver colegas com mais experiência, mas não pode haver chefes. Também não confie demais nos livros de metodologia: quem pesquisa não tem tempo para escrever livros de metodologia e vice-versa. Por exemplo, esses livros gastam muito papel para classificar as entrevistas em não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas, mas, na verdade, os pesquisadores sempre usam entrevistas semiestruturadas. As chamadas entrevistas estruturadas são questionários aplicados oralmente, não são entrevistas. E as entrevistas “não estruturadas” não passam de conversas de boteco. REGO, Teresa; BRUNO, Lúcia. **Entrevista com Bernard Charlot**: Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147-161, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea12.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

3.2 – “Às vezes, sinto que somos esquecidos aqui”

A vida inteira trabalhei na roça, e minha irmã veio primeiro para este acampamento, porque faz parte da Igreja Católica. Eu vim visitar, me interessei e acabei ficando.

Meu pai tinha uma bronquite braba por conta de veneno. Já passei por tanto veneno na minha vida!

Casei-me com vinte e três anos, em 1970, e estamos juntos até hoje. Depois de casados, ficamos só mais três anos em uma cidade depois de Marília, no interior de São Paulo, e viemos morar em Perus, em 1973.

Tive três filhos, mais dois Deus levou. Um morreu com três meses e quinze dias, e o outro com um ano e seis meses, vítima de uma pulmonar [embolia pulmonar], mas depois adotei um que hoje mora em Perus e tem uma filha que mora em [Francisco] Morato.

Quando houve a ocupação desta área, minha irmã participou com todas minhas sobrinhas, então ela começou me falar e acabei vindo conhecer. Nessa época, ela dizia: *“Nice, venha pra cá; as coisas aqui estão boas. Vamos dividir as terras”*.

Quando cheguei, em agosto, o padre tinha tomado esse lote da Silvana [filha da dona Maria Alves, e colaboradora nesta pesquisa, que nesse período deixou o acampamento para cursar Jornalismo na Universidade Federal do Ceará] e já havia plantado abóbora. A terra estava cuidada, as abóboras florescendo; fizemos um *barraquinho* do lado de uma árvore, pago pela minha irmã, e eu mudei. Meu marido não queria vir de jeito nenhum, só veio depois.

Naquela época ele estava parado, sem trabalho, mas é um bom pedreiro. Eu trabalhei em uma fábrica, Brasilata⁶⁸, e também em uma creche em Perus. Antes também trabalhei como babá e em uma casa de família; hoje sou aposentada e meu marido também.

Quando cheguei aqui, havia 950 famílias, a área lotada de barracos. Não tinha mais espaço; se alguém quisesse fazer um barraco, outro alguém tinha de ceder um pedaço do terreno, e o meu foi construído do lado do barraco de meu

⁶⁸ Brasilata é uma empresa brasileira fabricante de embalagens de aço baseada em São Paulo, e que conta com outras três unidades fabris, Estrela-RS, Rio Verde-GO e Recife-PE. Disponível em: < <http://www.brasilata.com.br/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

irmão. Com o tempo as pessoas foram desanimando e desistindo, e eu fui ficando e aqui estou.

Hoje, além de produtora, também sou coordenadora de núcleo, no caso do Núcleo 1. Quando tem uma reunião, quando precisamos discutir as propostas que eles têm, estou sempre presente. Logo que cheguei aqui, só havia esse pezinho de limão bem *mixuruco* e esse pé de abacate, mas bem pequeno⁶⁹, então plantei a mudinha desse ipê roxo⁷⁰, fui plantando mais coisas, e hoje está assim, lindo de ver.

Não fiz uma casa ainda, porque fica meio difícil morar em um lugar que não tem certeza de que vai ser seu. Estamos aqui há dezesseis anos e, na época que entramos, o Incra quatro mil para fazer benfeitoria do espaço e dizia que depois viria mais para a construção da casa, mas não gastei os quatro mil. Como vou gastar em uma coisa que não é minha!? Quem ganha salário mínimo não pode ficar gastando dinheiro à toa. Mas o tempo foi passando, passando, o dinheiro nunca veio e nem a regularização da terra. Saiu a regularização do Dom Tomás, e nós continuamos aqui, nesta luta. Esse acampamento faz parte da Regional da Grande São Paulo, e eles agora estão vendendo uma parte que vai lá daquela árvore no fundo do lote da Maria, pegando toda área do Núcleo 1⁷¹. Mas *batemos o pé*, dissemos que não vamos sair, porque é assim: quando você tem uma casa e decide vendê-la e ela está alugada, precisa primeiro tirar o inquilino, pois não pode vender com o inquilino dentro, senão vai dar problema. Só que aqui inventaram que estão vendendo e é uma pena, porque é o lado onde mais tem plantação.

Naqueles lados (Núcleos 1 e 2), nem todos plantam, só a Maria e o Lourival, a Íris não planta tanto, não deu conta de todo o lote, e seu Paulinho é praticamente zero, portanto, no Núcleo 1 há mais plantações, tirando esse lote aqui do lado, do vizinho, todos plantam. O quintal da Antônia parece uma mata nativa, tem castanha, tem de tudo, agora eles vêm e dizem que vão nos tirar daqui e pôr naquela área onde estão as uvas da Maria, e continuamos dizendo

⁶⁹ Ela mostra as duas árvores agora gigantescas e que na época da gravação estavam cheias de frutos

⁷⁰ O ipê roxo agora é uma árvore de mais de dez metros de altura, fazendo sombra para boa parte do quintal da casa.

⁷¹ Na entrevista com dona Maria Alves, ela disse que essa área do Núcleo 1 seria cedida como parte da negociação, mas em nenhum momento citou que está sendo vendida pelo Movimento para os empresários, antigos proprietários.

que não. Na última reunião, dissemos que queremos conhecer o sujeito que disse que vai comprar.

Fico preocupada, porque aqui no Núcleo 1 todos têm problemas de saúde. Eu, o pé quebrado, e meu marido, nessa situação. Quando você chegou, eu estava dizendo que há um senhor de mais de oitenta anos e uma senhora que já teve derrame, mas graças a Deus está bem, forte, em pé. Esse daqui do lado é o mais saudável; apesar de jovem, agora está se matando na droga, e tem o Severão mais para lá com problemas no coração, e a mulher tem a perna quebrada, assim como eu e a Antônia, que era a guerreira e agora também quebrou a perna. Agora imagine pegar uma turma dessa e mudar lá para aquele *escambau* sem melhoria alguma, sem certeza de nada.

Eu estou aqui do lado da estrada, e meu marido passou mal à noite, quase morreu, e não pude socorrê-lo; agora já pensou se moro lá naquele *escambau de judas*? Ali o hospital é bom, mas já pertence a Cajamar, então aqui a ambulância não vem pegar ninguém, e são quinhentos metros daqui para o hospital. Aqui é município de São Paulo, então, se você chegar de carro lá, eles atendem, e atendem muito bem. Quando quebrei o pé, eu estava indo para uma reunião e precisava atravessar uma pontinha para comprar cigarros e outras coisas para meu marido, isso às 7h30 da manhã, então escorreguei, caí e quebrei o pé – fratura exposta. O pé ficou para um lado e o osso para o outro. Eu não estava com documentos, só com a chave da cozinha na mão, e por sorte passou um tal de Pedro que mora ali e lhe pedi que fosse avisar em casa, mas que tivesse cuidado para dar a notícia, porque meu marido estava operado do coração fazia pouco tempo. Isso tudo aconteceu há cinco anos, em 20 de fevereiro [de 2018]. Quando cheguei ali ao Regional [Hospital Regional de Cajamar], só puxaram, colocaram no lugar e me mandaram para Franco da Rocha, onde fiquei vinte e nove dias internada, porque o ferimento pegou água, bactérias e quase perdi o pé, mas graças a Deus deu tudo certo.

Quando cheguei aqui, eu não participava do Movimento, e comecei a fazê-lo por causa da minha irmã, que era coordenadora do Núcleo 12, se não me engano. Logo que meu marido resolveu vir conhecer, também gostou do lugar e assumiu a função de coordenador da segurança, porque naquela época tinha segurança: na portaria, aqui no Bico da Coruja, na outra portaria. Depois de um tempo dividiram esta área, porque veio um topógrafo pago pelo Movimento e fez

o loteamento, evitando assim que virasse uma comunidade, muitos falam favelas. No Rio [de Janeiro] tem a favela da Rocinha, e aqui chamam de comunidade. E então fizeram a divisão: dez famílias aqui, dez no três, dez no dois e dez no quatro. Ali onde Damião mora é o três, e onde a Íris mora é o dois, e o quatro é lá mais adiante, perto da Colina [Bairro de Colinas, município de Cajamar]. Como meu marido tinha sido operado do coração, fui colocada aqui, porque havia um poço e melhor acesso à água. Esse poço foi aberto pelo pessoal do Terra Sem Males⁷², que na ocupação também veio para essa área e, com o tempo, foi cada um para um lado; depois mandei abrir mais um, fiz ligação de bomba elétrica, ficou uma maravilha.

Isto aqui é um pedacinho do paraíso; eu morava no Recanto do Paraíso e vim morar aqui, que também é um paraíso, muito bom para morar. Estou há quase dezesseis anos aqui e tenho uma boa qualidade de vida. Sou a mais velha das minhas irmãs e a que mais tem saúde. Não tenho pressão alta, nem tenho diabetes, nem colesterol alto, nem artrite, artrose... O médico falou uma vez falou que eu tinha artrose, mas não é, porque, se fosse, eu teria nas juntas todas. O que eu tenho é por causa do parafuso; como a junta saiu, tiveram que colocar um parafuso pegando esse osso da pata do pé até a canela, então tem dia que ando, porque não consigo mesmo sossegar. Ele fala: “*Não é para você ficar andando*”, mas, se eu ficar parada, o pé dói, se eu andar, também dói, e ainda acho que engordei um pouco.

Mas não sou como a Maria, que é mais ativa no Movimento. Atuo como coordenadora do meu núcleo, corro atrás das coisas... Às vezes as pessoas são muito ignorantes, e eu vou, converso *na boa* com eles. Um dia desses, falaram da negociação e ninguém estava mais se reunindo, não se preocupavam mais em conversar, então fui lá e falei: “*Não, vamos ter que fazer reunião, vamos debater o que queremos e eles acabarão concordando*”. Fizemos a reunião, *batemos o pé*, chamamos a direção e explicamos nossa situação; agora estamos aqui, esperando.

Às vezes acontece de ficarmos um pouco chateados com a direção, porque já estamos acostumados com uma turma, então inventam de fazer qualquer mudança, e aquela pessoa com a qual você já está acostumado sai

⁷² Referência ao Movimento Terra Sem Males – Jornalismo Independente. Disponível em: <https://www.terrasemmales.com.br/em-busca-da-terra-sem-mal/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

fora. Vem uma turma nova. Agora temos a Janaína, a Paulinha, uma tal de Renata, que entrou faz pouco tempo. É ruim quando mudam, pois, acontecem essas coisas, *batemos o pé* e não aceitamos, afinal, todos já se acostumam com uma direção e o jeito de trabalhar e, quando entra outra, muda tudo. Essas coisas acontecem e fico observando, porque não sou uma mulher muito alfabetizada, cursei só até a quarta série [hoje, terceiro ano do ensino fundamental 1].

Quando eu tinha idade de estudar, meu pai, que sofria de uma bronquite severa, não permitiu. Dizia que com ele não tinha essa coisa de filha estudar. Sou a mais velha de oito irmãos, já nasci trabalhando na roça. Meus irmãos [homens] estudaram, um deles até fez faculdade. Minha filha cursou o primeiro e o segundo grau [ensino fundamental e médio] e tem curso de Enfermagem, e meu genro tem superior completo; minha nora também está na faculdade. Meu genro adora vir aqui; sempre que tem uma folguinha, já aparece.

Como aqui a vida é boa, vou lutar para continuar neste lugar. A negociação que está ocorrendo, antes feita com o Itesp e que agora voltou para a Sabesp [Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo], porque é ela a proprietária desta área, não apresenta nada de concreto. A Sabesp está vendendo, mas o Itesp não assumiu outra área, porque, se assumir, vai ter que dar casa e arcar com água e luz. Lá em cima, eles pegam água com a bomba, e nós saímos daqui e somos mandados para lá, onde a água é escalada e aqui não... Eu pego água todo dia, mas lá é cada dia para uma família. Aqui, quando minha caixa esvazia, vou lá, ligo a bomba e ela enche.

Vai ficar bem complicado se essa negociação for acertada. Se eles, a direção do Movimento e os empresários, nos realocarem para o lado de lá, porque é essa a ideia da direção lá de São Paulo, não da direção daqui. A Maria e a Paula que fazem parte da direção desse acampamento e que também moram aqui, não aceitam e também não aceitaremos. Não é aceitável que a direção de outros lugares – Jandira ou sei lá de onde – assumam as negociações daqui, venha dar ordens aqui, isso não entra na minha cabeça, porque quem vive aqui somos *nós*, ninguém vem morar aqui.

Do lado de lá, eu morava debaixo de lona, mas então, quando me deram mil metros desse lado, ainda que morando debaixo de lona novamente, com um tempo fui conseguindo madeiras e construindo esta casa, até cobri-la de telhas;

mas aqui tem gente que mora debaixo de lona até hoje e não arrumou nada. Alguns porque são desleixados, afinal, receberam uma ajuda com vinte telhas, mas outros falaram que não vão construir porque continua esse impasse.

Existem alguns projetos acontecendo, como o teatro que estão começando a construir, mas para mim *não fede e nem cheira*. Não acho que seja necessário. Até fui convidada pela Renata, essa menina aí que está organizando, mas não gostei. Já assisti a outras peças, mas essa dela não entrou na minha cabeça. Eles apresentaram uma peça lá que nem sei como foi porque, como faço parte da cozinha, às vezes não consigo ver. Quando eu era solteira, gostava muito de circo, mas teatro, sinceramente falando, só assisti agora, depois dos meus 70 anos, e foi aqui no acampamento. “*A peça dela parece que tinha umas mulheres varrendo, umas coisas nesse sentido*”. O melhor seria uma escola, que facilitava a vida das crianças; já tivemos uma escola aqui, davam aula lá na cozinha, uma tal de EJA. Maria Alves é professora. Aqui temos vários professores, a Rosana, a Rosângela. Lá na parte de baixo tem a Sara, a Paula também se formou professora, mas está sendo *cabeça* [parte da direção] no Movimento, e tem o André.

Às vezes, sinto que somos esquecidos aqui. Tivemos alguma ajuda de uns padres, e por um tempo recebemos uma cesta [básica] dada pelo Incra, mas tínhamos que buscá-la em Bauru [município do interior do estado de São Paulo, distante 326km da capital], e, como o pessoal não tinha condições de pagar o frete, o Incra acabou cortando. Então os padres arrumaram umas cestas que vinham do povo de rua. Depois de um tempo, acho que faz mais de cinco anos, cortaram essa também. Eu recebia duas cestinhas com arroz, feijão, óleo, açúcar, café e só, às vezes uma latinha de sardinha, e algumas famílias que recebiam duas e não tinham filhos vendiam uma, e por isso com um tempo cortaram. Agora é assim: se você plantar, você tem, senão, passa fome, porque não recebe ajuda de ninguém. Prefeitura! Ninguém nem pisa aqui. Precisamos de água e luz regularizada – porque a luz é clandestina –, mas, como não temos comprovante de luz, não podemos pedir isenção do pedágio. Toda vez que saímos daqui, nem que seja para ir ao Morro Doce, pagamos quase vinte reais, muito dinheiro para quem é pobre, sendo que próximo daqui tem uma mulher que trabalha de secretária lá no Morro Doce e não paga um real de pedágio, só porque tem como comprovar residência. Compro no crediário em umas lojas,

mas a empresa do pedágio não aceita isso como comprovante de residência, e nossa direção não consegue resolver o problema de regularizar a energia para nós.

Em todo lugar onde já morei, a prefeitura passa, faz vistoria, olha os quintais para ver se tem água parada por causa de doença, mas aqui é isolado, não aparece ninguém. Quando eu morava no interior e era época de pernilongos, passava gente na minha casa, faziam dedetização para combater e prevenir doenças, mas aqui nunca. Vivemos esquecidos.

Quando quebrei o pé, fazia tratamento em Perus e me incluíram no Programa Viva Leite⁷³, mas meu cadastro foi feito usando um endereço lá no Muriano [Jardim Muriano, bairro da cidade de Cajamar], e toda vez que o carro passava lá para entregar, eu não estava porque moro aqui. Quando fui verificar o que havia acontecido, porque estava precisando mesmo, tinha sido cortada do programa. Agora estou fazendo tratamento aqui no Polvilho [distrito do município de Cajamar] e dei meu nome novamente, mas é complicado! Toda vez que vou lá eles pedem o nome da rua, o CEP, e eu não sei. Um dia desses, um pessoal da direção falou: *“Ah, faz quinze anos que vocês moram aqui, não pagam aluguel, já dava para terem ajuntado dinheiro e resolvido isso”*. Quiseram dizer que *“era para nós ter ajuntado dinheiro”*, mas não viemos para cá só para não pagar aluguel, porque eu tinha casa em Perus... E como vamos juntar dinheiro se não temos ajuda nenhuma?

Não temos um trator para tombar [arar] a terra, não temos ajuda com adubos, portanto, quando precisamos, temos que comprar e é caríssimo. Às vezes aparecem uns estelionatários e dizem: *“Vamos trazer um adubo”*, mas cobram uma fortuna. Um calcário dá para ajeitar a terra, porque muitos falam que ela não pode tombar, mas é conversa fiada porque, quando morei no interior, tombávamos a terra todo ano e usávamos adubo. Com um trator se fazem umas curvas de nível, e aqui não temos nada disso, nada de benefício, mas mesmo assim sou feliz, sinto-me feliz.

⁷³ Viva Leite é um programa implementado em 1999 pelo governo do estado de São Paulo que distribui leite pasteurizado para as famílias que têm renda per capita de até ¼ de salário mínimo. Participam desse programa crianças de seis meses a cinco anos e onze meses. Na capital e na região metropolitana, idosos acima de 60 anos também podem se cadastrar, e cada beneficiário recebe quinze litros por mês. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/vivaleite>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Aqui não é um lugar violento, podemos dormir tranquilos. Nesses anos todos, só um dia entrou um carro, meio rápido – parece que roubaram um mercado em Morato e o sujeito, vendo a polícia, entrou aqui para disfarçar. Mas ele não era ladrão, só estava com o carro sem documentos e, como viu a polícia, ficou com medo de ser parado. Tirando isso, aqui é uma tranquilidade. Por isso também continuo neste lugar, e participo dessa luta para continuar. Não vejo a hora de chegarem e dizer: “Fiquem sossegados, ninguém vai mais sair do seu lugar”. Meu filho, que trabalha com o Sílvio Santos – esse dessa foto é ele – não tem interesse de vir para cá, não tem esse sonho, não foi criado na roça. Meu genro é o único que vem, põe a mão na terra e me ajuda; então o sonho de permanecer neste lugar é meu, e tem que ser realizado aqui, neste lote, nesta área.

Quero construir uma casinha melhor, e, se eles continuarem nesse *enrola*, ainda vou construir. Vou comprar material e começar a construção com blocos e cimento, preciso transformar isso em realidade. Aqui eu não tenho uma construção, o vizinho também não, mas outros já fizeram suas casas, três já se adiantaram e fizeram suas casinhas de blocos⁷⁴.

Mas por enquanto continua esse imbróglio. Um chega e fala uma coisa, outro já vem com outra conversa... Um dia desses *quebrei o pau* durante uma reunião. Porque sempre temos reuniões, ou para discutir os problemas daqui ou para discutir sobre outra ocupação.

É uma reunião só da coordenação, que nos transmite as informações, falam o que têm de falar, só que depois não posso comunicar a ninguém o conteúdo da reunião, fica em segredo só com o pessoal daquela reunião. Por exemplo: se vão fazer uma nova ocupação, posso até saber o lugar, o dia, mas preciso manter em segredo. Quando se referem a uma ocupação, eles usam a palavra “casamento” para despistar, porque existe toda uma comunicação,

⁷⁴ Alguns meses depois da gravação, no meu retorno ao acampamento, dona Nice tinha realizado seu sonho de construir uma casa. Ainda estava em fase de acabamento, mas era espaçosa, com janelas grandes, dois quartos, pisos de porcelanato e banheiro todo revestido de partilhas. Feliz, fez questão de fazer um café no fogão novo que havia acabado de comprar. Mas manteve o fogão a lenha na parte externa, onde era a casa antiga, pois representava um cantinho para lembrar de seu marido.

inclusive a “rádio-peão⁷⁵”, portanto, todo cuidado é pouco para não vazarem informação. Só falam no dia, e às vezes na hora de sair.

Ainda não fiz uma ocupação, mas meu velho [marido] já fez em Limeira [município brasileiro situado no Centro-Leste do estado de São Paulo] e Americana [município da Microrregião de Campinas no estado de São Paulo]. O Diego [filho] era criança e eu tinha medo de deixá-lo sozinho, porque houve épocas em que eu passava o dia aqui e à tardinha ia até Perus para pousar com ele, que continuou lá para estudar. Tenho vontade de ir fazer uma ocupação, mas agora não tenho condições por causa desse pé; às vezes sai choque [confrontos], correria, e sair correndo fica difícil. Eu fui uma vez ao Inca, acampamos lá na Secretaria da Fazenda, no Gabinete do Presidente⁷⁶, mas agora fico só aqui, na cozinha dos eventos.

Foi muito interessante. Tivemos de chegar de manhã cedinho ao Inca, antes de os funcionários chegarem para trabalhar. Todos chegavam nervosos, revoltados, e não deixávamos ninguém entrar, colocávamos segurança na porta. Ocupamos tudo, até a cozinha, e a comida era feita lá mesmo. Levaram tudo em uns carros, panelas, mantimentos, e no final da ocupação deixamos tudo limpinho, organizado, em ordem.

Já fizemos isso mais de uma vez. Fizemos pelo Irmã Alberta, mas por outras coisas também. Se existe um problema lá no Dom Tomás, eles vêm para irmos juntos; se há problemas aqui no Irmã Alberta, eles vêm e nos juntamos. Nesse ponto somos uma família unida, cada um do Movimento tem a obrigação de ajudar o outro. Às vezes vem gente até do Pontal [outro assentamento]. Na ocupação do Inca, não participaram só os daqui, veio gente de todo lado. Quando fazemos essas ocupações, permanecemos no lugar até ter uma decisão. No entanto, também acontecem de virem com mentiras, porque eles mentem para nós... Dizem que vão atender aos nossos pedidos, saímos acreditando e nada acontece. Esse Geraldo Alckmin⁷⁷ mesmo falou que ia resolver, dar os documentos, que só bastava uma assinatura dele e tudo estaria

⁷⁵ Meio de comunicação não-oficial, divulgado por pessoas de baixo escalão, antes mesmo de a informação ser divulgada pelo gerente ou coordenador direto da equipe. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/r%C3%A1dio%20pe%C3%A3o/>. Acesso em: 21 abr. 2019

⁷⁶ Escritório da Presidência da República que mantém uma sede em São Paulo.

⁷⁷ Geraldo Alckmin Filho foi governador do Estado de São Paulo pelo PSDB. Disponível em: <https://www.geraldealckmin.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2018.

resolvido, e até hoje nada. Esses políticos, sabe como são! Já ficamos mais de uma vez diante desse sujeito, mas nosso preferido mesmo é o Lula, porque sempre trabalhamos com ele.

Não o conheço pessoalmente, mas conheço bem o Suplicy e também a Marta, pois foi justamente ela que assinou o decreto para aqui virar lixão. Ela até trabalhou bem, fez coisas boas. Criou vários CEUs⁷⁸, mas também assinou para aqui virar aterro sanitário. Se tivesse acontecido mesmo, ia degradar tudo, porque traria todos os resíduos do rio Pinheiros [localizado no distrito do Alto de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo] e os despejaria aqui, foi por isso que ocupamos.

O bom é que aqui nunca tivemos uma ordem de despejo⁷⁹; até ocorreram umas lá no fórum, mas não foram efetivadas, então só estivemos sob tensão no começo. A prefeitura quis embargar as construções, mas veio o Incra e também a Sabesp, foi feito um acordo e assinamos um papel que garantia a nossa permanência. E agora aparece essa situação? Quando eles vieram pessoalmente para fazer o contrato de permanência, veio Sabesp, Incra, agora vamos querer também a presença das pessoas que estão comprando.

⁷⁸ Centro Educacionais Unificados.

⁷⁹ Durante esses mais de dezesseis anos, houve alguns mandados de reintegração de posse obtidos pela SABESP, mas que nunca chegaram a ser efetivados, como relata alguns relatórios do ITESP. 24 mar. 2005 - "O juiz deferiu a revigoração do pedido da reintegração de posse da Sabesp". 26 ago. 2005 - "O mandado de reintegração de posse está em poder do oficial de justiça, que irá contactar o batalhão da PM para o seu cumprimento". 26 set. 2005 - "Houve reunião entre o Governador Geraldo Alckmin e o Incra, na qual acordou-se que não haverá reintegração de posse da fazenda Ithayê até o final da negociação entre a Sabesp e o órgão federal". 30 set. 2005 - "Numa audiência são firmados vários compromissos, entre os quais, a garantia que as 60 famílias do acampamento Irmã Alberta não serão despejadas". 02 abr. 2006 - "Funcionários [do ITESP] entraram em contato com o fórum regional da Lapa e angariaram informações de que foi juntada uma petição da Sabesp nos autos do processo de reintegração de posse solicitando suspensão de prazo para o cumprimento da liminar por 45 dias". 14 dez. 2006 - "Em reunião com o Governador Cláudio Lembo, este afirmou que existem entraves burocráticos que dificultam a criação do assentamento" [são informados também de duas liminares de reintegração de posse] - "Liminar de reintegração de posse requerida por Samir Murad - processo nº 612/02, 3ª Vara Cível de Bragança Paulista".

"Liminar de Reintegração de Posse requerida pela SABESP, na 2ª Vara Cível de São Paulo, na Lapa: SABESP x MST - Proc. Nº 00402023665-8 - 2ª - Vara Cível do Fórum regional da Lapa - SP". RELATÓRIO de acompanhamento do ITESP.

Nessa época a direção no Movimento era outra, mas essa nova [direção] diz que é impossível os compradores virem, e não estamos aceitando essa conversa. Precisamos conhecê-los, porque até agora, apesar de sabermos que a negociação está acontecendo, se tivermos mesmo que sair, não sabemos se seremos indenizados.

Muitos que moram aqui estão dizendo que, se forem indenizados, até saem. Pegam o dinheiro e vão embora para o interior ou para qualquer outro lugar comprar sua casinha e viver o resto de vida que ainda têm. Mas no meu caso, como me acostumei neste lugar, não aceitaria. Só pela tranquilidade que se tem aqui, *filho*, vale a pena. Porque na cidade se vive em um ritmo agitado. *Tudo na correria.*

Gosto de deitar cedo, às oito [20h] já estou na cama. Não assisto à televisão, não gosto muito. Às vezes assisto apenas aquelas *novelinhas* mexicanas do SBT [Sistema Brasileiro de Televisão aberta, criado em 1981], mas só até as seis horas [18h], acabando não vejo mais nada. De manhã cedo, assisto a um jornal, mas logo vou fazer minhas coisas. Começo mexendo nas galinhas, ponho água, depois vou para a horta, localizada do outro lado da estrada, fico um tempo lá, até o sol começar a esquentar. Hoje, ainda que nublado, está um bom dia, dá para ficar mais tempo por lá, mas ultimamente, como tem feito muito calor, então fico pouco. Com meu marido doente e meu irmão operado, porque é ele que carpe, às vezes recebo ajuda de fora, não vou dizer que faço tudo sozinha.

3.3 – Considerações sobre a entrevista com o casal Iris e Neto

Um dia anterior ao da gravação, conversei com Seu Neto e acertamos que a entrevista seria na manhã do dia seguinte. Logo cedo, lá fui com meu gravador, mas Seu Neto disse que não seria possível nossa conversa acontecer, pois sua esposa, Íris, tinha ido para São Paulo cuidar de um irmão doente.

O adiamento da entrevista me colocou diante de duas dificuldades: a primeira, fiquei sem saber quando seria a próxima oportunidade; a segunda, não havia me preparado para realizar uma entrevista com duas pessoas ao mesmo tempo. Mas por sorte, no fim daquele mesmo dia, Seu Neto confirmou que poderíamos gravar na manhã seguinte, pois dona Íris havia voltado.

A gravação se deu na área externa da casa; como era época de Carnaval, eles estavam recebendo visita de uma neta com o filho ainda engatinhando, o que representou mais um desafio, pois a todo momento precisava interromper a gravação em virtude do choro da criança ou por ela querer o colo da avó.

Dona Íris foi a mais falante, enquanto Seu Neto se limitou a completar as falas da esposa e, quando falava alguma coisa, sempre buscava a confirmação dela.

3.4 – “Nossa luta hoje não é mais só pelo Irmã Alberta”

Eu me chamo José Vieira da Rocha, mas sou conhecido apenas como Neto. Moro nesse acampamento há quinze anos. Entrei por intermédio de minha cunhada, que já morava aqui logo no começo da ocupação. Trabalhei com ela, agregado, e depois de uns cinco anos este terreno ficou desocupado, a mulher foi embora, uma coisa muito boa.

Estávamos na fila. Teve uma reunião com a coordenação e votaram, e como o Neto trabalha bem na roça, falaram: “*Tome conta deste terreno*”.

Antes, eu trabalhava de motorista, e só depois que me aposentei viemos para cá. Todo final de semana eu vinha ajudar minha cunhada. Sempre gostei de roça, fui criado nela desde os sete anos. Nasci em Major Isidoro, perto de Arapiraca, em Alagoas, mas vim para São Paulo ainda novinho. Meu pai *tocou* roça muito anos, e vim para São Paulo com dezessete, dezoito anos, me alistei, mas fui dispensado e aprendi a dirigir; logo comecei a trabalhar como motorista. Quando me aposentei, disse: “*Agora vou para um sítio*” porque jamais gostei da cidade, meu lugar é na roça. Então apareceu este lote para mim, comecei a cuidar dele, a plantar, e estamos aqui.

Sou de São Paulo mesmo. Morava em Itaquera e nos conhecemos, e estamos com quarenta e dois anos de casados. Tivemos quatro filhos, mas hoje só temos um. Perdi meus meninos – um de doença e os outros em um acidente, isso já depois de adultos –, mas me deixaram netos, porque já estavam casados. Temos cinco, três homens e duas meninas gêmeas. O meu caçula é casado há onze anos, mas não tem filhos, ainda não conseguiram engravidar. Mas graças a Deus vive bem com a esposa, estão todos bem. E tenho agora dois bisnetos que são esses que estão aqui.

Sempre participamos de movimentos na igreja Católica que frequentávamos, mas nunca me vi aqui, só depois que minha irmã veio e começou a falar: “*Vamos pra lá! Vamos pra lá!*”. Depois do acidente dos meus filhos, a cidade perdeu a graça, e o Neto vinha mais aqui que eu, porque ficou em depressão. Mas não quero falar sobre esse caso, o filho dele [do que morreu] está no quarto e não gosta que se toque no assunto. Ficou muito abalado. Todos ficamos, e não é para menos, perdemos dois filhos de uma vez, no mesmo acidente, e isso nos deixa desestruturados. Hoje meu neto tem dezoito anos e já passou um tempo do acidente, mas parece que o tempo não passa.

Nossa família era bem unida, ainda somos, meus filhos moravam no mesmo quintal, então não teve como continuarmos lá. Viemos para cá, e aqui estamos. Meus irmãos também moram aqui. Todos têm um lote muito produtivo. Meu irmão produz bananas, vem carro pegar cachos inteiros. E minha irmã é produtora de frutíferas.

Só o Neto é aposentado. Vou completar sessenta este ano, lá para o final, e vamos ao INSS [Instituto Nacional de Seguro Social] para fazer as contas.

Depois que chegamos aqui, só ocorreram coisas boas, plantamos e vivemos deste lote. É muito bom viver aqui! Não temos do que reclamar, o Neto mexe em tudo.

Temos uma plantação de uva que eu mesma fiz, abóbora, mandioca, só milho não plantei ainda por causa da seca, mas as outras coisas produziram bem.

Dá para fazer um *dinheirinho*! Quando meu marido desce com o carrinho cheio para vender ali no bairro, ele volta vazio. Também há os meninos da comunidade que fazem acerto e vem buscar produtos a cada quinze dias. Ano passado vendemos bem. Antes, a aposentadoria do Neto era nossa renda; agora é só um complemento. Se fosse para viver só do *aposento*, passaríamos fome. Por exemplo, quando os abacates estão prontos, eu tiro muitas caixas; não deu muita manga este ano, mas em anos anteriores já vendi muitas. Temos duzentos *pezinhos* de uva; é pouco, mas, quando começar a produzir, conseguiremos um dinheiro. Agora ela está em processo de hibernação. E é assim que funciona com as frutas de época. Daqui a três meses teremos ponkan; tenho cinco pés aqui. Agora também é época das acerolas, tenho dez pés, e também alguns pés

de banana ali na parte de baixo. Nunca ficamos sem frutas; não dá para esbanjar, mas vivemos bem.

A pessoa que quer trabalhar, *vixi!* Aqui tem serviço! Quase tudo que se planta dá, é só não ter preguiça. Compramos poucas coisas, mais a parte de carne, porque o resto vem do sítio.

Feijão não dá. Para ter feijão aqui, é preciso usar veneno [agrotóxicos], igual fazem no Paraná; lá eles jogam veneno do avião, que passa por cima da plantação envenenando tudo. Aqui é proibido. Aqui ninguém usa. Tudo é natural [orgânico]; podem até apodrecer algumas coisas, como o Lourival, que plantou abóbora e não vingou, mas, mesmo assim, não usamos veneno. Podemos até perder a plantação, mas veneno não usamos.

É prejudicial comer algo que vem com veneno. “*Você não sabe como vem isso aí*”. A maioria dessas frutas que vendem por aí são bonitas, mas vem com veneno. As goiabas são bonitas, sem defeitos, mas todas com veneno! Tenho certeza. Fui a um assentamento lá em Cerquilha [cidade do Estado de São Paulo, próxima a Boituva], onde eles devem usar veneno. Cada *goiabona!* Não pode, é regra no Movimento não usar veneno. Não somos alfabetizados, mas sabemos que isso é errado. Eu cursei só até o primário [atual ensino fundamental 1], e o Neto até a oitava série [atual nono ano do ensino fundamental 2].

Depois que ganhamos esse lote, passei a ser a coordenadora do Núcleo 2, e trabalhamos em grupo, com três coordenadores. Quando um não pode, vai o outro e traz as notícias de como melhorar o lote e também de como anda o processo da terra, porque, como você sabe, estamos em um processo para adquirir esta terra com documentos.

Sou o motorista, sempre presto esse serviço. Quando o MST precisa deslocar o pessoal, sou eu que dirijo o caminhão ou ônibus.

Antes eu trabalhava como boleira, essa é minha profissão. Tenho facilidade para fazer bolos de todos os tipos, decorativos e tudo mais, então para todas as festas faço os bolos. Participo dessa maneira, e assim vamos levando. Então, a regularização desta terra é muito importante, e também ter saúde, porque sem saúde não se faz nada. Vindo a regularização, teremos mais possibilidades de arrumar o lote. Quero arrumar aquelas parreiras de uvas, mas para isso se gasta dinheiro; quero fazer uma casa melhor. Esse é o principal fator aqui. Veja só, é difícil ter uma casinha razoável assim como a minha, e

fizemos no escuro, sem a certeza de que íamos continuar aqui. Precisamos de um lugar seguro, pois às vezes vêm umas ventanias *brabas* e com chuva, e você trabalhar o dia inteiro em uma roça e não ter nem um lugar seguro para se proteger das cobras, porque aqui existem cobras. Ontem, durante o almoço, tinha um sapo *zanzando* na área, então essas coisas não são novidades por aqui. Penso que precisamos de um mínimo de conforto – uma cama limpa para dormir, um chão limpo – para ter forças para no outro dia levantar e seguir a vida. Mas só com a regularização poderemos investir com segurança. Agora ficamos na dúvida, investimos ou não? *Né, bem?*

Por isso falo para o Neto que vamos investir mais só nas plantações, porque se perdermos, vai ser uma pena, mas não teremos um prejuízo tão grande, porque elas ficam aqui; mas na casa não podemos investir; teremos que esperar por enquanto. Queremos trocar as madeiras de sustentação das uvas, para elas crescerem mais, fiquem mais altas, mas, por causa dessa indecisão, não podemos. Não sai barato. Essas madeiras têm dez anos de uso, foram tratadas por mim, e agora estão apodrecendo e será preciso trocá-las. Temos que pegar a madeira, tratá-la, ou então pôr *uns de cimento*, e tudo isso é gasto, sem falar que, se trocarmos as madeiras, haverá os arames também, que precisarão ser trocados juntos. Veja quantos gastos!

Ela fez curso, porque o Movimento oferece para quem quer fazer, mas eu não fiz; meu curso foi na lida desde moleque com meu pai. Comecei a trabalhar com sete anos, e aqui aprendi muito também com o vizinho, Lourival. Ele é um bom agricultor, sabe lidar com a terra, sabe plantar.

Eu falo para ele: “*Imita o Lourival*”. O Lourival planta tudo *separadinho*, a nossa é toda misturada. Lá na dele, onde tem mandioca é só mandioca, onde é milho, é só milho, e por aí vai. É um homem que gosta daquilo que faz; nós também gostamos. Para ele, isto aqui é uma profissão mesmo, não só um passatempo. Lourival faz parte deste Núcleo.

Na agricultura é assim, você precisa saber as fases da Lua para plantar, e também precisa ficar ligado nos períodos de chuva, porque não adianta plantar no seco. Aqui temos pouca água, que vem de uma mina e é dividida em dias intercalados com os outros núcleos. Só o um [Núcleo 1] não precisa, porque mandaram fazer poços. Aqui não dá. Como vamos perfurar um poço nesta altura?

O ideal seria ter umas caixas maiores para captação de água de chuva, mas também seria um investimento alto; melhor não arriscar diante da indecisão que vivemos aqui.

Eu queria construir uma caixa de cimento, ferro, areia, mas fomos ver e é melhor comprar uma caixa grande de plástico de cinco mil litros, pois sai mais barato. Seria *uma boa*. Fomos ver uma de mil litros, e nos pediram quinhentos reais, muito caro. É melhor ir levando como está, porque não sabemos em que vai dar essa negociação. Precisamos nos unir para lutar por isto aqui. Até agora estamos se mantendo unidos, em uma reunião, todos se defendem. Somos um só. Quando nos reunimos para defender uma causa, somos todos juntos, mas no dia a dia é cada um por si. Claro que, quando ligam para dizer que vem buscar a mercadoria, um avisa o outro, há uma comunicação. Somos uma família grande e, como em todas as famílias, há problemas. Um olha torto daqui, outro dali, mas na hora de tratar do Movimento a união é geral. Descemos, todos nos reunimos, sem esta de *“estou de mal de fulano ou de sicrano”*, são todos pelo Movimento. Quando temos um problema, somos fortes, descem todos, fazemos uma reunião e acertamos os ponteiros.

Chegou a notícia de que uns empresários compraram a terra, mas até agora ninguém provou. Vamos esperar, ver se compraram ou não e o que vai acontecer. Infelizmente, o Núcleo 1, que é aquela parte que fica lá embaixo, vai precisar subir ou vai para o Núcleo 4, que fica mais ali para o fundo e onde tem mais terra sobrando.

Se compraram mesmo, infelizmente haverá casas ali embaixo, mas tem um lado bom, que é de protegermos aqui em cima. O que não podemos é perder tudo, porque eles vêm fazer casas aqui também. Então, estamos nesse impasse. Claro que queríamos todos nossos companheiros onde estão, porque temos muitas plantações. A Nice, por exemplo, tem uma plantação muito boa. Ela e o marido fizeram uma plantação grande, e tirá-los dali *dá dó*. É nosso objetivo lutarmos para que continuem ali; não vamos desistir. O bom mesmo seria conseguirmos toda a terra do acampamento, e com cada um ficando onde está. Mas, caso os empresários comprem mesmo a terra, não sei como vai ser, porque nem tudo chega até nós. De vez em quando nossos dirigentes têm reunião com eles e chegam aqui com algumas notícias, mas nunca ficamos a par do grosso mesmo da negociação.

Mas temos bons dirigentes, que talvez nem saibam de tudo. Somos ouvidos por eles. Quando chegou a notícia de que o Núcleo 1 ia ter que mudar de lá, o assunto foi bem discutido com todos. Porque pensávamos que eles seriam expulsos, e só depois soubemos que seriam transferidos para este Núcleo. Então foi feita uma reunião em que cada um foi ouvido, e ficou decidido que eles só sairiam de lá se lhes mostrassem toda documentação. Isso foi importante até para os empresários ficarem sabendo que só haverá desocupação se virmos a documentação definida; portanto, acredito que somos ouvidos.

Precisamos ser unidos, precisamos saber que podemos contar um com o outro. Hoje é tranquilo, mas no início foi tenso. Quantas vezes saí lá de casa e vim tentar tirar minha irmã daqui. Eu chegava e via meu sobrinho, que hoje tem dezessete anos e na época tinha um aninho, e falava: *“Vou levar o Ângelo embora; não vou deixar vocês aqui”*. Então ela dizia: *“Não, ele tem que ficar comigo para aprender”*. A luta é grande, é difícil! Vinha polícia tentar tirar o pessoal daqui e todos se reuniam e não deixavam. Agora está mais tranquilo. Depois que a Sabesp fez um documento de permanência, ficamos mais sossegados.

Após a ocupação e toda luta que foi travada, a Sabesp fez um documento que garante nossa permanência aqui. Porque aqui era para ser um lixão, aí ocuparam. Graça a Deus, porque nossas minas [fonte naturais de água] são lindas e seria uma pena destruí-las. Elas são nossa salvação. Tem uma no lote de minha irmã; outra no lote do meu irmão, e com o lixão seria tudo contaminado.

Precisamos também de uma estrada, porque não podemos pagar uma máquina para arrumar a estrada, e aqui, quando chove e adoce alguém, não tem condição. Por exemplo, minha cunhada é professora e quando chove tem de faltar na escola, porque não desce carro. Andamos arrumando, pondo pedras. Nem precisa construir uma estrada igual àquela ali de baixo; se passasse uma máquina e jogasse cascalho, já estava bom demais. Em um dia de chuva para socorrer alguém vira um pesadelo. Já cheguei a socorrer uma menina uma vez, descí com o carro e, para subir de volta, tive que pôr a menina em um carrinho de mão, porque o carro mesmo não subia.

Prefeito, subprefeito, esses sujeitos nunca vieram aqui. Já pedimos, mas sem êxito, *né, bem?* Uns tempos atrás, subiu um carrão todo escuro e andaram

nessas vias todas aí, e só depois ficamos sabendo que eram os empresários que estão comprando, mas também foi só uma vez e nunca mais. Mas os homens não desceram, nem o vidro do carro abriram; foram os dirigentes do Movimento que nos contaram que eram eles. Outra vez foi um helicóptero que passou bem baixo, filmando bem tudo, mas também não sabemos quem era.

Acho que as coisas aqui não se resolveram ainda pelo fato de o lugar ser tão próximo da cidade; se fosse mais longe, talvez já tivéssemos conquistado a terra. A briga é grande, é um lugar valorizado e dentro da cidade. Mas vamos ver. Rezamos para sair desse impasse porque quinze anos são uma vida. Agora, imagine se ficarmos mais trinta nessa *água morna*? Nessa incerteza, sem poder investir.

Mas não podemos desistir. Toda quinzena nos reunimos para discutir como anda o processo. Numa quinzena falamos da produção, e na outra queremos notícias. Também vêm pessoas de outros assentamentos falar das dificuldades, pois não é porque já estejam assentados que as dificuldades deixaram de existir. Nós aqui não enfrentamos tantas, apenas um vizinho ou outro que se estranham, não cuidam do lote, mas que estão aqui desde o início, lutaram muito, e por isso precisamos encontrar um jeito de contornar a situação para que continuem aqui.

Todos estão na mesma condição. O assentado não pode vender seu lote. Não é porque já tem a documentação que pode vendê-lo e sair por aí. Este é um critério: nunca vender. Até é permitido que passe o lote para algum familiar ou para alguém que seja do acampamento/assentamento, mas vender, nunca.

Quando acontece de alguém querer se desfazer do lote, sem o transferir para alguém da família, é estipulado um valor; calcula-se o que foi investido na casa, no lote, mas isso não é uma venda, apenas uma compensação pelo melhoramento no lote. Creio que é assim, tudo feito pela direção.

No nosso caso, houve uma votação para podermos ficar neste lote, todos votaram. Eles votam e decidem se a pessoa merece ou não; como eu era agregado lá na minha cunhada e todos sabiam que eu servia ao MST, às vezes levando o pessoal em viagens, todos concordaram que merecíamos este lote. Porque somos atuantes, tanto eu quanto ele, *né, bem?*

Sim, quando vai haver uma festa, estamos juntos. Ali embaixo fizemos uma plantação de milho coletivo, eu e mais dez pessoas, e decidimos fazer a

festa do milho para comemorar a colheita. Aproveitamos esse dia e fizemos panfletagem de divulgação, e é assim toda vez que o Movimento vai fazer uma festa: fazemos a panfletagem. E somos bem recebidos, mantemos uma boa e amigável relação com o pessoal do bairro. Na época da ocupação, recebemos apoio do pessoal da cidade [dos bairros do entorno], que não queriam que aqui virasse lixão, então, por conta disso, acabaram gostando de estarmos aqui, e vem muita gente da cidade comprar nossas coisas. Às vezes nem sobram mercadorias para entregar para os meninos que compram aqui, porque vendemos tudo no bairro mesmo. Essa ocupação foi um ganho para ambas as partes, tanto para o bairro quanto para nós. Já pensou um lixão aqui? Eles seriam prejudicados. Prejudicaria todos no entorno.

Quando já estávamos aqui, tentaram fazer outro lixão ali do lado do Maria Trindade; então nos reunimos aqui, corremos para lá e dissemos: “*Aqui não vão fazer lixão*”, e suspenderam na hora.

Nossa luta hoje não é mais só pelo Irmã Alberta, mas por todos que a pedem. Nós nos organizamos e vamos lá ajudá-los, porque pensamos assim: estamos *no mesmo barco*, ou quase, então a luta deles também acaba sendo a nossa. Se aparece um pessoal querendo invadir um lote, rapidamente vamos para lá tentar resolver.

E isso acontece mesmo. Agora tem um pessoal lá embaixo falando que compraram um lote, e fizemos uma reunião no mês passado que foi uma bagunça, mas depois derrubamos o barraco do homem, que voltou a erguê-lo. Ele alega que comprou, mas não comprou, porque aqui ninguém compra nada, nem um terreno pode ser negociado, e o homem chegou com a história de que comprou. Na reunião ficou decidido que tínhamos que destruir o barraco, então fomos lá e derrubamos tudo, como já falei. Mas o sujeito o ergueu novamente e está lá, morando sozinho. Deixamos bem claro que ele não comprou, que está mentindo. Dissemos: “*Você está aqui, mas, se as negociações derem certo, não terá direito ao terreno*”. Como ele tem direito se nada está escrito em lugar algum?

As pessoas acham que basta chegar, levantar o barraco e pronto. Chegam e perguntam: “*Como faço para conseguir um terreno?*”. Inúmeras vezes isso já aconteceu e explicamos que não pode, que tem de entrar na luta como

nós. Agora, o sujeito chegar aqui e querer pegar tudo de *mão beijada*, isso não pode.

Precisamos lutar todos os dias, porque aqui somos meio esquecidos. O Inkra já apareceu algumas vezes, fez umas reuniões, visitou os lotes, falou da possibilidade de melhorias. Mas não sei como estão as negociações, porque faz um tempo que não aparecem, só estão vindo os dirigentes do Movimento; todos os meses eles estão por aqui, com notícias ou sem.

Às vezes vêm outros estudantes, fazem entrevistas, tiram fotos, mostramos as plantações, a produção, as sementes, porque nós mesmos as produzimos. Sempre que fazemos uma plantação de milho, feijão ou qualquer outra coisa, guardamos uma parte em uma garrafa cheia para não entrar ar, e isso vai durar um ano. Temos muitas mudas de bananas, e de todas as qualidades, então com um tempo assim, bom para plantar, vamos ao vizinho e fazemos a plantação. Vendemos muito essas buchas⁸⁰ ótimas para esfolar a pele durante o banho, quando é época delas, porque é difícil encontrá-las por aí e, quando encontra, o preço é bem alto.

Figura 10: plantação de buchas, fevereiro/2018



Fonte: Acervo pessoal

⁸⁰ *Luffa aegyptiaca*; *Luffa cylindrica* de origem tropical, mas conhecida também como: Bucha, Bucha-dos-paulistas, Bucha-paulistana, Bucha-vegetal, Esponja-vegetal, Lufa, Planta-das-esponjas, Planta-dos-esfregões.

Ontem eu estava falando para ele: “*Como Deus é bom, tão maravilhoso, ele dá tudo de graça*”. Olhamos para essas mangas [a menos de cinco metros de onde estávamos, havia uma mangueira em franca produção], e quantas sementes têm aí? Os abacates também. Você corta os galhos da uva e com um pé dá para fazer uns trinta; quantos pés de mandioca fazemos com um único pé? Então você vê como Deus é tão maravilhoso! Ele nos dá tudo e muitos não enxergam.

A Loira, outra vizinha nossa, ela levou um raminho só dessas buchas, e aqui do nosso lote, e agora está uma maravilha. Temos mudas de sobra; é só saber fazer que vai ter tudo.

Dá trabalho? Dá, mas é gostoso. De manhã logo cedo *caímos* no lote, porque de manhã é o melhor horário, e às vezes às 6h já estou carpindo, e paro às 10h, porque o sol esquenta e, com minha idade, não dá mais para ficar debaixo do sol. Faço um intervalo, almoço e vou fazer outras coisas.

Faço colorau e açafão, então depois das 10h trabalhamos aqui debaixo do telhado. Debulho o colorau, preparo o açafão, que é bem trabalhoso de fazer, e assim vai passando o dia, sem ficar cansativo. Somos idosos, mas desfrutamos uma boa qualidade de vida. Nem eu nem meu marido temos problemas de saúde, com sessenta e oito anos de vida, não tomamos um remédio, nem para pressão ou para qualquer outra doença, não temos nem dor de cabeça.

Na verdade, só um dia desses peguei uma alergia. Tinha aquele capim *colonhão* [colonião] seco, e fui tirá-lo sem camisa de mangas compridas, e aí olha o resultado? Mas não tenho certeza de que foi do mato, porque também o médico não soube dizer. Temos boa qualidade de vida aqui; por isso digo aos meus netos que aqui é um bom lugar e quero que venham para cá, mas até agora só um participa do Movimento. Ele está com vinte anos, faz parte da coordenação e participa da organização, e até faz um estágio em um curso de teatro. Aqui temos poucos jovens, mas são engajados e também têm chances de estudar. O MST dá muitas chances para os jovens estudarem⁸¹; só não

⁸¹ Através de parcerias, como foi no caso do Curso de Pedagogia da Terra, feita entre a UFSCar, MST, FAF, OMAQUESP, FARAESP

estuda quem não quer. Minha sobrinha entrou na universidade, minha irmã tem curso superior e meu cunhado está fazendo.

Minha sobrinha se formou professora lá em Belo Horizonte [capital do estado de Minas Gerais]. Minha irmã também fez o curso lá em Minas, e meu cunhado faz aqui mesmo, em São Paulo. Então só não estuda quem não quer mesmo, porque chance não falta. Silvana, a filha da Maria, está na faculdade também.

Não temos escola aqui no acampamento, mas é uma coisa pela qual vamos lutar quando tudo estiver regularizado. Agora só temos o projeto, e também o projeto da escola de teatro e da escola⁸² de agricultura [Agroecologia]. Queremos muitas coisas aqui, porque muita gente lutou por isso. A irmã Alberta hoje está com noventa anos, mas foi ela, junto com o MST, que deu início ao acampamento, e acho que por isso continuamos aqui, porque a Irmã Alberta conhece muita gente. Tem também o Suplicy. Ele veio aqui algumas vezes, brincou com todos, é uma pessoa do bem, sempre nos apoia. Se ele fosse presidente, aí sim! Todos iam ver, porque Suplicy assinaria os documentos da terra. É difícil um político como ele. Se ele fosse candidato, teria os votos de todos aqui, pois é um homem sério e honesto. Já na Marta, que era mulher dele, não dá para confiar.

Vemos esses políticos na televisão ou os ouvimos no rádio e dá uma raiva! Temos vontade até de desligar. Porque aquilo lá [Brasília] é uma bagunça. Eles mexem com os pobres, não somos pobres aqui, porque temos saúde, mas a bagunça que eles fazem lá atinge demais as classes mais pobres. No fim se defendem, tem como se defenderem da prisão, veja só quantas instâncias eles têm para recorrer? Agora imagine o que acontece se um de nós pegar uma coisa no supermercado. Nosso presidente [Michel Temer], que deveria dar todos os exemplos, é chamado de bandido, uma coisa muito feia e triste. Como meus netos e bisnetos veem isso? Se o presidente é pichado disso [acusado de cometer crimes de corrupção]. Por isso eu digo: a corrupção é que acaba. É por isso que não podemos vender um lote, porque o dinheiro não vai fazer muita

⁸² Na época da gravação [fevereiro/2018], havia apenas o projeto, como eles mesmos deixam claro, mas agora [maio/2019] a escola de teatro está em fase de acabamento, e já se fez terraplanagem no terreno onde será a escola de Agroecologia.

coisa em nossas mãos, o que rende é uma terra como esta; ela vai nos enriquecer. Eu, indo embora desta vida, deixo a terra para os netos, os bisnetos. Mas é claro que nem todos vão abraçá-la, porque em toda família há sempre um que escolhe outros caminhos, mas pra que vender? Por isso acho bom o MST determinar que não se vende a terra, que pode ficar até para os tataranetos, mas sem ser vendida.

Isso vai dar continuidade aos nossos projetos. Temos este lote produtivo, mas uma hora um de nós vai acabar faltando, ou até mesmo os dois, então se um neto chegar e disser: "*Vamos vender porque o vô e a vó já morreram*", vai deparar com essa lei do MST de não poder vender, e isso é muito importante, representa nossa continuação. Eles só terão duas opções: ou seguir com esse projeto ou perder a terra. Por isso desde cedo vamos *enfiando* na cabeça dos netos que aqui é o lugar deles, que precisam viver aqui, aprender a lidar com a terra, para não perdê-la quando um de nós se for.

Imagine perder tudo que já construímos; só neste lote estamos há um pouco mais de dez anos, e sair agora, ou eles não lutarem quando os *velhos* faltarem, seria jogar todos esses anos fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomam-se agora alguns elementos norteadores deste trabalho, visando-se, inclusive, comentar aspectos dos discursos dos entrevistados, tendo-se como ponto de referência elementos da própria História recente do país contextualizados no ideário do Movimento e nas falas dos colaboradores.

A princípio, há de se destacar que o ideário do MST aponta para a questão histórica da espacialização, enquanto um processo social que envolve questões relacionadas à luta pela terra. Assim, este trabalho, na voz dos sujeitos entrevistados, registra objetivamente essa luta, presente nas ocupações de terra – muitas vezes relatadas com orgulho –, na formação do acampamento e no desejo pelo assentamento, que, por sua vez, se incorpora à ideia de pertencimento social, ou seja, um novo território, o espaço de apropriação, de reterritorialização, com a criação de espaços de vida, de hábitos, de culturas, enfim, de um espaço coletivo. Destacam-se, ainda, os ideais da Reforma Agrária e de uma sociedade mais justa e fraterna, em que se minimizem os impactos da desigualdade social, considerando que, nas palavras de Loureiro (2010) mais de 5 milhões de pessoas “em situação de extrema pobreza conseguiram moradia, renda e alimentação; o êxodo rural diminuiu; aumentou o poder aquisitivo dos assentados; a mobilização pela terra criou novas demandas; as novas lideranças introduziram mudanças políticas nos municípios...”.

A partir deste momento, abordar-se-ão alguns aspectos específicos dos discursos dos sujeitos entrevistados, objetivando-se destacar elementos comuns à fala de todos eles, e também alguns pontos contraditórios.

Em relação aos aspectos comuns, destaca-se a educação escolar formal, à qual todos os entrevistados dão bastante atenção, seja enquanto escola para as crianças acampadas, seja como formação acadêmica que caracteriza a trajetória pessoal de alguns deles, e da qual se orgulham.

Ainda que manifestem o desejo de que houvesse uma escola no próprio acampamento Irmã Alberta (“Não temos escola aqui no acampamento, mas é uma coisa pela qual vamos lutar quando tudo estiver regularizado”), o que certamente seria um elemento facilitador dos ideais por que lutam, no sentido de que a “luta” estaria presente mais acentuadamente no discurso do espaço escolar, todos os entrevistados reforçam a relevância da educação escolar

oferecida pelo Poder Público, considerando-se que as crianças estudam em instituições próximas ao acampamento. Pode-se compreender aí que a escola atua não somente como elemento de inserção social, de noção de pertencimento, mas também como caminho para o status social, no sentido de também de reconhecimento social (“Maria Alves é professora. Aqui temos vários professores, a Rosana, a Rosângela. Lá na parte de baixo tem a Sara, a Paula também se formou professora, mas está sendo *cabeça* [parte da direção] no Movimento, e tem o André.”).

Além disso, as primeiras entrevistadas acabaram estudando em instituições também mantidas pelo Poder Público, como UFSCar, Unicamp, USP e UFC (Silvana na UFC e na Unicamp; Mari na UFSCar e na USP), trajetória que falam com grande contentamento, inclusive, por terem finalizado os cursos com trabalhos voltados à sua própria vivência (“Foi um desafio e tanto, mas consegui! Às vezes, apesar de *arrebentada*, estava lá, assimilando tudo direitinho. Concluí com dez e parabéns. Eles [Movimento e UFSCar] me deram essa oportunidade.”/ “...já se referiam ao meu TCC como um trabalho que entenderam perfeitamente. Disseram que eu estava de parabéns. Então, filho, imagina se não valeu a pena, se essa *velha* aqui não ficou derretida.”).

Dessa forma, eles evidenciam a importância de tais instituições superiores públicas manterem parcerias com o Movimento, inclusive na forma de convênios celebrados pela Escola Nacional Florestan Fernandes (localizada em Guararema, região metropolitana de São Paulo, que foi inaugurada em 2005 e criada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como um espaço de aprendizado voltado para a formação política de militantes de movimentos sociais de todo o mundo). Desse modo, além da militância política, oferece formação em saúde comunitária, planejamento agrícola, pedagogia da terra, entre outros, objetivando a que o acampado/assentado, depois de formado, volte à sua base e atue como elemento disseminador do que foi aprendido.

Resumindo, todos incorporam a importância da educação escolar (“O MST dá muitas chances para os jovens estudarem⁸³; só não estuda quem não quer. Minha sobrinha entrou na universidade, minha irmã tem curso superior e meu cunhado está fazendo”.)

⁸³ Por meio de parcerias, como foi no caso do Curso de Pedagogia da Terra, feita entre a UFSCar, MST, FAF, Omaquesp, Feraesp.

Cumpra lembrar que a educação também é promovida pelo próprio acampamento, por meio da escola de teatro, de agricultura e da EJA, sendo essa última, a luta diária da entrevistada Maria Alves, cujo ensino segue o princípio de a criança tem que aprender por meio de sua própria realidade. Em síntese, pode-se pensar nesse sentido também no Movimento, cujo ideal deve ser mantido. Nota-se, inclusive, na fala de um dos entrevistados o receio de que tanta luta e tanto ideal um dia se percam (“Isso vai dar continuidade aos nossos projetos. Temos este lote produtivo, mas uma hora um de nós vai acabar faltando, ou até mesmo os dois, então se um neto chegar e disser: *“Vamos vender porque o vô e a vô já morreram”*, vai deparar com essa lei do MST de não poder vender, e isso é muito importante, representa nossa continuação. Eles só terão duas opções: ou seguir com esse projeto ou perder a terra. *Por isso desde cedo vamos enfiando na cabeça dos netos que aqui é o lugar deles* [grifo meu] que precisam viver aqui, aprender a lidar com a terra, para não perdê-la quando um de nós se for.”).

E é aí que entra, também como elemento comum a todos os discursos, a extrema valorização da terra, enquanto plantação para consumo próprio e para venda (agricultores familiares), associada aos cuidados com o solo (“...podamos as árvores e deixamos os restos no solo, considerando que os manejos aqui se dão na base das podas, na plantação de árvores nativas e frutíferas. Muita bananeira, porque ela ajuda. Os caules acumulam muito biomassa, então todo mato roçado é deixado ali mesmo, porque já passou o tempo das queimadas, o tempo de plantar fazendo coivaras⁸⁴, nosso solo não aguenta mais.”) e ao repúdio aos agrotóxicos (“Feijão não dá. Para ter feijão aqui, é preciso usar veneno [agrotóxicos], igual fazem no Paraná; lá eles jogam veneno do avião, que passa por cima da plantação envenenando tudo. Aqui é proibido. Aqui ninguém usa. Tudo é natural [orgânico]...”)⁸⁵. A agroecologia, ou plantar com manejo

⁸⁴ Quantidade de ramagens a que se põe fogo nas roçadas para desembaraçar o terreno e adubá-lo com as cinzas, facilitando a cultura; fogueira. Disponível em: https://www.google.com/search?q=coivara&rlz=1C1GCEB_enBR822BR822&oq=coivara&aqs=chrome.69i57j0l5.4255j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8&safe=active&ssui=on. Acesso em: 28 mar. 2019.

⁸⁵ Antes do final da redação dessa dissertação (julho de 2019), o atual governo brasileiro já tinha liberado mais de 260 tipos de agrotóxicos, sendo que alguns com alto teor de contaminação e proibidos no mundo todo. Dona Maria Alves nesse sentido traz uma discussão interessante do “lucro ótimo”. Ao liberar o uso de agrotóxicos o governo usa o discurso de que com esses produtos, o campo produzirá mais e

apropriado da terra, é motivo de orgulho para os entrevistados, que, inclusive, vê na venda dos produtos uma forma de dialogar com a sociedade (“Nessas feiras aproveitamos para conversar com a comunidade, informando-a do Movimento.”).

Essa valorização, aliás, está no próprio cerne do Movimento, que busca redemocratizar o acesso à terra e produzir alimentos.

Outro aspecto que merece atenção é a organização, até bastante rígida, do Movimento, a que todos os entrevistados se referiram, ainda que alguns com algumas críticas. Assim, tem-se um dia a dia bem organizado também em termos de distribuição de tarefas: a mística, as assembleias, a divisão de tarefas - alguns para segurança, outros para a limpeza, outros para as atividades educacionais, etc., o poder de fala, a liberdade de dar sugestões, para verificar o que está funcionando e rever o que não está. Algumas são realizadas com a presença de todos os setores, outras só com educadores, outras só com o pessoal da infraestrutura, da ornamentação, etc. Além disso, há os núcleos e a figura da coordenação de cada núcleo, a quem cabe, inclusive, informar aos acampados as decisões da direção regional. Nesse sentido, algumas críticas investem nas mudanças de diretorias (“Às vezes acontece de ficarmos um pouco chateados com a direção, porque já estamos acostumados com uma turma, então inventam de fazer qualquer mudança, e aquela pessoa com a qual você já está acostumado sai fora. Vem uma turma nova...”), às vezes vindas de lugares que desconhecem, ou não conhecem tão bem, a vida daquele determinado acampamento (“Não é aceitável que a direção de outros lugares – Jandira ou sei lá de onde – assuma as negociações daqui, venha dar ordens aqui, isso não entra na minha cabeça, porque quem vive aqui somos *nós*, ninguém vem morar aqui.”).

No aspecto político, algumas figuras se destacam, como é o Eduardo Suplicy, exaltado nas falas de alguns entrevistados como alguém que de fato se preocupa com eles, aquele a quem recorrem nos momentos de mais tensão, aquele que acalma e se esforça para resolver ou minimizar os problemas (“Um camarada que sempre está conosco é o Eduardo Suplicy”/ “Suplicy é a pessoa mais acessível que conheço.”/ “Com ele ficamos sossegados, porque, mesmo estando em uma plenária, nos atenderá; uma vez precisávamos de uma ajuda urgente, chegamos em uma perua e botamos a “boca no trombone” na frente da

câmara municipal...”), e de Lula, que encarna o líder simples, do povo, metalúrgico, que chegou ao poder e que foi um dos fundadores do PT, cuja trajetória muito se aproxima do Movimento (“Lula esteve desde o início conosco, e a criação do PT foi uma alternativa para o povo trabalhador. Um partido saído das massas, dos movimentos sindicais e populares. A classe trabalhadora precisava e precisa de partido, precisa mesmo...”/“...para elegermos o companheiro Lula de novo, porque fomos nós das militâncias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos outros movimentos sindicais, foi a *companheirada* que saiu às ruas para defender a candidatura de Lula.)

Nesse ponto, interessante notar um aspecto relevante dos discursos dos entrevistados: a imensa esperança depositada em um governo, e em um partido político cujas origens remontam a comunidades eclesiais de base, também aos movimentos sindicais, as quais acabaram relegadas, o que gerou alguns momentos de uma fala crítica e decepcionada (“Quando o PT se aliou ao PMBD [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] na época, escolhendo como vice Michel Temer, percebemos que ia dar muito errado...”/ “Lula precisava ter feito o mesmo, rompido com a burguesia, com esse capitalismo que só destrói. Acho que esse foi o único erro dele; esperávamos que fizesse esse rompimento.”/ “ali caiu a *fichinha* de que nem o governo Lula nem o da Dilma iam conseguir levar adiante os projetos de que a classe trabalhadora precisa. O partido estava sendo golpeado exatamente por isto, para que a classe trabalhadora não tivesse mais um representante lá. Naquele momento o partido tinha que ter olhado para a classe trabalhadora, e não falo só do MST, só da reforma agrária, mas para toda a classe trabalhadora que foi abandonada muito tempo atrás e não olhou.”).

Cabe apontar ainda uma distorção social e histórica no discurso, ou seja, a entrevistada insiste em “apagar” a memória e a história da classe trabalhadora brasileira, a memória e a história do movimento operário brasileiro, a memória e a história da esquerda no Brasil. Para ela, a história da classe operária em nosso país tem início com a criação do PT, desconsiderando que na primeira década do século XX já se tinha um significativo contingente operário e expressivas reivindicações por melhores salários, jornada de trabalho reduzida e assistência social convivendo com perspectivas políticas mais incisivas que lutavam contra a manutenção da propriedade privada e do chamado “Estado Burguês”.

Além disso, a entrevistada também desconsidera outros partidos engajados aos trabalhadores, como o PCB, o PCdoB, o PSOL, para se falar de partidos atuais. Talvez se possa afirmar haver aqui uma luta de representações, isto é, uma representação social cujo diagnóstico, fundado na razão, é representado por interesses dos grupos que a forjam, para justificar ou legitimar para os indivíduos suas próprias condutas e anseios. Nesse aspecto, um grupo impõe a outro, suas concepções de mundo e o seu domínio. Nessa linha, a entrevistada apreende um campo histórico particular e legitima o discurso do PT, explicita algo que remete primeiro às origens do partido. E este, em uma relação dialética com a questão da representação, também havia legitimado suas ações e condutas representando inicialmente o interesse de alguns grupos sociais.

No entanto, a entrevistada silencia e problematiza a esperança/desilusão com o PT em termos de um discurso de senso comum, destacando o fato de o partido não ter rompido com o capitalismo como seu “único” erro, além de ter abandonado a classe trabalhadora. Ao ignorar aspectos históricos significativos do movimento operário brasileiro pré-PT, a entrevistada também faz história em seu próprio silêncio. Compõe a memória coletiva da sociedade, ou do Movimento, definindo o que deve ou não deve ser lembrado. Anula-se um contexto maior, talvez em razão da impossibilidade de tomar posse da própria história, retendo do passado o que convém à representação do presente, herança dos lugares e instituições pela qual passou ao longo desse trajeto de vida.

Ainda, ao falar de “romper com o capitalismo”, conforme esperava que Lula fizesse, a entrevistada desconsidera um traço capitalista presente no cerne do Movimento, explicitando apenas o socialismo no princípio de igualdade social (ausência de classes sociais lá na comunidade) e distribuição equilibrada de riquezas – no caso, terra e produção do cultivo) do Movimento, mas não percebe (ou não cita) o cerne da questão: a atividade com fins lucrativos, um dos princípios básicos do capitalismo, e a propriedade privada. No caso específico das feiras promovidas pelo Movimento, a partir da agricultura familiar, elas foram criadas, sim, para possibilitar o acesso aos frutos da Reforma Agrária; firmar parcerias para fortalecerem os agricultores familiares, assentados e as cooperativas do MST e fomentar a discussão e o acesso à alimentação saudável, mas acabam promovendo a capitalização da renda produzida pelas famílias, na

medida em que parte da riqueza acaba, muitas vezes, sendo desviada para corporações que industrializam e comercializam os produtos.

Em síntese, os sujeitos entrevistados apresentam um discurso adequado ao ideário do Movimento. Orgulham-se de sua trajetória de vida, das agruras que enfrentaram, das ocupações de que participaram, unidos pela música, pela fé, pela dor, pela alegria, pelo desejo da terra. Mostram-se contentes da terra onde vivem, dos cuidados dispensados a ela, e à casa em que moram, das plantações, das pequenas colheitas, e, mais do que tudo, anseiam fortemente que o acampamento onde estão há tantos anos se torne, enfim, um assentamento, o que lhes outorgará em definitivo a terra onde construíram sua vida e uma casa de blocos, que muitos ainda hesitam construir. Todos trabalham, e todos, apesar de histórias e formações diferentes, compartilham o mesmo sonho.

A questão da escolaridade se faz representada na construção dos discursos dos entrevistados em termos que merecem ser comentados. As entrevistadas com nível superior revelaram um discurso de engajamento social e político. São participantes ativas do Movimento, cujo ideário fazem questão de exaltar e manter (ocupação, acampamento, territorialização, assentamento, trajetória do Irmã Alberta do ponto de vista legal, política – ainda que com alguns “apagamentos históricos, terra, manejo consciente, etc.), orgulhosas da trajetória de vida em que se embrenharam. No entanto, os três últimos entrevistados, ainda que se orgulhem de muitos desses aspectos e compartilhem preocupações semelhantes, prendem-se mais à questão da terra enquanto posse, reverberando o desejo de terem casas próprias em que possam fazer melhorias sem o risco de perdê-las. Incorporam o discurso de estabilidade via casa própria, um elemento de sossego, de segurança, algo que deixarão como fruto de suas lutas para seus filhos e netos.

Além disso, os discursos dos três últimos entrevistados também incorporam elementos do cotidiano (a vizinhança, os nomes dos vizinhos, os estudos de cada um, a água, o cuidado com a casa, a importância da terra, etc.). É uma fala mais simples, mais amiúde, resgatando valores sociais básicos (moradia, alimento, sossego, trabalho) que herdaram ao longo da vida.

Portanto, todos os entrevistados compartilham determinados valores próprios do Movimento, onde se construíram, onde firmaram sua identidade, mas os últimos (Nice, Íris e Neto) resvalam para preocupações cotidianas, do

microcosmo onde atuam e onde constroem sua realidade. E onde esperam ficar para o resto da vida, um ambiente calmo, sem assaltos, sossegados.

Cumprida a trajetória que me impus diante deste trabalho, restou-me a pergunta: E eu mesmo, o que mudou em mim depois dessa experiência? Depois de idas e vindas, de vozes intercalando-se em minha cabeça, da vivência com aquelas pessoas? O que mudou em mim?

A voz popular diz que “ninguém muda, que somos o que somos”. Talvez realmente haja uma essência, uma carga genética, que nos faz assim: somos o que somos. Mas, enquanto indivíduos históricos, capazes de estabelecer relações, de ver e rever, de sintetizar, de questionar, aí, sim, mudamos. E acho que ninguém, considerando seres socialmente construídos, passa por uma experiência desse tipo inalterado. Ninguém compartilha sua vida com a de outros, de uma realidade tão diferente, e continua a mesma pessoa.

Primeiro, estudei. E o estudo me levou da graduação ao mestrado, e precisei ler – e muito –, fazer relações, rever conceitos e “pré-conceitos”. Depois, compartilhar minha vida com a daquelas pessoas foi uma experiência ímpar; dos autores que fundamentaram, mesmo não contendo citações diretas, foram essenciais para entender a pesquisa, entender o universo que estava me inserindo, buscar respostas diante de tantos questionamentos. Como na maior cidade do país, coração financeiro, existem pessoas cozinhando a lenha, sem acesso a água potável, esgoto.

É com alguns esclarecimentos e mais questionamentos e buscando dar um ponto final nesta pesquisa, pensando em todas as vezes em que estive presente nos eventos, participando de colheitas, já que em todo acampamento são produzidos mais de seis toneladas de alimentos por mês, só tenho uma certeza: que todas aquelas vozes nobres, de cada acampado que conversei, de toda as vezes que parei para ouvir um dedo de prosa, ecoaram para sempre em minha mente e também na certeza de que tanto eu, quanto eles só esperam uma coisa: *Queremos mais felicidades, nesse céu azul cor de anil, no verde a esperança sem fogo, na bandeira que o povo assumiu. No verde a esperança sem fogo, na bandeira que o povo assumiu.*

Sou o que sou, mas acrescenta-se à minha vida e ao meu olhar o mundo aquelas vozes, aqueles anseios, aqueles risos, aquela lição de vida...

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em Luta: uma outra história do Movimento “Queixadas” de Perus**. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro**. Pão ou Açúcar. Rio de Janeiro, Civilização, 2006.

DA REDAÇÃO. Irmã Alberta Girardi morre aos 97 anos em São Paulo. **O São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2018. Disponível em: <http://www.osaopaulo.org.br/noticias/irma-alberta-girardi-morre-aos-97-anos-em-sao-paulo>. Acesso em: 01 mar. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2006.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: As Comunas da Terra, sua gestação, principais atores e desafios**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2007.

HARDY, Thomas. **Judas, o obscuro: romance**. São Paulo: Geração Editorial, 1994. P. 320.

LOUREIRO, Isabel. Resenha do livro “Combatendo a desigualdade social – O MST e a Reforma Agrária no Brasil” Carter, Miguel- Unesp. Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/08/27694/>

LOZANO, Mirian Cristina. **Assentamentos e Ecovila: no caminho da agroecologia**. 94 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MARIA, Karla. **Memórias de uma Lutadora: militante de diversas causas sociais**. Entrevistado: Irmã Alberta. Família Cristã, São Paulo, n. 961, 2016. Disponível em: <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/?system=news&action=read&id=14331>. Acesso em 26 fev. 2018.

MST. Como fazemos a educação fundamental. **Caderno de Educação**, São Paulo, n. 9, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Augusto e Lea: um caso de (des) amor em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. **Formação Política Nos Quilombos Do Espírito Santo: A Liberdade Como Prática Emancipatória no Território do Sapê do Norte**. Anais do V Seminário Discente: Democratização de Políticas e Saberes: Disputas em uma Educação sob Ataque. Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio de Janeiro, 2018.

RAMOS, Mauro. **Aos 97 anos, falece Irmã Alberta, uma lutadora incansável**. Brasil de fato, São Paulo, 30 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/30/aos-97-anos-falece-irma-alberta-uma-lutadora-incansavel/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

RELATÓRIO de Reunião. **Áreas de conflitos e Acampamentos rurais no Estado de São Paulo**. ITESP: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, s/n, 14 nov. 2002.

RELATÓRIO de Reunião. **Áreas de conflitos e Acampamentos rurais no Estado de São Paulo**. ITESP: Acampamento Irmã Alberta e Terra Sem Males. São Paulo, s/n, 24 fev. 2003.

RELATÓRIO de acompanhamento. **Áreas de conflitos e Acampamentos rurais no Estado de São Paulo**. ITESP: São Paulo, s/n, 28 jun. 2005.

RELATÓRIO de acompanhamento. **Áreas de conflitos e Acampamentos rurais no Estado de São Paulo**. ITESP: São Paulo, s/n, 24 ago. 2005.

RELATÓRIO de acompanhamento. **Áreas de conflitos e Acampamentos rurais no Estado de São Paulo**. ITESP: São Paulo, s/n, 19 set. 2005.

RELATÓRIO de acompanhamento. **Áreas de conflitos e Acampamentos rurais no Estado de São Paulo**. ITESP: São Paulo, s/n, 15 mai. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 14.058, de 10 de outubro de 2005**. Institui o programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal, [2005].

SÃO PAULO. **Portaria- nº 10.041, de 28 de dezembro de 2017**. Atualiza o valor do auxílio financeiro por classe em funcionamento e o auxílio financeiro relativo à alimentação para as Entidades que mantêm classes do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo. São Paulo: Prefeitura, [2017].

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Educação e Experiência. In: **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-47.

_____. A Venda de Esposas. In: **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981, p. 305-352.

APÊNDICES: MINHAS MOVIMENTAÇÕES NA PESQUISA

V Encontro Estadual das crianças Sem Terrinha

Sábado 4 de novembro de 2017, cidade de Santos, litoral de São Paulo

5h da manhã

O despertador tocou, mas nem precisava, eu já estava acordado depois de uma noite longa e de sono leve.

Motivo?

Minha primeira viagem referente à pesquisa de mestrado.

Destino?

Bairro de Perus, grande São Paulo ou, mais precisamente, Escola Estadual Brigadeiro Gavião Peixoto, localizado na rua Mogeiro no bairro de Perus.

Até lá eu pegaria um ônibus até o Terminal Rodoviário do Jabaquara, capital, depois o metrô até a estação da Luz também na capital e depois um trem e finalmente o destino final. Estava apreensivo desde o início da semana, mas também não era para menos. Ir a São Paulo capital é sempre emocionante para mim que veio de tão longe. Depois eu teria que pegar metrô e fazer integração para um trem, o que me causava um pouco de pânico, pois nunca havia realizado tamanho feito. Outro motivo e talvez esse fosse o de maior apreensão, era que eu estava indo rumo ao desconhecido. Até esse dia só havia falado, e poucas vezes, com uma moça chamada Janaina, que me respondia pelo WhatsApp de maneira vaga, mas fui.

Entrei no ônibus exatamente às 6h, talvez tivesse uns dois minutos a mais, mas como estava sem relógio e quando sentei e afivelei o cinto de segurança era 6h05, visto num relógio do ônibus, calculo que levei três minutos até o momento de entrar, escolher a poltrona, sentar e prender o cinto.

No percurso do ônibus, tudo bem. A Serra do Mar como sempre estava um espetáculo da natureza. No percurso do metrô, apesar da quase claustrofobia de saber que se está andando debaixo da terra, também foi bacana, mas bom mesmo foi quando peguei o trem, sentia-me como um viajante cortando o país ou até mesmo como um personagem de filme. Uma visão que nem consigo descrever. Mato, casas, um contraste entre natureza, belíssimas casas e

periferia e assim por mais de uma hora de estação em estação, sempre ouvindo a voz da moça do trem que anunciava a próxima estação, fui percebendo que mesmo que não desse certo do que eu havia planejado, já estava valendo a pena. Da estação em que desci até a escola foi fácil, só perguntei para uma moça, que gentilmente me falou que era só subir a avenida em que estávamos e seguir por uns dez minutos e já estava no colégio. E foi mesmo, exatamente como ela falou. Acanhado, fui entrando. Nas grades da escola uma grande faixa anunciando o evento: V ENCONTRO ESTADUAL DOS SEM TERRINHA DE SÃO PAULO – SEM TERRINHA EM MOVIMENTO.

Ao subir alguns degraus de escadas ia passando com muita pressa uma mulher, mas interceptei sua passagem e perguntei:

__ Oi eu sou Paulo, de Santos, você conhece a Janaina, coordenadora estadual de educação do MST?

Qual foi minha surpresa, ela abriu um sorriso e disse:

__ Prazer Paulo, sou eu. Que bom que finalmente nos encontramos!

Abraçamo-nos e logo fui chamado de companheiro, sem perder tempo fui me colocando à sua disposição, como lá o que tinha era trabalho, fui encaminhado para o setor de credenciamento e por lá fiquei até as 14h, parando apenas um pouco para o almoço ao meio dia.

Total de crianças, ou melhor, Sem Terrinha credenciado – mais de 200.

Quando saí de casa, levei dinheiro para alimentação, o que já foi rapidamente descartado, pois alimentação tinha lá e de graça por conta do Movimento. Duas por dia e três lanches, comida à vontade, podendo repetir quantas vezes quisesse.

Dormir, bem, aí foi outra que também resolvi quando chegou a noite – uma sem terrinha de 19 anos deu um jeito de me arrumar uma coberta, eu peguei dois bancos, juntei, tirei duas cortinas da escola, forrei os bancos e lá dormi confortavelmente por duas noites.

Como começa o dia entre os acampados do MST?

Como eu estava fazendo observação para minha pesquisa, não deixei passar nada, estava sempre atento a tudo que acontecia e a Janaina também fazia questão de me incluí nas atividades.

6h

Todos começam a se levantar e a tomar banho.

7h

Café da manhã. Duas filas são formadas: uma para adultos e outra para crianças.

8 horas.

A Mística – um importante momento para os militantes. Todos se reúnem, cantam músicas ligadas à terra e ao movimento. Músicas de protesto enfatizando o porquê da luta. Também são passados os avisos das assembleias e das atividades do dia. Nas assembleias são feitas a divisão de tarefas: alguns para segurança, outros para a limpeza, outros para as atividades educacionais, etc.

As assembleias

Tem várias por dia – todos com poder de fala e sugestão. Elas têm a função de ver o que está funcionando e rever o que não está funcionando. Algumas são realizadas com a presença de todos os setores, outras só com educadores, outras só com o pessoal da infraestrutura, da ornamentação e por aí vai.

Participei de quase todas elas e pude perceber que a maioria era de mulheres, principalmente quando se tratava de educação – e como elas sabem o que estão fazendo! Opinam, discordam...

Durante os dias, contribuí na secretaria. Fiz de tudo. Foi um trabalho árduo, mas compensador. Na manhã de segunda-feira quando acordei pela última vez nos bancos, já estava sentindo saudades. Caminhei os dez minutos até a estação, peguei o trem, só que dessa vez superlotado, depois o metrô e em seguida o ônibus, fazendo o mesmo trajeto, mas com a certeza que a partir daquela experiência minha pesquisa estava realmente começando e do melhor jeito possível: ouvindo as pessoas, seus sonhos, suas experiências, suas contradições (MMP)

Figura 12: A mística ao amanhecer



Fonte: MMP/acervo pessoal

Figura 13: Oficina de bordados



Fonte: MMP/Acervo pessoal

2ª VISITA AO ACAMPAMENTO 08/02/2018.

Eu estava um pouco ansioso, para falar a verdade mesmo, eu estava era ansioso demais, tanto que quase não dormi. Essa seria minha segunda visita e mesmo já tendo combinado com antecedência, nas últimas duas semanas não tinha conseguido falar com a coordenadora do acampamento. Mas quando peguei o

ônibus e antes de chegar a São Paulo, o telefone tocou, era ela perguntando onde eu estava, porque ainda não tinha começado a fazer o almoço.

Foi uma alegria aquele telefonema, mas disse que não se preocupasse, pois ia resolver umas coisas na capital e só chegaria ao acampamento no final do dia. Na capital, comprei um gravador de voz, que me custou duzentos e vinte reais, para gravar as entrevistas. Depois, seguir para o acampamento, foi uma maratona de metrô, trem, ônibus e, por último, uma boa caminhada. Como sempre, fui bem- recebido. Para preparar nosso jantar, acendi o fogão a lenha e fritei bisteca suína. Para acompanhar, D. Mari fez um delicioso suco de acerola, colhida na hora. Depois conversamos um pouco e me bateu um sono. Então, fomos dormir! Um colchão no chão batido e dois lençóis que dona Mari gentilmente me cedeu e mais um que eu trouxe de casa. São 22h11 e eu estou deitado, com o notebook nas pernas, escrevendo este texto. Hoje é só o primeiro dia.

Amanhã escreverei sobre as impressões que venho tendo e escreverei, também, sobre o acampamento.

Acampamento. Amanhecendo - 09/02/2018 - 05h22

Apesar dos mosquitos, foi uma noite agradável, faz um pouco de frio, mesmo estando no verão. Quando o dia clarear, não sei se pela manhã ou à tarde, farei a primeira entrevista e a colaboradora para essa entrevista será dona Mari. Estou pensando: no momento da escrita da dissertação, dependendo do que for falado por ela, dividirei em partes. Exemplo: D. Mari – parte I; D. Mari – parte II; etc.

O Acampamento.

Ainda não conheci todos os acampados e nem suas casas/barracos, talvez faça isso pela manhã, mas pelo que vi até agora é uma área grande e que ainda não está sendo toda utilizada. Em volta da casa/barraco de D. Mari, ela fez uma belíssima plantação de uva que agora está no período que ela chama da dormência, mas na minha primeira visita estava em plena produção e, segundo ela, foi uma boa colheita. As mangas estão todas carregadas e maduras, as laranjas estão começando a crescer. Acerolas estão no fim da época de produção, mas tem muitas e tomamos um saboroso suco no jantar. Os abacateiros estão com os galhos baixos de tantos abacates. O milho está pronto para colheita e no clarear do dia vou colher algumas espigas, pois D. Mari prometeu fazer cozido. Tem as hortaliças e várias outras plantas: caqui, pêra etc. No viveiro de patos, tem uma ninhada de patinhos fazendo a festa numa bacia de água, improvisada. A água é captada numa fonte natural, D. Mari falou que foi uma luta, até descobrirem essa mina, hoje ela fornece água para as dez famílias acampadas, em formato de escala. Por exemplo: a família 1 recebe água na segunda-feira; a família 2 na terça e assim por diante. Mas, não foi uma tarefa fácil chegar nesse estágio, pois nem todos mostravam o mesmo empenho.

O que se percebe, logo nas primeiras falas, é que não é um mar de rosas em se tratando da coletividade. Alguns estão aqui, não pelo coletivo, mas simplesmente para conseguir a terra. Que a militância no Movimento já não é a prioridade de todos, mas os líderes, como dona Mari, buscam dia após dia manter a luta pela militância viva. (MMP).

Figura 14: Entrada do acampamento



Figura 15: Roça de milho



Fonte: Acervo pessoal

Figura 16: Vista da área ocupada



Fonte: acervo pessoal

Acampamento, quase tarde. 09/02/2018 - Manhã - 12h28

Foi uma manhã agitada, por isso estou escrevendo só agora, começo de tarde. Levantei as 8:00 e fui direto tirar a cinza do fogão de lenha e depois acendê-lo para D. Mari fazer nosso café. Ela levantou um pouco mais cedo, as 7:00, pois três companheiros apareceram para carpir o milharal que haviam combinado. O café foi bolo de mandioca, manteiga de lata, tinha pão integral, mas não comi. Fiquei com o café e bolo e agora escrevendo percebo que se tivesse ficado só ouvindo-a contando a experiência que teve no acampamento/assentamento no Jaraguá, era o suficiente, pois chegou a se emocionar.

A experiência foi a seguinte: ela e outras companheiras foram convidadas para participar de uma roda de conversas numa escola estadual, posteriormente foi convidada para um curso de “reciclagem” na empresa Natura Cosméticos e foi lá, segundo ela, que pode perceber que a luta do campo é uma luta solitária e com poucos admiradores.

Depois o meu dia seguiu. Eu precisava de uma tomada para ligar o computador na “varanda” que dava para a cozinha improvisada, logo acabei descobrindo que também era um sonho para ela a tal tomada, diante disso, essa

foi minha tarefa, ir até a cidade, uns 3, 4 km de distância e comprar o material para realizar a tarefa. Fiz as tomadas, duas o que facilitou muito nossas vidas. Depois ajudei a cuidar dos patos, galinheiro e preparar o almoço. Arroz, feijão, refogado de couve e um delicioso refogado de abobora, batatas, cenoura e como bebida, suco de acerolas.

Acampamento, madrugada – 10/02/2018 - 02h33

Não consegui registrar minhas movimentações à tarde. Foi bem corrido – logo após o almoço, D. Mari recebeu três jovens da Unicamp que realizam um projeto social nas aldeias Kaiowá no Mato Grosso do Sul e eles vieram, por indicação de uma companheira do MST, para fazerem com D. Mari troca de sementes, já que ela é pesquisadora e defensoras do uso de sementes nativas crioulas sem o uso de agrotóxicos, sendo inclusive esse o tema do seu trabalho de conclusão de curso, apresentado na USP/Escola Nacional Florestan Fernandes. Participei da conversa e fiz o registro desse momento em áudio e eles fizeram em vídeo, no qual também acabei falando do meu projeto, pois despertou interesse por parte deles. Em seguida partimos direto para nossa entrevista. Foi uma conversa de pouco menos de 2 horas e a percepção que estou tendo agora que deveria ter sido melhor, tenho pensado desde então e penso que talvez minha inexperiência se refletiu muito, mais numa avaliação geral, digo que foi positivo. A gravação foi feita na “varanda/cozinha” improvisada, sentados em volta da mesa, com ela sentada na minha frente. No final do dia já com o corpo pedindo arrego, colhemos acerolas, mangas, limão e encerramos a noite com algumas partidas de dominó e 3 latinhas de cervejas. Chegaram umas visitas lá pelas 22h uma irmã de D. Mari, o filho de D. Mari, sua esposa e seus filhos. Depois de dormi, pois fui vencido pelo cansaço antes das 23h, acordei agora com algumas inquietações sobre a dissertação e também da vida pessoal, em especial, sentimental.

Acampamento, 11/02/2018 – Manhã, 08h15

Ontem não escrevi as minhas movimentações durante o dia. Mas foi um dia atípico. No segundo dia a minha chegada, três camaradas foram chamados para carpir o milharal, como eu já tinha registrado. Não sei qual foi o combinado entre eles, o certo é que ontem por volta das 11:30 eles acabaram e apareceram

para almoçar e receber o “dindim” e foi nesse momento que houve um momento de tensão. Um dos companheiros não concordou com o valor, mas segundo d. Mari e os outros dois, o camarada não tinha o direito a reclamar, pois ele não foi chamado e veio porque estava sem grana. A tensão durou uns minutos no disse me disse, mas acabou bem. Eu estava sentado com o notebook ligado tentando resolver um assunto com o banco pela internet.

Mas acabou bem e um litro de cachaça velho Barreiro foi um dos responsáveis pela calmaria, ou melhor, pela mudança de foco, pois ao invés de atritos, começaram uma comemoração que durou até tarde da noite com roda de samba, pois afinal era sábado de carnaval.

Acampamento – 11/02/2018 – noite – 23h08

Hoje tive um dia tranquilo, logo pela manhã fui até a cidade, precisava de supermercado e banco. Uns 8km de distância, ida e volta. Passando por uma moradia de um acampado, chamei um garotinho pra ir comigo e saímos descida abaixo, já que aqui é morro. Evaristo, o sem terrinha, como ele mesmo se define, tem 11 anos e está no 5º ano numa escola municipal que segundo ele, fica uns 20 minutos do acampamento. Conversamos sobre tudo, falei da minha cidade, Santos, do mar e de como cheguei até o acampamento. Ele também perguntou minha idade, se tinha filho, mãe, pai e irmãos. Em contra partida, ele contou que moro com a mãe, o padrasto, um irmão e uma irmã, sendo ele o mais novo. Evaristo é esperto, tem senso de humor e não se acanhado. Perguntei se estava com fome, pois eu estava, tinha tomado apenas um café puro. Ele também estava, disse que tinha tomado apenas café. Paramos numa padaria e falei para escolher o que quisesse e como criança que é, escolheu uma coxinha e uma coca KS. Eu tomei café com leite, pão com manteiga e um suco de laranja e depois seguimos para o supermercado. Passamos por dois hospitais públicos e ele contou que por algumas vezes já ficou ali, teve um problema de saúde que quase morreu. Não especificou o que era, pois eu também não perguntei. No supermercado compramos entre outras coisas, pão para mim e para ele e iogurte. Chegando no acampamento, minutos depois o céu ficou cinzento e não demorou caiu o mundo de chuva, uma festa para eles aqui, pois precisam plantar mandioca e milho. Falando em milho, enquanto esperava o almoço, fui ao milharal do lado e colhi três espigas e assei na brasa. Uma delícia sem igual.

Depois veio o almoço que foi em família, pois como é carnaval, d. Mari está recebendo duas irmãs, o filho, nora, uma filha e vieram cinco companheiros do acampamento, entre eles Evaristo, sendo esse meu convidado. A tarde dividi entre a leitura de um texto e uma soneca e já no começo da noite d. Mari fez mais uma valiosa colaboração, explicando o conceito de “Comuna da Terra”, como foi pensado e quem foi seu idealizador.

23/03/2018 – Sexta feira - Santos - São Paulo

Era mais um dia que seria dedicado a pesquisa, então peguei o ônibus e parti para São Paulo, capital. A ideia era ir no ITESP, depois no INCRA e depois na PUC assistir uma defesa de Doutorado. Peguei o metrô no Jabaquara e desci na estação São Joaquim, almocei ali mesmo perto e a pé segui até o ITESP na rua Brigadeiro Luís Antônio, 554. Como é comum nos departamentos públicos, quase não sabiam de informações sobre o acampamento Comum Irmã Alberta. Foram me passando de uma sala a outra. Primeiro subi até o 7º andar – de escada! - na sala fui recebido por um jovem atencioso chamado Gustavo. Eu ofegante, me trouxe uma água e depois comecei a explicar sobre o projeto. Ele não tinha informações, mas me passou um documento que eu tinha que preencher, caso quisesse ter acesso a qualquer documento da instituição. Preenchi. Ele me passou também um documento que explica como é feita as desapropriações de terras pelo estado.

Depois me mandou descer até o 6º andar e falar com Guilherme, que não estava. Entrei noutra sala, mas o rapaz também não sabia e me encaminhou para outra sala. Saindo encontrei um rapaz esperando o elevador. Comecei a conversar, ele sabia do que eu estava procurando, não nos mínimos detalhes, mas me passou algumas informações. Dali saí e já não dava para ir no INCRA, pois fecha as 14h. Peguei um ônibus, desci na avenida Paulista, de lá um taxi até a PUC. A banca foi tensa e demorada. Começou as 14h, acabando as 18h40. Porque estou relatando isso? Talvez como registro de que não temos controles sobre nossos passos. A pesquisa nos leva a muitos lugares e nem sempre encontramos o que procuramos. Num mesmo departamento entrei em 5 salas diferentes e em 3 andares do mesmo prédio, ouvindo não.

Acampamento Irmã Alberta - Quarta feira, 22 de agosto de 2018.

Já no fim do semestre que se passara, tive uns problemas de saúde, primeiro foi uma pneumonia com baixa imunidade, o que me obrigou a ficar de repouso - sendo essa uma tarefa difícil para quem está no meio de uma pesquisa. Segundo, no dia 23/07/18, subi num telhado para ver uns companheiros trabalhando e escorreguei e por pouco não me machuquei mais, tive apenas uma costela esquerda trincada, mais que me rendeu muita dor e outra vez me deixou de repouso. Mas voltei no acampamento para mais uma etapa da pesquisa. Dessa vez é ter mais uma conversa com a colaboradora dona Mari e conversar com mais dois companheiros e também dá um feed para os outros companheiros e companheiras que vem colaborando com essa pesquisa. Cheguei por volta das 16h e notei muitas diferenças, por ser inverno e um período de pouca chuva, a vegetação passou por transformações e também houve algumas queimadas, que segundo dona Mari, foram criminosas e que rendeu muitas dores de cabeça aos acampados, pois tiveram que lutar para combater as chamas e evitar que suas casas não fosse consumidas; também não há tanta produção, pois é fora do período do “circulo” das frutas - mas dona Mari tem algumas hortaliças e um companheiro que está limpando o lote e fazendo plantações de feijão, mandioca e milho. Também na entrada do acampamento houve uma mudança- na parte destinada a construção do teatro, um canteiro de obra foi instalado e a construção do teatro começa a ganhar forma. A primeira laje foi batida e os companheiros contratados, preparam as ferragens para a segunda.

Acampamento - Quinta feira - 23 de ago 2018. 23:28.

O dia de hoje começou em eu ir conhecer a fonte de onde captam a água - é uma bela aventura. Hoje era o dia da dona Mari fazer a captação da água, mas a fonte está praticamente vazia, não sendo possível ter recolhido 50 litros no fim do dia. Perguntei o que acontece - então ela me disse que se a falta de chuva persistir, tem que comprar de um caminhão pipa que faz a entrega, custando um total de 100 reais para cada morador uma quantidade de 5000 mil/L.

Além das percepções que tive sobre a vegetação e produção na entre safra, também tive outra percepção - que as tensões estão mais fortes, nesse ambiente que já é tenso. A negociação com os empresários parece caminhar para o fim, o que talvez mudará completamente a característica do acampamento - caso se efetive e também por conta da atual conjuntura do país - grave crise financeira, alta taxa de desemprego e incerteza política - é visível que também chegou até aqui. Agora mais pessoas têm tentado entrar no acampamento e se instalar. Dona Mari me contou de um sujeito que se instalou a pouco e que não conseguiram até agora removê-lo da área, pois o sujeito alega fazer parte de uma facção criminosa, sendo que alguns líderes da tal facção chegou a fazer visitas e agora o caso está na direção estadual do Movimento (MST), aguardando uma solução, pois os moradores temem que outros acabem fazendo o mesmo. Ainda dentro dessa geração de tensões, jovens do próprio Movimento tem recorrido a criminalidade e o número de envolvidos em pequenos roubos/furtos tem aumentado, assim como os envolvidos no consumo e venda de drogas também, pois as incertezas para eles que já vivem num ambiente incerto, têm sido bem maiores.

Dona Mari me relatou, enquanto caminhávamos pela horta, que reuniões têm sido feitas com certa frequência, para discutir esses casos, pois é real a ameaça da tal facção criminosa se instalar na área e recrutar os jovens.

Da pesquisa, hoje fiz uma entrevista com uma colaboradora - Silvana, que vem ser filha de dona Mari. Faz mestrado em Educação na Unicamp. Gravamos por quase 40 minutos e talvez tenha sido a conversa que mais exigiu de mim e que me desafiou - pois com as colaboradoras(res) anterior não tracei um roteiro, quer dizer, não mostrei para eles e a conversa foi acontecendo. Com ela foi diferença, não exigiu, mas fez questão de saber antes o que eu ia perguntar, então com isso, não senti a espontaneidade que aconteceram nas conversas com os outros(as) colaboradores(ras), por parte de mim e também por parte dela.